

Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Sociais

Departamento de Antropologia

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

HERIKA CHRISTINA AMADOR CHAGAS

Dissertação de Mestrado

**TRABALHADORAS E SUAS JORNADAS: REFLEXÕES SOBRE A
TERCEIRIZAÇÃO EM UM ÓRGÃO PÚBLICO FEDERAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia (DAN), Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Banca examinadora:

Dra. Cristina Patriota de Moura (orientadora)

Dra. Soraya Resende Fleischer

Dr. Joaze Bernardino-Costa

Dra. Carla Costa Teixeira (suplente)

Brasília, março de 2014

AGRADECIMENTOS

O momento final do processo de escrita é agora o início da jornada de leitura deste trabalho. Em vista disso, desejo apresentar, guardadas as limitações de traduzir em palavras os sentimentos, as pessoas que contribuíram para que a pesquisa se concretizasse nas páginas que seguem.

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Ana Lúcia e Paulo, pelo amor maior do mundo e o carinho sem tamanho.

À minha querida irmã, por ter se disposto a fazer uma leitura cuidadosa e, ainda, pela preocupação e encorajamento para que eu seguisse adiante.

Agradeço às minhas amadas sobrinhas por manterem sempre viva em mim a lembrança do quão maravilhoso é ser criança.

Ao meu querido irmão, pelas longas conversas cheias de aprendizado e também por me fazer sorrir nos dias mais duros de trabalho.

Agradeço a Deus por estar em meu íntimo, confortando meu coração e minha alma, permitindo-me aprender com cada passo dado no caminho da vida.

Meu especial carinho às interlocutoras desta pesquisa, Amaralina, Helena, Dora, Lúcia e Dona Madalena. Serei sempre grata pelos momentos que gentilmente compartilharam comigo e por terem se tornado minhas parceiras neste projeto.

Também sou grata às outras pessoas que conversaram comigo nos meses de campo. Todos me ajudaram a compor este trabalho e a entender um pouco mais as dinâmicas laborais tão multifacetadas em nossa sociedade.

À minha orientadora, Cristina Patriota de Moura, pelas doses de perseverança.

À professora Soraya Resende Fleischer, pelo acolhimento e conselhos instigantes que me permitiram ver de maneira mais acurada meus dados de campo.

Ao professor Joaze Bernardino-Costa, por aceitar fazer parte da banca examinadora.

Ao CNPq pelo auxílio financeiro.

À Rosa, Paulo, Fernando e Adriana, que tornaram minha vida muito menos complicada, sempre me auxiliando a percorrer os meandros burocráticos com muita cordialidade e afeto.

Aos amigos da turma de mestrado do primeiro semestre de 2011 agradeço os momentos de descontração e o companheirismo.

A Carlos Marighella (Presente!), por sua poesia guerrilheira. Sua crença inabalável na luta revolucionária alimenta meus mais bonitos sonhos de construção de um mundo verdadeiramente justo.

A Ernesto Rafael Guevara de La Serna, El Che (Presente!), por me fazer acreditar no “homem novo”, na revolução dos sentimentos e no imprescindível amor que movimenta todas as coisas.

A Malcolm X (Presente!), por me fazer entender a importância de se admitir os erros e fortalecer os acertos, seguindo sempre adiante com as convicções que realmente enchem o espírito de alegria e motivação.

A Camilo Cienfuegos (Presente!), por seguir iluminando meu coração. Grata pelo sorriso belo e franco de quem viveu e entregou-se por inteiro a um ideal.

Aos meus estimados camaradas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), família que escolhi.

Por fim, a todos os amigos que ouviram com paciência minhas angústias, que me acolheram nos momentos de crise e estiveram ao meu lado para que conseguisse superar barreiras que pareciam intransponíveis, agradeço ternamente e de coração.

MULHERES PROTESTANDO



Fonte: Di Cavalcanti, 1941.

A todas as mulheres, trabalhadoras.

RESUMO

A pesquisa desenvolvida nas páginas seguintes tem por objetivo colocar em evidência o trabalho realizado cotidianamente por um grupo de mulheres, trabalhadoras terceirizadas do ramo de limpeza e conservação em um órgão público federal, tanto na dimensão comumente chamada produtiva, quanto no âmbito doméstico, realizando trabalhos silenciosos e invisibilizados de reprodução social e cuidados. A incursão etnográfica ocorreu de maneira intermitente entre 2012 e 2013. Acompanhei, majoritariamente, seis mulheres trabalhadoras.

Para compreender as múltiplas jornadas laborativas das interlocutoras, analiso a expansão do sistema neoliberal no Brasil a partir do final da década de 1980 –estendendo pelas décadas seguintes –, apresentando os motivos que fazem com que essa forma de governança afete os tipos de contratação e vínculos empregatícios no país, dando ênfase à terceirização de serviços. Abordo ainda a divisão sexual do trabalho, entendendo essa forma de divisão social do trabalho enquanto hierárquica e apartadora de homens e mulheres na dimensão do labor nas esferas produtivas e reprodutivas. Aliada a esses debates está a importância do tempo nas narrativas das trabalhadoras e a maneira como lidam todos os dias com a compressão temporal que coloca o trabalho assalariado como o marco do tempo útil, alocando todos os outros tempos necessários ao bem-estar social em posições secundárias.

Temas como saúde e adoecimento e, ainda, as fofocas no local de trabalho apareceram como relevantes no dia a dia das trabalhadoras e por isso ganharam espaço também na dissertação, demonstrando haver poder de negociação e geração de conflitos no ambiente laboral. A análise permite ainda problematizar a relação complexa existente entre a terceirização e a precarização das relações de trabalho.

Palavras-chave: Trabalhadoras. Terceirização. Neoliberalismo. Divisão sexual do trabalho. Tempos de trabalho. Saúde e processos de adoecimento. Fofocas.

ABSTRACT

The research developed in the following pages aims to highlight the work done daily by a group of women who are outsourced workers occupied with cleaning and maintenance in a federal government agency. Both with regard to the commonly called productive dimension, as in the domestic sphere, they perform silent and invisible work of social reproduction and care. The ethnographic incursion occurred intermittently between 2012 and 2013, mostly with six women workers.

To understand the multiple work-related journeys of interlocutors, I analyze the expansion of the neoliberal system in Brazil from late 1980's – extending to the following decades – and give reasons that make this form of governance affect the types of employment in the country, with emphasis on outsourcing services. I also deal with the sexual division of labor, understanding this form of social division of labor as hierarchical and dividing of men and women in the dimension of labor in the productive and reproductive spheres. Allied to these debates is the importance of time in the narratives of workers and the way they deal every day with the time compression which turns wage labor into a marker of useful time, and relegates all other kinds of time necessary to social well being to a secondary position.

Topics such as health and illness, and also the gossip in the workplace appeared to be relevant in everyday work and therefore also gained ground in the dissertation, demonstrating that there was bargaining power and also generation conflicts in the work environment. The analysis also allows me to further discuss the complex relationship existing between outsourcing and precarization of labor relations.

Keywords: Workers. Outsourcing. Neoliberalism. Sexual division of labor. Working time. Health and illness processes. Gossip.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	108
Fotografia 2	108
Fotografia 3	109
Fotografia 4	109
Fotografia 5	110

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Anamatra	Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
ANPT	Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
CCJ	Comissão de Constituição Justiça e Cidadania
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DSTr	Divisão Sexual do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OAB	Ordem dos advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PL	Projeto de Lei
PLS	Projeto de Lei do Senado Federal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SINDISERVIÇOS	Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 MÉTODO	15
1.2 PANORAMA DA REALIDADE TRABALHISTA	166
1.3 OS CAMINHOS PERCORRIDOS	16
2 O CAMPO E O TRABALHO	19
2.1 O ÓRGÃO PÚBLICO FEDERAL	20
2.2 O LOCAL DE TRABALHO	22
2.3 TRABALHO DOMÉSTICO, RAÇA E CLASSES SOCIAIS	25
2.4 RELAÇÕES DE PARENTESCO	28
2.5 EDUCAÇÃO	29
2.6 RELIGIÃO.....	30
2.7 O MOMENTO SEGUINTE	30
3 MULHERES, TRABALHADORAS, INTERLOCUTORAS.....	31
3.1 AMARALINA	31
3.2 LÚCIA	33
3.3 HELENA	34
3.4 DONA MADALENA	35
3.5 DORA	36
3.6 MARINA	37
3.7 O TRABALHO VIVIDO EM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO	39
4 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS IMPACTOS NO COTIDIANO DE MULHERES TRABALHADORAS	41
4.1 O ENRAIZAMENTO DO IDEÁRIO NEOLIBERAL	41
4.2 POLÍTICA E TERCEIRIZAÇÃO: O CASO BRASILEIRO	44
4.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, MORFOLOGIA DO TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO	48
4.4 A RELAÇÃO COM O SINDICATO	56
4.5 A RELAÇÃO COM O TRABALHO	588
5 TEMPOS DE TRABALHO, TEMPOS DE NÃO TRABALHO.....	61
5.1 ROTINA, TRÂNSITOS E COMPARTILHAMENTO DE TAREFAS COTIDIANAS	62
5.2 ROTINA DE TRABALHO SOB DUAS PERSPECTIVAS.....	65

5.3 OS TEMPOS NO COTIDIANO LABORATIVO.....	70
5.4 O TEMPO REVISITADO	74
6 FOFOCA E SUBJETIVIDADE NO MEIO LABORAL	77
6.1 OS PERIGOS DA FOFOCA: O CASO DE HELENA	77
6.2 OS HOMENS NO COTIDIANO DAS TRABALHADORAS	84
7 TRABALHADORAS E SAÚDE POPULAR: DIÁLOGOS E INTERSEÇÕES.....	86
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
ANEXO A – PLANTA GERAL DO ÓRGÃO	105
ANEXO B – PLANTA BLOCO B PRIMEIRO PAVIMENTO.....	106
ANEXO C – PLANTA BLOCO B PAVIMENTO TÉRREO	107
ANEXO D – VARANDA.....	108
ANEXO E – ESTRUTURA BLOCO C	109
ANEXO F – ESPAÇO UTILIZADO POR HELENA PARA GUARDAR SEUS MATERIAIS	110
ANEXO G – ROTEIRO DE ENTREVISTA	111

1 INTRODUÇÃO

Desde a juventude tive contato com uma literatura esquerdista que tinha como tema pungente as relações de trabalho e a luta de classes. A leitura primordial, o Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels, suscitava desejos de transformação e envolvimento com a realidade opressiva atravessada por muitos trabalhadores inseridos na lógica perversa do sistema capitalista de produção.

Em razão de meu alinhamento ideológico à perspectiva marxista-leninista de mundo, a aproximação ao cotidiano de trabalhadores fora um desejo que nutri durante os anos de graduação, mas que não fui capaz de concretizar por encontrar-me comprometida com outros projetos. No começo de 2012, às voltas com a escolha do tema de pesquisa para a conclusão do mestrado, ao deparar-me com um estado de agitação do espírito mais intenso que o habitual – que resultou em inúmeros conflitos relacionados à disciplina antropológica e à minha atuação na área, ao tipo de antropologia que procuro realizar e na qual acredito –, optei por retornar aos quereres de outrora, talvez eles ajudassem-me a tornar produtores as inquietações. Compreendendo, por meio de minha própria socialização, existir demandas sociais direcionadas e múltiplas jornadas de trabalho para mulheres mundo afora, decidi centrar a análise em grupos de mulheres trabalhadoras. Durante o processo de escolha do objeto de pesquisa, lembrei-me, com carinho, das trabalhadoras de um órgão público federal que costumava frequentar em razão de ligações prévias com uma funcionária, minha mãe.

Há cerca de quinze anos, quando os funcionários da limpeza ainda faziam parte do quadro do próprio órgão, as mulheres costumavam reunir-se nos banheiros, nas cabines destinadas às portadoras de deficiência. Por ali permaneciam durante o horário de almoço e depois de findarem suas tarefas diárias. Nesse local ocorriam muitas trocas: vendiam produtos de beleza, roupas, bijuterias... Conquistavam renda extra e teciam redes de interação entre si e com as servidoras públicas que compravam seus produtos e ouviam suas histórias. Essa convivência e, particularmente, o espaço escolhido para tal, sempre me intrigaram. Eram poucos os trabalhadores do ramo de conservação naqueles tempos, menor ainda era a quantidade de homens. O órgão também contava com um número reduzido de servidores públicos. Com as mudanças institucionais, a expansão da área de atuação do órgão e a conseguinte chegada de mais pessoas concursadas, o contingente de funcionários que realizavam atividades como segurança, limpeza e recepção também teve de aumentar. Nesse contexto, houve a contratação maciça de empresas prestadoras de serviços terceirizados.

No ano de minha entrada em campo, já não havia funcionárias antigas da limpeza trabalhando no órgão. Soube, por intermédio de servidores da instituição, que a maioria delas aposentou-se ou mudou de ocupação: uma das trabalhadoras tornou-se operadora de fotocopiadora no próprio órgão. Aquelas mulheres ficaram apenas em minha memória, mas foram inspiradoras das questões que passaram a instigar-me e que, finalmente, levaram-me a dar início à pesquisa etnográfica.

A escolha da instituição está intimamente ligada às minhas possibilidades reais de trânsito. Sabendo ser bastante usual que órgãos públicos, nas diferentes esferas federativas, contratem empresas que lhes forneçam mão-de-obra qualificada a custos menores e sem algumas das responsabilidades que se devem a um funcionário do próprio órgão – caso explícito da terceirização –, lancei mão da familiaridade que tinha com o espaço da instituição federal – conforme supracitado – para começar a trilhar os caminhos do campo.

Antes mesmo do começo da pesquisa, preocupavam-me as implicações éticas de entrada na instituição. Não poderia simplesmente transitar e aproximar-me das trabalhadoras sem permissão que me garantisse a estada formal no local. Receava que a falta de aval pudesse impedir a realização da pesquisa e, principalmente, que pudesse prejudicá-las. Nesse sentido, primeiramente tive uma conversa com algumas das trabalhadoras, haja vista duas delas já me conhecerem de vista. Falei dos meus objetivos e da duração do projeto – um acompanhamento continuado de suas rotinas laborativas que resultaria em trabalho de conclusão do curso de pós-graduação. Percebi que elas ficaram um pouco desconfiadas, não tanto pela minha presença enquanto pesquisadora, mas pelas possíveis represálias advindas da empresa que as contratava. Expliquei que apenas começaria a acompanhá-las a partir do momento que conseguisse as autorizações do órgão federal e da empresa prestadora de serviços – único vetor de suas preocupações naquele momento inicial. Disse ainda que me dirigia a elas antes de fazer qualquer outro contato porque precisava de sua aprovação. De nada valeriam autorizações se as interlocutoras não me aceitassem. Com a resposta afirmativa, senti-me segura para realizar o percurso de pedidos e aprovações.

Advogo em favor de uma antropologia de parceria, de reconhecimento da construção conjunta dos trabalhos. Sinto-me sempre muito agradecida a todos os interlocutores que encontrei nos diversos momentos de minha trajetória acadêmica. Sem eles as etnografias que intentei organizar jamais se tornariam possíveis. Não os encaro como meros informantes e, inclusive, acho essa palavra simplista e desprestigiada frente à importância dessas pessoas para o trabalho do antropólogo.

Sendo as autorizações essenciais nesse contexto etnográfico, procurei informar-me com os servidores que já conhecia a respeito de quem seria o intermediário entre mim e o órgão. Fui aconselhada a procurar o coordenador geral da administração, haja vista ser ele o responsável pelo bom andamento dos serviços das empresas contratadas dentro dos domínios da instituição. Nosso encontro foi rápido. Seu único pedido foi que eu redigisse um documento curto explicitando minhas intenções e o interesse em fazer pesquisa com as funcionárias, “só pra constar certinho”¹ – trâmite pouco burocrático que avalizou minha permanência e mobilidade naquele espaço.

Não foi preciso pedir autorização documentada à empresa prestadora de serviços terceirizados. Conversei com dois dos três encarregados alocados na instituição – as pontes, quase na integralidade do tempo, entre trabalhadores e empregadora – e eles foram bastante solícitos. Afirmaram que o terceiro encarregado, a única mulher entre eles, seria comunicada e também aprovaria tão logo voltasse de férias. Não ofereceram resistência à pesquisa, mesmo quando expliquei que a investigação se pretendia continuada – o que significou dizer: vocês vão me ver muito por aqui ainda.

Resolvidas as questões de entrada e trânsito, busquei estabelecer maior contato com as trabalhadoras; persuadi-las a participar da pesquisa. Conforme fui sendo aceita pelas interlocutoras, procurei adequar-me rapidamente aos momentos em que elas sentiam-se confortáveis para falar comigo e aos horários que não comprometiam suas atividades. Disseram-me que o melhor momento para conversarmos seria por volta das quinze horas, quando, normalmente, já estavam terminando os serviços diários.

No decorrer dos primeiros encontros, as reações das trabalhadoras alternaram-se entre desconfiança e empatia. Entretanto, com o passar dos meses, fomos capazes de estabelecer um espaço de interlocução bastante rico, alimentado, também, por laços de amizade construídos à medida que nossas conversas foram aprofundando-se e percebemos haver um grande espaço de compartilhamento de experiências e ainda de solidariedade frente às dificuldades enfrentadas por ambas as partes. Graças a todo esse complexo de interações, a pesquisa pôde ser concluída.

Conheci e passei a frequentar o local de encontro da maioria das interlocutoras, a “varanda” (doravante sem aspas), e lá empreendemos grande parte de nossas conversas. Entretanto, nem todas as frequentadoras da varanda quiseram participar do meu projeto, e isso

¹ Todas as falas de interlocutoras e interlocutores estão no texto apresentadas entre aspas, bem como as citações de autoras e autores. Para os termos estrangeiros, utilizo o itálico. Nos momentos em que desejo frisar alguma expressão, valho-me do negrito.

foi marcado ainda no começo da pesquisa de campo. O bloco B, escolhido para concentrar meus esforços de pesquisa, contava, para sua conservação, com o trabalho de onze mulheres que se dividiam entre seus dois andares fazendo limpeza. Devido à extensão do órgão e seus muitos setores, minha pretensão em expandir o número de interlocutoras não foi possível. Além disso, das trabalhadoras com quem tive contato, apenas seis mantiveram-se dispostas a dialogar comigo, sendo que uma delas não era membro da equipe da varanda e trabalhava na área externa do órgão.

Conforme percebia quais eram as trabalhadoras que estavam propensas a construir conjuntamente a pesquisa, sentia-me mais confiante em fazer perguntas e permanecer na varanda, ainda que nem todas as frequentadoras do local fossem minhas interlocutoras diretas. Observava as mulheres que chamo de interlocutoras indiretas durante minhas passagens na varanda e, algumas vezes, até conversávamos, quando o assunto desenvolvido as interessava. Nesses momentos, elas manifestavam opiniões e teciam comentários que me ajudaram a compreender um quadro maior de relações, especialmente no que diz respeito à empresa e aos trabalhadores. Todavia, na maioria das vezes que eu chegava ao local, essas mulheres retiravam-se ou calavam-se. Era constrangedor, porque as deixava em uma situação ruim, ali era também seu ambiente de repouso e eu era a intrusa que chegava com perguntas, ocupando seu espaço.

Foi-me solicitado pelas interlocutoras que não utilizasse seus verdadeiros nomes ao apresentar o trabalho. Ademais, para manter resguardada a instituição que me acolheu e também a empresa prestadora de serviços – evitando, assim, futuros desconfortos e embaraços –, não explicitarei em qual órgão federal a pesquisa foi realizada e darei outro nome para a empresa contratada – aqui denominada Planície.

Minhas parceiras de pesquisa do começo ao fim foram Helena, Dora, Marina, Amaralina, Dona Madalena e Lúcia. Os recortes feitos a partir das histórias contadas por elas compõem as páginas aqui apresentadas. São mulheres com trajetórias que se entrecruzam em alguns momentos e, desses encontros, aparecem muitas das questões relevantes para a análise. Procuro articular suas narrativas às inquietações acerca do universo laboral e aos temas a ele relacionados que mais me chamaram a atenção.

Familiarizadas desde cedo com o trabalho, as interlocutoras mostraram compreender suas múltiplas jornadas. Possuindo uma visão ampla da categoria trabalho, encaixavam no conceito todas as atividades que realizavam, tanto em âmbito privado, tomando conta da reprodução social e do bem-estar emocional e psicológico de familiares e afins, quanto no ambiente de trabalho assalariado, na dimensão da produção. Entretanto, ainda que a

reprodução e os cuidados fossem encarados como atividades valorosas, não eram problematizadas enquanto deveres que poderiam ser compartilhados com maridos e filhos. Nesse sentido, as interlocutoras assumiam a responsabilidade quase exclusiva dos afazeres domésticos.

1.1 MÉTODO

A formação antropológica ajuda-me cotidianamente a ser prudente ao falar de alteridades e coletivos. Nesse sentido, não pretendo referir-me às mulheres como se falasse em termos definitivos, maiúsculos, como se estivesse restringindo viveres e saberes múltiplos a monólitos conceituais. Entretanto, não posso deixar de considerar que mesmo grupos aparentemente distintos podem atravessar processos semelhantes de opressão, desvalorização e jugo. Desse modo, os caminhos percorridos pelas mulheres que compõem a pesquisa, especialmente na dimensão do trabalho, guardam semelhanças com aqueles atravessados por outras mulheres, de classes sociais às vezes bastante distintas das suas, que também enfrentam problemas decorrentes da divisão sexual do trabalho, bem como preconceitos e obstáculos gerados pelo sistema capitalista de produção. Logo, existe uma conjuntura maior e arraigada que envolve inúmeras mulheres em relações de conflito e dominação no mundo globalizado – considerando sempre as muitas vozes que ressoam desse termo.

Ao longo da pesquisa etnográfica realizei entrevistas semi-estruturadas com as interlocutoras. Esta forma de investigação confundiu-se, em muitos momentos, com as conversações livres que costumávamos ter. Em algumas oportunidades, foi possível manter interações semelhantes às de grupos focais, quando todas elas – e ainda outras trabalhadoras que não participaram diretamente da pesquisa – estavam reunidas na varanda. Nesses momentos, elas falavam e ouviam umas às outras, fazendo fluir assuntos dos mais variados, alguns deles incitados a partir de perguntas feitas por mim. Recolhi, ainda, material de áudio relativo às entrevistas que empreendi ao final da pesquisa com as seis trabalhadoras. Além disso, participei de seus afazeres como observadora, acompanhando o desenvolvimento de tarefas cotidianas de limpeza, as chegadas e partidas do local de trabalho e ainda os momentos de descontração ocorridos em horário de almoço, tanto na garagem (local utilizado como refeitório, destinado aos funcionários da limpeza e jardinagem), quanto na associação do órgão.

1.2 PANORAMA DA REALIDADE TRABALHISTA

A polissemia do termo trabalho tem gerado intensas discussões no campo das ciências sociais. Com a reestruturação produtiva iniciada em meados dos anos 1970 nos países industrializados do norte, os grandes avanços tecnológicos e a entrada na chamada era pós-industrial argumenta-se que o trabalho perdeu centralidade nas sociedades ocidentais – pensando-se especialmente no trabalho material, fabril, executado fora do lar e assalariado. Entretanto, se nos atentarmos para a bibliografia que trata do trabalho realizado por mulheres, considerando além da esfera da produção também os trabalhos reprodutivos (ÁVILA, 2010; BRUSCHINI, 2006; CARRASCO, 2009; HIRATA, 2010; HIRATA; KERGOAT, 2007; NOGUEIRA, 2004), veremos que essa inclinação analítica não condiz com a realidade das trabalhadoras. Na verdade, parece necessário centralizar e expandir as possibilidades conceituais da categoria trabalho para que esta possa, finalmente, sair de um modelo rígido delineado pelo sistema capitalista de produção – e masculinizado – e incorporar formas de trabalho historicamente invisibilizadas, como é o caso dos trabalhos domésticos e de cuidados, sejam eles remunerados ou não, executados quase integralmente por mulheres.

Essa conceitualização excludente de trabalho é um dos maiores obstáculos a serem enfrentados por feministas, acadêmicos e movimentos sociais em geral, uma vez que a desvalorização da força de trabalho é um poderoso ardil para manter trabalhadores em posições subordinadas e de exploração. Não se trata aqui de motivação missionária ou de tentativa de remediação da situação dos trabalhadores (FONSECA, 2006). Trata-se de demanda conjunta de transformação das relações de trabalho e de empoderamento efetivo dos grupos de trabalhadores, sem vitimizações, mas com firmeza e urgência no tratamento dado aos abusos cometidos por empregadores.

1.3 OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Algumas questões iniciais guiaram-me ao longo da pesquisa, temas que faziam parte de minhas inquietações desde antes da entrada em campo. Desejava entender a dinâmica neoliberal e sua influência no campo trabalhista. Ademais, conforme dito anteriormente, o anseio mobilizador, desde os primeiros momentos de envolvimento com o universo pesquisado, era desenvolver um trabalho etnográfico acompanhando o cotidiano laborativo de mulheres. Esta escolha ocorreu devido ao encantamento que experimentei por uma discussão nos estudos sobre labor: a divisão sexual do trabalho e seu impacto na vida de homens e mulheres inseridos na lógica capitalista de produção. Essencialmente relacionadas à divisão

sexual laboral estão as noções de trabalho produtivo² e reprodutivo, bem como a deslegitimação deste último – executado primordialmente por mulheres e encarado como “dever” e predisposição “inata” a partir de uma determinada construção de feminino e mulher.

Nesse sentido, os capítulos que compõem o corpo do texto aqui apresentado são, com maior ou menor intensidade, perpassados por questões decorrentes da divisão sexual do trabalho e as categorias que a acompanham.

De início, pensava em fazer um primeiro capítulo que apresentasse o panorama das mudanças trabalhistas ocorridas nos últimos anos e seu impacto na vida das trabalhadoras. Contudo, creio ser prudente para a compreensão da pesquisa, apresentar previamente às discussões trabalhistas o espaço onde empreendi minhas análises, bem como as histórias de vida das mulheres que acompanhei. Para fins heurísticos e de modo a organizar melhor os dados, no capítulo primeiro o leitor tem a oportunidade de conhecer o local de trabalho das entrevistadas e os temas mais gerais que perpassavam suas realidades. Já o segundo capítulo aborda os perfis biográficos de cada uma das interlocutoras, minhas companheiras de pesquisa.

O terceiro capítulo trata das mudanças ocorridas no sistema capitalista de produção desde meados dos anos 1970 até os dias atuais. É realizado um panorama das transformações laborais decorrentes da adoção do modelo neoliberal, especialmente no contexto brasileiro, e o impacto dessa forma de governança na expansão da terceirização de serviços. Ademais, analisa-se a divisão sexual laboral em um cenário de grandes mudanças do próprio conceito trabalho.

O tempo é outra categoria que permeia toda a narrativa apresentada. Ao falarmos de produção e reprodução social, estamos falando também de apropriações temporais diferentes entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e mulheres. Desta maneira, não poderia deixar de fazer considerações sobre o tempo e sua compreensão por parte das interlocutoras; suas negociações cotidianas para conseguir realizar todas as tarefas a elas incumbidas, tanto

² Devo ressaltar que a bibliografia utilizada centra-se em uma conceitualização de **trabalho produtivo** que engloba todos os tipos de ocupações remuneradas. A esfera produtiva que analiso constrói-se, em grande medida, em relação ao universo de reprodução social e cuidados, nesse sentido, o presente trabalho não se propõe a fazer uma imersão na gênese do trabalho e do capital, e sim em compreender dinâmicas restritas de atuação de trabalhadoras no meio laboral. No entanto, entendo ser essencial à discussão apontar a diferenciação feita por Karl Marx, no capítulo inédito do *Capital* (VI), entre trabalho produtivo e não-produtivo, ainda que ao longo do texto não seja apresentada essa problematização. De acordo com o autor, o trabalho produtivo é caracterizado pela extração de mais-valia e pela produção de mercadoria (direta ou indiretamente), já o trabalho não-produtivo é aquele que possui valor de uso. O trabalhador, nesta categoria, troca seu serviço por um salário. Na concepção de Marx, ao considerarmos todas as formas de trabalho assalariado como produtivas, mascaramos a perversidade da geração de mais-valia e a exploração do trabalhador produtivo. A complexidade do mundo contemporâneo e o crescimento globalizado do setor de serviços sugerem que a definição marxiana de trabalho produtivo e não-produtivo seja discutida considerando as novas configurações trabalhistas e o desenvolvimento do capitalismo.

no ambiente assalariado quanto em âmbito doméstico. O tempo aparece no quarto capítulo como norteador das ações, ao passo que também é metamorfoseado cotidianamente de modo a atender às expectativas e necessidades das trabalhadoras.

Desenvolvo, no quinto capítulo, o tema da fofoca no ambiente de trabalho, seus perigos e o potencial poluente dos mexericos e rumores.

Saúde, processos de adoecimento e desassossegos cotidianos eram assuntos recorrentes nas conversas que mantinha com as interlocutoras da pesquisa. Por esse motivo, entendi como significativo aproveitar a oportunidade oferecida pelo campo e pelas agentes para desenvolver uma investigação que permeasse algumas das elaborações dessas mulheres acerca de estados de saúde e doença e também as relações que elas estabeleciam com seus corpos e com aqueles que, porventura, lhes demandassem cuidados.

Nesse sentido, o sexto e último capítulo constrói-se como análise das questões terapêuticas que envolviam as trabalhadoras que acompanhei durante a pesquisa.

Finalmente, nas considerações finais faço um apanhado de minhas motivações ao empreender a pesquisa aliado ao que foi possível apreender do trabalho de campo.

2 O CAMPO E O TRABALHO

Minhas incursões a campo tiveram início em meados de fevereiro de 2012 e ocorreram, de maneira intermitente, por cerca de um ano e meio. O anseio mobilizador surgiu a partir de uma inquietação referente às tensões que envolvem a divisão sexual do trabalho, tema central nos estudos sobre labor e relações de gênero e que despertou em mim enorme interesse. Desejava, em vista disso, perceber de que maneira mulheres trabalhadoras – não seriam essas palavras, em muitos momentos, sinônimas? – experienciavam rotinas de trabalho assalariado e não assalariado, conciliando as múltiplas jornadas. Para fins da pesquisa de mestrado e valendo-me de ligações prévias, escolhi desenvolver um trabalho etnográfico acompanhando o cotidiano laboral de trabalhadoras terceirizadas que realizavam serviços de limpeza e conservação em um órgão público federal.

O objetivo era acompanhar apenas mulheres, sem desconsiderar, obviamente, suas relações com os homens no ambiente de trabalho e fora dele. Inicialmente, pensava tecer redes de interação com muitas mulheres, de modo a analisar as percepções de cada uma delas acerca do trabalho que realizavam cotidianamente no âmbito formal e fora dos limites do local de trabalho assalariado. Inspirada por bibliografia que procurava entender e ao mesmo tempo denunciar as jornadas exaustivas de muitas mulheres (AGUIRRE; CARRASCO, 2005; ÁVILA, 2010; BRUSCHINI, 2006; BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000; HIRATA, 2001, 2010; HIRATA; KERGOAT, 2007; NOGUEIRA, 2010; YANNOULAS, 2008), especialmente no contexto brasileiro, imaginava encontrar, no desenrolar do trabalho etnográfico e a partir do olhar antropológico, novas questões que viriam a contribuir com a discussão empreendida.

Conforme relatado anteriormente, durante cerca de um ano e meio acompanhei o dia a dia de mulheres em seu local de trabalho. Elas aceitaram-me e permitiram que eu passasse boa parte do tempo de que dispunham ao final do expediente, mas ainda no ambiente de trabalho, conversando sobre assuntos de seu cotidiano e fazendo perguntas mais específicas que me interessavam para fins da pesquisa. Entretanto, inobstante meu desejo inicial ser alargar ao máximo a malha de interlocutoras, o desenrolar das observações, aliado a algumas imposições do campo, mostraram-me que teria de acompanhar um grupo circunscrito de mulheres.

Não pude acompanhar muitas mulheres por dois motivos. O primeiro deles é de ordem afetiva: as primeiras trabalhadoras que conheci receberam-me de forma amistosa, praticamente desde o início, de maneira que me senti confortável para empreender com elas a

pesquisa. Quis estar mais próxima delas. O segundo motivo surgiu por questões pessoais de cada uma das mulheres com quem entrei em contato. Havia uma mescla de falta de disposição e tempo, mas também certo temor de que algo fosse dito que pudesse comprometê-las. Portanto, se o grupo começou com doze trabalhadoras e diminuiu pela metade foi porque nem todas quiseram participar do projeto, e isso era algo que eu precisava aceitar. Em alguns momentos, até poderia ter conquistado uma entrevista ou outra, mas não acredito em estabelecer relação tão vertical em campo. Quando conversei com trabalhadoras de outros setores além do bloco B, a reação negativa foi mais imediata. Fazendo essas ponderações, concluí que as narrativas das seis interlocutoras que me acompanharam até o término da pesquisa teriam de ser suficientes para o empreendimento acadêmico que intentava organizar.³

2.1 O ÓRGÃO PÚBLICO FEDERAL

O espaço do órgão era bastante amplo, com muitos prédios conectados e uma extensa área arborizada. Abrigava ainda instalações mais distantes, necessárias ao bom desenvolvimento de atividades elaboradas de experimentação e pesquisa (Anexo A).

Além dos edifícios destinados às tarefas laborativas cotidianas, localizava-se no próprio órgão uma associação dos servidores, ambiente destinado ao lazer e à confraternização. Essa área contava com duas quadras de esportes, churrasqueira, salão de festas, academia e salão de beleza. Funcionava apenas durante a semana e podia ser frequentada tanto pelos funcionários da instituição a ela associados como também pelo pessoal terceirizado, ainda que estes usufríssem apenas da quadra destinada ao futebol e da varanda da churrasqueira para os jogos de damas e dominó ocorridos em horário de almoço.

O lugar era frio e o vento quase constante. Mesmo assim era possível ver, boa parte do ano, o sol banhando alegremente algumas das paredes de seus belos jardins internos e também os bosques do extenso terreno.

A instituição abrigava cerca de três mil e oitocentos funcionários ativos permanentes, estando eles divididos nas funções de técnico, auxiliar administrativo e analista. Somado a esse número havia ainda cento e oitenta trabalhadores terceirizados alocados como apoio administrativo, além de um número variável de contratados temporários de parcerias do órgão federal com organismos como o PNUD e outros.

³ Com o passar do tempo, era cumprimentada e reconhecida por outros trabalhadores que cruzavam comigo pela instituição. Percebi, então, que meu projeto ficou conhecido entre alguns dos terceirizados da Planície.

Seis empresas prestadoras de serviços terceirizados mantinham vínculo contratual com o órgão. Apesar de conviverem no mesmo ambiente, a única ligação entre elas era o transporte⁴, isto é, os ônibus que levavam os funcionários até a rodoviária de Brasília e também os encaminhavam de manhã cedo desde a rodoviária até o local de trabalho.

Dentre as empresas, a Planície era a que dispunha do maior contingente de trabalhadores lotados no órgão. À época da pesquisa, noventa e sete pessoas estavam encarregadas dos serviços de limpeza e conservação, bem como dos de jardinagem. Desta quase centena, cinquenta e três eram mulheres.⁵ O quadro geral de terceirizados provenientes das outras empresas era organizado da seguinte maneira: cinquenta e quatro vigilantes, onze recepcionistas, quatorze carregadores, doze brigadistas, trinta e seis funcionários vinculados à manutenção predial e, finalmente, oito trabalhadores de suporte em telefonia.

É prática comum dos órgãos públicos brasileiros contratarem empresas prestadoras de serviços terceirizados, descartando de seu quadro de funcionários permanentes muitos trabalhadores; delegando a outrem a relação trabalhador-empregador. Nesse sentido, em minha análise, e atendo-me apenas à Planície, enquanto o órgão gastava cerca de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) com cada trabalhador – dados fornecidos pelo coordenador geral da administração, que geria a parte de contratos e finanças das empresas –, menos da metade dessa quantia era repassada para o funcionário.⁶

Alguns órgãos costumam ser criteriosos e averiguam bem como é gasto o dinheiro que pagam às empresas, mas isso não é regra e, aliás, varia bastante conforme o comprometimento do representante federal ou local com os possíveis desvios de verbas públicas e a má aplicação do erário. No caso da instituição onde realizei a pesquisa, em razão de um

⁴ Durante anos os trabalhadores terceirizados das várias empresas contratadas pelo órgão “pegavam carona” no transporte coletivo destinado aos funcionários da instituição. Entretanto, em 2010, houve questionamento por parte de alguns servidores do órgão em relação aos “caronas”, haja vista não acharem justo compartilhar com eles os ônibus pagos com seus vales-transportes. Para resolver a questão, as prestadoras de serviços de terceirização, em conjunto, contrataram uma empresa para realizar os trechos rodoviária-órgão/órgão-rodoviária, passando a pagar apenas uma passagem diária aos trabalhadores. Isso se revelou mais vantajoso para as empresas, que passaram a economizar no valor total gasto com transportes.

⁵ Esta proporção era variável. De acordo com o coordenador geral da administração, em alguns momentos o número de mulheres já esteve menor do que o de homens, mas nunca drasticamente inferior. Contudo, é preciso considerar que estes são os números totais da empresa e que os serviços de jardinagem são realizados exclusivamente por homens – dez trabalhadores à época da pesquisa. Portanto, comparativamente, no que tange à limpeza e conservação, a quantidade de mulheres não deixava de ser superior.

⁶ As trabalhadoras ganhavam o salário-base, um salário mínimo. Ao longo do percurso do trabalho de campo, o valor do salário passou de R\$ 622,00 (sendo R\$ 20,73 a diária) para R\$ 678,00 (com o dia trabalhado valendo R\$ 22,70). Somados a ele estavam o vale-transporte (R\$ 123,00 não conversíveis em dinheiro) e o vale-alimentação (R\$ 398,00, dos quais eram debitados R\$ 20,00 em razão da projeção feita pela empresa dos meses com feriados). Assim, o salário total era de R\$ 1.056,00. Aqueles trabalhadores que tinham filhos menores de quatorze anos recebiam um abono de R\$ 23,00 por criança. Esse era o caso de Dora, Helena, Marina e Lúcia – ainda que as filhas desta última não vivessem com ela.

acontecimento que lhe gerou transtorno e ônus, havia grande preocupação com a idoneidade das empresas contratadas. A antiga empresa de serviços gerais, aqui chamada Capitólio, esteve imersa em problemas fiscais, sendo declarada em estado de falência ao final de 2010. Nesse processo, coube ao representante da administração pública remunerar os funcionários enquanto não era feito contrato com outra empresa. Meses depois, a Capitólio foi comprada pela Planície, que permaneceu em seu lugar como prestadora de serviços, e os novos donos “aproveitaram”, segundo afirmavam as interlocutoras, muitos dos funcionários da antiga empresa.⁷ Todavia, isso não ocorreu com todos os empregados, o que obrigou o órgão a indenizar os trabalhadores preteridos, pagando-lhes os direitos relativos à demissão.

2.2 O LOCAL DE TRABALHO

Onze funcionárias e dois funcionários da limpeza eram encarregados da conservação e salubridade do bloco B – edifício que se tornou a **sede** da pesquisa (Anexos B e C). O bloco era constituído por dois andares que abrigavam quatro banheiros, uma varanda e setenta e uma salas de tamanhos distintos. Todo o espaço era dividido entre os trabalhadores. Alguns limpavam um número menor de salas, mas, nesse caso, ficavam encarregados dos banheiros e escadas. E assim seguiam seu dia a dia laborativo. Não trabalhavam juntos, sendo cada um responsável individualmente pela limpeza da área que lhe foi previamente designada. O trabalho conjunto ocorria apenas nos dias de “limpeza pesada”, quando homens – além daqueles que já estavam no bloco – eram escalados para auxiliar as trabalhadoras nas tarefas de maior esforço físico ou de grande exposição a produtos químicos.

A **varanda** ou **escada** – conforme denominado pelas trabalhadoras para referir-se à área interna livre do prédio – foi, majoritariamente, o lugar de nossos encontros durante o campo. Quando as via nos corredores, saindo ou entrando nas salas, sabia ser naquele local que poderia encontrá-las após o término de suas atividades. Até o final da pesquisa, a varanda continuou a ser o local onde elas guardavam os carrinhos de limpeza e sentavam-se para descansar, lanchar e bater papo. Contudo, não poderia deixar de perceber que o espaço esteve cada dia mais esvaziado nos últimos momentos do trabalho de campo. No início, a maioria das interlocutoras costumava frequentar o local. Porém, o receio de terem suas vidas expostas por fofocas fez com que algumas não se sentissem mais à vontade em permanecer por ali. Nos momentos finais de meu trabalho, algumas delas só entravam na varanda para cumprimentar-me e conversar, o que acabava gerando uma conversa ampla, mas também certo desconforto.

⁷ Todas as mulheres que acompanhei, à exceção de Lúcia, que trabalhava há poucos meses na Planície, compuseram o quadro de empregados da Capitólio.

O espaço visível da varanda era ocupado, quase em sua totalidade, pelos carrinhos de limpeza. Entre eles as trabalhadoras colocavam, emborcadas, lixeiras que faziam as vezes de banquinhos nos quais podiam sentar-se. À primeira vista parecia um lugar apertado, estreito. Entretanto, ao atravessar a barreira dos carrinhos, a varanda expandia-se e nos permitia vislumbrar os jardins limítrofes da instituição, bem como o órgão vizinho. As interlocutoras não costumavam ficar na parte ampla da varanda por não haver proteção contra o sol ou a chuva. Mas utilizavam a área de modo a secar os panos de chão, fazer misturas de produtos de limpeza e também para limpar carrinhos e baldes. Desse modo, a varanda não era apenas um local de recolhimento e descanso, mas também um lugar que tinha papel preponderante na realização das tarefas cotidianas, uma vez que tanto o armazenamento semanal dos produtos quanto alguns processos intermediários da limpeza eram feitos por lá (Anexo D).

Não era permitido aos funcionários “perambular” por blocos que não correspondessem às suas áreas de atuação. Marina, uma de minhas interlocutoras, era exceção. Ela conseguiu aval porque já havia atuado no bloco B e mantinha “um bom relacionamento” com a chefia da empresa por ter se voluntariado a transferir-se quando houve necessidade de pessoal em outra seção do órgão. Além disso, ali também fora o local de trabalho de sua mãe. Sabendo das restrições e querendo continuar a frequentar seu antigo setor, Marina ficava somente na varanda durante o tempo que estivesse pelo bloco B para não se mostrar, acordo que fizera com os encarregados. Mesmo após a saída de sua mãe da empresa – Dona Maria precisou cuidar da própria mãe e, ante a necessidade de dedicar-se integralmente, pediu as contas –, ela continuou a conviver com as outras interlocutoras no espaço da escada.

Os encarregados costumavam transitar por entre os blocos para conferir se estava tudo em ordem, mas isso não acontecia todos os dias. Além de sua passagem, ocorriam ainda as chamadas “incertas” de pessoas designadas pela Planície para conferir o trabalho não apenas das interlocutoras e seus pares, mas também o desempenho dos encarregados. Era uma espécie de vigilância sobre o trabalho dos vigilantes, bem como do pessoal da limpeza e da jardinagem. Para que as “incertas” não tivessem resultados negativos e disso resultassem baixas no quadro de empregados, era importante que os funcionários permanecessem em seus blocos ou áreas de atuação. Aliado a esse discurso, alguns indícios nas falas das interlocutoras demonstravam que o órgão, e especialmente a empresa prestadora de serviços, aconselhava ser “melhor” que o “pessoal da limpeza” se mantivesse longe dos olhares dos funcionários da instituição, exercendo suas funções sem causar distúrbios no cotidiano daqueles.

Durante a pesquisa, vi apenas dois homens juntarem-se ao grupo da varanda do bloco B e, mesmo assim, apenas uma vez cada um. Homens jovens⁸ e sem nenhum grau de parentesco com as interlocutoras⁹. Esses episódios aconteceram nos dias em que eles estavam escalados para ajudar as mulheres na lavagem das salas e das janelas e no serviço “mais pesado”. Conforme apontado pelas trabalhadoras, os rapazes que de fato trabalhavam no bloco B não ficavam com elas na varanda. Eles passavam seu tempo vago no “quartinho” – antigo refeitório que se tornou um dos arquivos do órgão, mas onde permaneciam os armários dos trabalhadores – ou nas cabines reservadas aos portadores de deficiência nos banheiros masculinos.

Os homens que eram selecionados periodicamente para desempenhar junto às trabalhadoras serviços de limpeza pesada também tinham salas, banheiros e tarefas específicas para realizarem em outros edifícios do órgão federal. Nos dias em que tinham sua mão-de-obra utilizada no trabalho conjunto com as mulheres – e às vezes com outros trabalhadores, dependendo da equação entre homens e mulheres em cada bloco –, seu trabalho ordinário era redistribuído entre os funcionários de seu setor, assim como acontecia quando alguém precisava ausentar-se por razões pessoais.

Justamente o local escolhido por mim para dar início ao trabalho de campo, o bloco B, era composto quase em sua integralidade por mulheres, alinhando-se, mesmo que ao acaso, com o anseio inicial de desenvolver esta pesquisa acompanhando apenas trabalhadoras. Durante a observação de campo, e enquanto passeava pelos outros edifícios da instituição, via mais homens do que mulheres em alguns lugares. Intrigada, fui ter com o coordenador geral da administração, que me explicou ser a alocação dos trabalhadores aleatória, não havendo equilíbrio na quantidade de mulheres e homens nos setores do órgão federal. Era conforme a necessidade e a abertura de vagas que os contratados assumiam os postos de trabalho.

Além das mulheres que se situavam na **sede** da pesquisa, acompanhava outra trabalhadora em um local diferente. Amaralina, a interlocutora que não fazia parte do grupo da varanda, atuava na parte externa do órgão. Sua incumbência era recolher as folhas das muitas árvores dispostas no pátio aberto da instituição, bem como aquelas das árvores que faziam sombra em um dos estacionamentos. Além disso, revezava com outra funcionária a

⁸ Um deles, descobri por intermédio das interlocutoras, havia se “engraçado” por outra funcionária. Contava-se que ela havia deixado os filhos e o marido para ficar com ele. Ambos foram realocados para outros órgãos aos quais a Planície prestava serviços, para “evitar o falatório”. Segundo as interlocutoras, tanto ele quanto ela não tiveram escolha, era isso ou “rua”.

⁹ Conforme veremos a seguir, as relações de parentesco tem um papel ativo nas contratações da empresa Planície.

limpeza de um dos banheiros do bloco C, o mais próximo à sua área de atuação. Suas tarefas assemelhavam-se muito mais às atividades de jardinagem, executadas apenas por homens.

2.3 TRABALHO DOMÉSTICO, RAÇA E CLASSES SOCIAIS

Todas as interlocutoras da pesquisa passaram, em algum momento de suas trajetórias, por empregos domésticos remunerados. Era essa a atividade que realizavam quando precisavam incrementar a renda ou quando não conseguiam trabalho em outras esferas do setor de serviços. O trabalho reprodutivo que realizavam hodiernamente em seus lares estendia-se para o universo profissional e elas acabavam reproduzindo, para seu sustento, as atividades que desde muito jovens aprenderam a realizar. Por esse motivo, o emprego doméstico era sempre uma possibilidade no horizonte das interlocutoras, ainda que não fosse o mais desejado.

Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2000), ao fazerem um levantamento comparativo de trabalhos executados por mulheres, analisam o trabalho doméstico remunerado e algumas carreiras universitárias como a advocacia, as engenharias, a arquitetura e a medicina, demonstrando haver o que elas denominam de **bipolaridade** (HIRATA, 2001) no trabalho assalariado feminino. Essa relação polarizada é demonstrada a partir do estudo da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, que vem acompanhada da alocação de muitas trabalhadoras em empregos mal remunerados e precários, mas também aparece naquelas situações onde as mulheres possuem nível superior e investem em carreiras antes maciçamente masculinas. As autoras argumentam, contudo, que para que essas possam desenvolver suas carreiras e profissionalizarem-se, elas utilizam, muitas vezes, a mão-de-obra daquelas. Esse é um aspecto interessante para analisarmos as relações intragêneros e a liberação das mulheres de classe média escolarizadas frente aos afazeres domésticos. A relação dentro de uma mesma identificação de gênero, em muitos casos, não é suficiente para criar um sentimento de solidariedade entre as mulheres que contratam e aquelas que executam os serviços domésticos, isto porque a suposta identidade de gênero não se sustenta frente às diferenças marcantes de raça e classe existentes entre elas (BERNARDINO-COSTA, 2013).

O emprego doméstico é visto como a primeira – e muitas vezes a única – oportunidade de entrada no mercado de trabalho para muitas mulheres, especialmente aquelas das camadas populares, negras, jovens, com baixo grau de escolarização e migrantes. Por esse motivo, o trabalho doméstico concentra com tamanha intensidade a força de trabalho feminina, mantendo, em números absolutos, um nível elevado de trabalhadoras, o que revela, também, a importância dessa atividade na economia brasileira. Bruschini e Lombardi argumentam que o

trabalho doméstico geralmente não é especializado, portanto, as trabalhadoras domésticas costumam realizar múltiplos serviços nas residências em que trabalham. Essas mulheres são, nas palavras das autoras, **domésticas polivalentes**. É importante entendermos que o serviço doméstico não conta, boa parte das vezes – por ser realizado nos núcleos familiares –, com uma delimitação de espaços de atuação das trabalhadoras, o que contribui para a descaracterização do viés profissional da ocupação.

As autoras argumentam, ainda, que conforme conseguem maior instrução escolar, as mulheres que trabalham como domésticas procuram empregos mais bem remunerados, geralmente no setor de serviços, mas em outras ocupações. Esse ponto era abordado nas narrativas das interlocutoras enfaticamente. Mesmo o emprego que tinham à época da pesquisa, apesar de ser “no ramo da limpeza”, já era um avanço se comparado ao trabalho “em casa de família”. As trabalhadoras mais jovens, particularmente, mostravam-se bastante interessadas em cursos que lhes permitissem ter ocupações que não estivessem vinculadas à limpeza e aos serviços domésticos, ainda que, conforme dito anteriormente, essa fosse a válvula de escape em momentos de necessidade.

Creio que o tipo de serviço que as interlocutoras desempenhavam no órgão federal, mesmo que não fosse executado em ambiente privado – como no caso de empregadas domésticas que realizam atividades de limpeza e cuidado nas casas de outras pessoas –, também pode ser considerado uma forma de **trabalho reprodutivo assalariado** (ÁVILA, 2010). Isso porque está ao encargo dessas trabalhadoras a manutenção de um ambiente de trabalho limpo, salubre e aprazível para que o trabalho produtivo burocrático pudesse ser realizado plenamente pelos funcionários do órgão contratante da empresa a qual estavam vinculadas. Em última análise, elas garantiam o bem-estar necessário ao desenvolvimento das outras profissões.

De acordo com as estatísticas da PNAD¹⁰, existiam 6,6 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil no ano de 2011.¹¹ Desse contingente, 6,1 milhões eram mulheres, o que significa 92,6% da amostra. Do total analisado, 61% eram compostos por mulheres negras. Seguindo os dados da PNAD 2011, quanto à formalização, as trabalhadoras negras eram aquelas que mantinham os mais altos índices de relação subempregatícia ou, ainda, sem carteira assinada: 48,1% do total das empregadas domésticas negras não possuía carteira assinada, enquanto apenas 22,5% detinham tal direito trabalhista – os 29,4% restantes da

¹⁰ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹¹ Os dados aqui apresentados foram sintetizados no **Caderno Estudos e Pesquisa número 68/Agosto de 2013 – Emprego Doméstico no Brasil**, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

amostra correspondiam às diaristas, que também não contam com o benefício que deveria ser garantido a todos os trabalhadores.¹² Além disso, a remuneração média das trabalhadoras negras e pardas foi inferior ao das outras trabalhadoras (brancas, amarelas e indígenas), tanto no que dizia respeito ao trabalho realizado por mensalistas quanto ao das diaristas. Ademais, a jornada de trabalho das trabalhadoras negras foi somada em 43 horas semanais, enquanto demais trabalhavam 42 horas por semana.

Esses dados evidenciam a inserção massiva de mulheres negras no serviço doméstico remunerado, estando este relacionado a interações que remontam ao modelo escravocrata. Podemos inferir, portanto, que o trabalho doméstico sustenta-se sob a égide da **colonialidade do poder**, para usar o termo concebido por Aníbal Quijano (1991). O autor, ao cunhar tal conceito, busca compreender as relações de poder e assimetrias sociais que perduram e expandem-se na América Latina e nos países de capitalismo periférico. De acordo com Quijano, o capitalismo moderno/colonial e sua racionalidade erigiram-se a partir da conquista ibérica das Américas. A formação colonial permitiu aos colonizadores criarem a ideia de raça como se conhece hoje, introduzindo identidades históricas novas (negros, brancos, índios, asiáticos...) e tornando o mundo europeu – também recém-criado – modelo de onde derivariam os conhecimentos e as normas de conduta. O **constructo ideológico** raça foi produzido conjuntamente com a ocupação estrangeira das Américas e tornou-se o mais eficaz instrumento de dominação já conhecido. Sobre ele fundou-se o poder mundial capitalista e a subsequente distribuição desigual de trabalho e intercâmbio. Nesse sentido, o processo de constituição do capitalismo colonial/moderno não se deu apenas em termos materiais, mas na própria colonização do imaginário dos povos colonizados e nas relações intersubjetivas

¹² Em março de 2013 foi aprovada pelo Senado Federal a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 66/2012), chamada **PEC das Domésticas**, considerada uma reparação histórica a milhares de trabalhadores domésticos, equiparando-os aos trabalhadores formais urbanos e rurais. Tal aprovação permite à categoria ter garantidos direitos de aplicação imediata, como a remuneração jamais inferior ao salário-mínimo; férias proporcionais com direito ao décimo terceiro salário; licença gestante de cento e vinte dias e licença paternidade de cinco dias; pagamento de hora-extra superior em 50% ao valor da hora normal; jornada de trabalho de até quarenta e quatro horas semanais e não superior a oito horas diárias; repouso semanal remunerado; aposentadoria e integração à Previdência Social; reconhecimento de convenções e acordos coletivos de trabalho; proibição de diferença de salários por motivo de sexo, estado civil ou cor; proibição de qualquer discriminação no que diz respeito ao salário ou nos critérios de contratação do trabalhador portador de deficiência; proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos. No entanto, alguns direitos ainda dependem de regulamentação por portaria, norma técnica ou na forma da lei. Esse é o caso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); da relação de emprego protegida contra a demissão arbitrária ou sem justa causa; do seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário; da remuneração de trabalho noturno superior à diurna; do salário-família; do auxílio-creche aos dependentes de até seis anos de idade e também do seguro contra acidentes de trabalho. Outra questão sobre os direitos dos trabalhadores domésticos que está na ordem do dia para os coletivos de trabalhadores domésticos e centrais sindicais é a situação das diaristas. Estas trabalhadoras ainda não podem beneficiar-se da legislação, formando vínculo empregatício, uma vez que é preciso trabalhar mais de dois dias no mesmo local para adquirir o benefício da carteira assinada.

mantidas a partir de então (QUIJANO, 2000). Segundo o autor, o fim da legalidade colonial não impediu que perdurasse no mundo a colonialidade do poder, que racializa e, portanto, hierarquiza para extrair trabalho e espoliar.

Durante os meses de trabalho de campo chamou muito a minha atenção o número elevado de trabalhadores negros exercendo funções terceirizadas, incluindo as interlocutoras da pesquisa. Ao caminhar pelos corredores do órgão federal percebia as feições de outras mulheres e homens, também funcionários terceirizados, não brancos e brancos. Mas a quantidade persistia: a maioria desses trabalhadores era negra.

A questão de raça é essencial para pensarmos nos quadros de exclusão e desigualdades que têm nesse marcador a base de conflitos e tensões também entre classes. Conforme desenvolvido por Rita Laura Segato:

O que quero dizer é que classes, enquanto grupos de sujeitos inseridos de forma particular no sistema produtivo e, portanto, enquanto sujeitos, dotados, em teoria, de mobilidade, se transformam em grupos de sujeitos marcados, isto é, inscritos por traços indelévels, percebidos como orgânicos ou determinados por uma natureza, que exibem sua localização na escala social e sua ancoragem em posições estruturais. As posições, enquanto afloramento de relações estruturais, têm rosto. (SEGATO, 2005, p. 10).

Com grande dificuldade via trabalhadores negros dentre os funcionários do órgão federal. Isso demonstra o quanto negros e negras estão historicamente alocados em posições subalternas em relação às oportunidades de trabalho e apartados dos meios que permitem o alcance de qualificação para atividades com maior valor agregado socialmente. Posições sociais, prestigiosas ou não, têm rosto, e estes rostos são vistos, especialmente nas classes populares, com matizes não brancos.

2.4 RELAÇÕES DE PARENTESCO

Compreendi serem muito importantes as redes de parentesco para a contratação de novos funcionários pela empresa Planície.¹³ A indicação de um parente para que outro ocupasse uma vaga na empresa parecia ser levada em consideração na efetivação do vínculo empregatício e isso permitia à empresa ter sempre um contingente de trabalhadores possíveis e dispostos. Quando surgiam vagas, as pessoas logo se atentavam para juntar ao quadro de funcionários parentes e afins que estivessem precisando de trabalho e, dada a política de não demissão da empresa, estabilidade. Esse foi o caso de Dona Madalena, Dora e Marina. Outras mulheres frequentadoras da varanda também possuíam parentes trabalhando na Planície.

¹³ Segundo as interlocutoras, era comum essa rede de contatos para contratações desde os tempos da empresa Capitólio.

Além delas, foi-me confirmado pelas interlocutoras que “o que mais tem é parente” entre os funcionários, às vezes até mesmo contratados de outras empresas que atuavam no órgão.

Esse fenômeno demonstra a reprodução das contradições, bem como das tradições da sociedade de classes na dimensão laborativa. Ao passo que as classes populares desenvolvem solidariedades como a observada durante a pesquisa, de modo a garantirem inserção no mundo do trabalho assalariado, evidencia-se também a restrição de oportunidades de emprego reservadas a esses grupos que, negadas as possibilidades de ascensão social, mantêm-se, de maneira intergeracional, nos mesmos postos de trabalho.

2.5 EDUCAÇÃO

Havia um recorte geracional relativo ao grau de formação educacional no grupo de mulheres que acompanhei.

As mais jovens, Helena, Dora e Marina, concluíram o ensino médio antes dos vinte anos. Já Lúcia, que cursou até a oitava série, pensava em continuar os estudos para ter melhores oportunidades no mercado de trabalho.

No caso de Dona Madalena e Amaralina, ambas de idade mais avançada, a escolaridade era inferior a das outras interlocutoras. As duas fizeram até a quarta série do ensino fundamental. Contudo, deixavam claro que sabiam ler e escrever satisfatoriamente, e que não tinham, por exemplo, dificuldades em resolver problemas bancários. Amaralina reforçava ser bastante “esperta” no que tangia às questões trabalhistas e jamais deixou que os empregadores lhe “passassem a perna”.

As oportunidades e as dificuldades encontradas ao longo da vida pelas mulheres de diferentes gerações podem ser observadas na fala de Dona Madalena:

Na minha época era mais difícil de estudar. Hoje em dia tem escola em tudo que é canto perto de casa. Você sabe que eu sou lá do interior do Goiás, não sabe, filha? Então, lá a escola era longe à beça da casa da gente e era só uma que tinha assim mais perto de casa. Tinha que ir de pé todo dia. Aí chega um tempo que você precisa trabalhar pra ajudar em casa e não dá mais [...] Eu gostava demais de estudar. (informação verbal)¹⁴.

As interlocutoras mais jovens moraram desde novas em cidades com mais recursos e não no meio rural. A maioria delas teve acesso ao sistema escolar desde cedo e, ainda que precariamente, puderam nele permanecer. Elas procuravam não atrelar seus futuros profissionais à ocupação que desempenhavam à época, pois acreditavam que com a instrução que detinham poderiam vender sua força de trabalho em outros nichos do mercado que as

¹⁴ Informação fornecida por Dona Madalena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

remunerasse melhor. Conforme dito anteriormente, o grau de escolaridade está intrinsecamente relacionado ao tipo de emprego que as mulheres almejam. Nesse sentido, “casa de família”, antes a primeira opção, tornava-se a última para as interlocutoras de até trinta e cinco anos de idade.

2.6 RELIGIÃO

Temas religiosos eram recorrentes nas conversas que mantinha com as trabalhadoras. Falávamos das idas à igreja nos finais de semana, do comportamento reto que procuravam ter devido às suas convicções religiosas, da fé que as movia e as fazia continuar “lutando diariamente” para conseguir vencer os obstáculos no ambiente de trabalho e também aqueles apresentados na vida fora dali.

A maioria das interlocutoras autoproclamava-se evangélica. Esse era o caso de Helena, Dora, Dona Madalena e Marina. Todas elas demonstravam grande comprometimento com as congregações que frequentavam. Dora era a que tinha maior envolvimento com os trabalhos da igreja, sendo tutora de jovens junto a seu marido, sendo ele **ministro da fé**.

Amaralina afirmava amar a Deus e Jesus Cristo, além de ser devota de Nossa Senhora. Mesmo com uma fé cristã de base católica, afirmava ir à missa raramente. Entretanto, a assiduidade não determinava sua crença que, segundo ela, renovava-se nas orações diárias que fazia muito mais do que nas idas à igreja.

Lúcia acreditava “em muitas coisas”, não definindo uma religião como destino final de sua crença. Lia materiais sobre espiritismo, frequentava esporadicamente com as amigas cultos evangélicos e, se chamassem, dizia ir à missa também.

2.7 O MOMENTO SEGUINTE

De modo a organizar melhor os dados, não elencando muitos tópicos em um mesmo capítulo, o que era apenas um texto tornou-se dois. Portanto, aqui apresentei as dimensões gerais que perpassaram o estudo sobre as interlocutoras. O próximo passo é apresentá-las, traçando o perfil biográfico de cada uma a partir das informações que apreendi ao longo do trabalho de campo.

3 MULHERES, TRABALHADORAS, INTERLOCUTORAS

De modo a organizar os diversos elementos do universo pesquisado, julguei ser necessário delinear o perfil biográfico de cada uma das mulheres que compuseram o trabalho realizado. Em suas histórias, nas experiências que tivemos juntas ao longo de tantos meses e nas transformações ocorridas durante o campo, procurei compreender de que maneira elas apresentaram-se para a pesquisadora e como deu-se a construção de suas identidades nos encontros que mantivemos. Obviamente, esta apresentação não pretende resumi-las, tampouco enquadrá-las apenas na dimensão laboral. É, antes, uma tentativa de organizar o que me foi possível apreender durante o tempo em que estivemos em contato.

3.1 AMARALINA

Senti extraordinária empatia por Amaralina desde o nosso primeiro encontro. Ela não fazia parte da turma da varanda, haja vista trabalhar na área externa. E, apesar de ser bastante carismática, não gostava de envolver-se muito com outros funcionários. Recolhia as folhas da região próxima ao estacionamento e ao bosque e revezava a limpeza dos banheiros do bloco C. Ficava mais só, ou em companhia dos homens da jardinagem – esse trabalho era essencialmente masculino. Não era possível encontrá-la sempre, uma vez que não costumava ficar em um só lugar – suas possibilidades de trânsito eram mais amplas por trabalhar na área externa –, descansando fora das vistas dos encarregados da empresa e buscando quietude. Assim que findava seu trabalho, transitava pela área do bosque ou por detrás do grande prédio próximo ao estacionamento, cuja estrutura, vista por trás, diferentemente da parte dianteira, permitia que alguns funcionários sentassem-se para descansar (Anexo E).

Conversávamos em pé, geralmente com ela dando-me muitas informações em um espaço curto de tempo. Ficou claro, após alguns meses, que não conseguiria uma conversa organizada nos meus moldes. Ela estava disposta a ajudar-me na pesquisa, mas em seus termos, no tempo que disponibilizasse assim, de rompante. Quando combinávamos uma entrevista para o dia seguinte, ela simplesmente não aparecia no local combinado e, quando a procurava, parecia ter evaporado. Percebi, depois de alguns furos, que ela não se sentia à vontade nessa dinâmica de perguntas e respostas. Sua fala precisava ser livre. Mesmo que apenas poucas vezes eu tenha conseguido estruturar um roteiro de questões com Amaralina, ela presenteou-me com informações valiosas acerca não apenas das táticas que utilizava no ambiente de trabalho, mas também sobre sua vida fora dali. Sua figura encantava-me. Seu sorriso largo, adornado com feixes de ouro, era acolhedor.

Amaralina teve duas filhas e fora casada por alguns anos. Contudo, seu marido era alcoólatra e fizera da vida conjugal “um inferno”. O colocou “pra fora de casa” e depois disso decidiu que não queria mais nenhum homem residindo com ela. Há alguns anos sua filha mais nova fora assassinada pelo companheiro. Esse lamentável fato apareceu algumas vezes em sua narrativa, mas sempre de maneira superficial. Jamais me aprofundei nesse assunto tão delicado e tampouco esperava que ela o fizesse. Amaralina tem netos das duas filhas e, sempre que podia, ressaltava que o rapaz mais velho, então com recém-completados dezoito anos, trabalhava como *office-boy*. Amava seus netos, mas gostava de dizer que só queria saber de casa cheia quando era de sua vontade: “Quando eu tô com saudade deles eu chamo: ‘Vem cá visitar a vó! Vamos almoçar todo mundo junto!’. Mas tem final de semana que eu quero é ficar na minha, Herikazinha. Fazer minhas coisas.” (informação verbal).¹⁵ Além do emprego formal durante a semana, trabalhava aos sábados fazendo faxina.

A interlocutora, com seus sessenta e dois anos, era aposentada pelo INSS, tendo cumprido seu “tempo de serviço” na Capitólio, mas resolveu continuar trabalhando. Via o serviço não apenas como fonte de renda, mas também como razão de viver, de manter-se ativa: “[...] ainda aguento muita coisa. Pra você ver... Tenho mais força que esses homens aí.” (informação verbal)¹⁶, referindo-se aos homens da jardinagem. Ela era a única mulher que trabalhava na área aberta exercendo funções vistas pelas outras interlocutoras como “mais pesadas” e masculinas. Foi escolha sua também: “melhor do que ficar fechada numa sala”.

Em quase todas as nossas conversas, Amaralina falava-me da importância de saber levar o “chefinho gente fina” – era assim que ela chamava um dos encarregados, Geraldo, espécie de supervisor dos supervisores. Era a ele que Amaralina dirigia-se sempre que tinha alguma pendência para resolver fora do trabalho ou nos feriados prolongados, quando queria emendar. Sua capacidade de persuasão era impressionante. Negociava com o “chefinho” de modo a conseguir benefícios que a permitiam sentir-se mais confortável no ambiente de trabalho e fora dele. Amaralina não tinha por hábito almoçar com os outros funcionários da empresa e, por isso, pediu ao encarregado que a liberasse para comer em outro lugar. “Ah, Herikazinha, não gosto de me misturar não. Muita conversa! Gosto mais é de ficar na minha. [...] Ih! O chefinho é beleza. Só saber levar que ele vai bonitinho e eu consigo ficar na boa.” (informação verbal)¹⁷, dizia-me em seu linguajar solto.

¹⁵Informação fornecida por Amaralina, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

¹⁶Informação fornecida por Amaralina, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

¹⁷Informação fornecida por Amaralina, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

Amaralina, Helena e Lúcia usavam o tempo que tinham disponível nos finais de semana, geralmente aos sábados, para “dar faxina” nas casas de funcionários do órgão. As duas últimas, além das faxinas, também faziam “bicos” como cabeleireiras.

3.2 LÚCIA

Lúcia foi a última interlocutora que conheci. Ela começou a trabalhar no órgão quase um ano após minha entrada em campo, mas desde cedo mostrou-se aberta às conversas. Recém-chegada do Maranhão, tinha apenas vinte e três anos. Veio tentar a sorte no Distrito Federal, deixando uma de suas filhas com sua mãe e a outra sob os cuidados do ex-marido.

A interlocutora gostava de mexer com “coisas de salão”. Por isso, mesmo trabalhando na Planície, não abria mão de seus “bicos” nos finais de semana e sonhava em abrir um negócio para si. Quando findada a pesquisa, estava morando em São Sebastião, em um quarto alugado, e havia apenas começado a namorar um dos seguranças que trabalhava no órgão, contratado por outra empresa prestadora de serviços.

Lúcia era paraense, mas ainda no início da adolescência mudou-se com a mãe para o interior do Maranhão. Sua filha mais velha tinha dez anos, revelando a gravidez precoce da interlocutora. Terminou o ensino fundamental, mas não seguiu com os estudos. No entanto, nesse ínterim, manteve-se bastante interessada em leituras diversas. Nos meses em que conversamos, com o objetivo de “tentar novas oportunidades”, ela estava terminando um curso técnico em administração que começara assim que chegou ao Distrito Federal. Pensava, terminado o curso, em retomar os estudos.

Sempre que nos encontrávamos percebia que suas falas voltavam ao tema da busca por um emprego que tivesse, a partir de suas concepções, maior valor agregado; uma posição mais burocrática, emprego “de sala” como ela mesma dizia. A interlocutora almejava remuneração e *status* mais elevados.

Sua aspiração, contudo, não a impedia de ressaltar o fato de não se sentir envergonhada por usar o uniforme da empresa, vendo-o como um símbolo de “dignidade”, de “trabalho honesto”. Era um emprego que “pagava as contas” e permitia que ela mandasse dinheiro para mãe e para as filhas no Maranhão. Porém, por mais que a interlocutora enxergasse o trabalho que executava como valoroso por ser estável, formal e com algum espaço de negociação cotidiana, não pretendia manter-se por muito tempo naquela função.

3.3 HELENA

Helena, assim como Lúcia, também era afeita às “coisas de salão”, “fazendo cabelo sempre que da[va]” nos finais de semana. Muitas vezes, conforme afirmava: “Eu ainda faço cabelo dia de domingo. Tem dia que é sete horas da noite e as mulheres tão lá em casa me atentando pra mim fazer escova e passar selagem. Aí eu fico trabalhando até no domingo.” (informação verbal).¹⁸ Tinha como objetivo abrir um negócio e ser “patroa” de si mesma. Mesmo que não fosse um salão de beleza, Helena objetivava trabalhar autonomamente. Estava sempre atenta aos cursos que a pudessem impulsionar profissionalmente – mas que coubessem no seu curto horário depois do trabalho e também no bolso. Trabalhou por muitos anos na feira da Ceilândia e ainda em lojas de roupas e em uma livraria. Seu primeiro emprego “fichado” foi como caixa de supermercado. Em seguida, entrou para a Capitólio, atual Planície. Dizia conhecer bem o comércio e por isso objetivava começar algo para si nesse ramo.

Logo que entrou na Capitólio, foi alocada por um ano no Quartel General do Exército.¹⁹ Comentava que no QG o trabalho tinha maior supervisão por parte do órgão contratante, contudo, “[...] o pessoal dava muitas coisas, ajudava muito os funcionários; dava cesta, dinheiro...”(informação verbal)²⁰. Portanto, valia a pena um olhar mais rigoroso em vista do menor número de horas trabalhadas (eram seis horas) e das dádivas recebidas.

A interlocutora, à época da pesquisa com trinta e cinco anos, mudou-se para o DF ainda na adolescência com os pais, vindos do Piauí. Poucos anos depois a família retornou ao estado de origem e Helena ficou, tendo habitado bairros como Samambaia, Asa Sul, Núcleo Bandeirante e, finalmente, Riacho Fundo II.

Evangélica, sempre que podia ia com a filha Isabel, de doze anos, aos cultos da igreja. A filha, segundo ela, era mais envolvida com as atividades da congregação. Mãe solteira, a interlocutora era a provedora de seu lar, voltando suas atenções e preocupações sempre para a menina, para seu crescimento e suas necessidades.

Enquanto acompanhava Helena, aos poucos fui percebendo que ela não se dava bem com algumas pessoas no ambiente de trabalho, sentindo-se constantemente perseguida pelas

¹⁸Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

¹⁹Na primeira vez que falamos sobre sua saída do QG, Helena, que já trabalhava havia cinco anos no órgão federal no qual empreendi a pesquisa, disse ter mudado de local de trabalho após o Quartel encerrar o contrato com a empresa prestadora de serviços. No entanto, tempos mais tarde, já no final do campo, ela contou outra versão da história. A interlocutora alegou ter tido problemas de relacionamento com funcionárias da Capitólio no QG. Assim, para se ver livre da “focofalhada” resolveu aceitar a vaga que tinha sido aberta no órgão que estava atuando desde então.

²⁰Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

demais trabalhadoras de seu bloco e, também, por uma funcionária da instituição. Em suas narrativas, era comum haver alguma indicação de que as mulheres da varanda falavam mal dela “pelas costas”. Por esse motivo, com o passar dos meses, a interlocutora foi distanciando-se cada vez mais do espaço da varanda. Meus encontros com ela, inclusive, passaram a acontecer fora desse local nos momentos finais da pesquisa. Começamos a conversar em outra **escada** – esta sem varanda – onde ela passou a guardar, no cantinho, seus produtos de limpeza (Anexo F).

Helena era a que mais se queixava de viver cansada. Junto às suas queixas, vinham as de Dona Madalena. Mas o caso de Dona Madalena complica-se quando analisamos sua trajetória: ela sentia muitas dores no corpo, tinha alergia aos produtos que usava para limpar as salas e ainda perdeu o filho, de forma trágica, recentemente. Estava tomando antidepressivos e calmantes para conseguir ir ao trabalho e levar a vida e esses medicamentos davam-lhe muito sono.

3.4 DONA MADALENA

Dona Madalena tinha cinquenta e cinco anos. Trabalhava na empresa Planície e no órgão federal há quase cinco. Conseguiu o emprego por intermédio de sua mãe, já falecida. Tanto a mãe quanto o filho do meio de Dona Madalena eram anteriores a ela na empresa. O filho permanecia trabalhando na Planície. Apesar de ser mais nova que Amaralina, aparentava ter idade mais avançada. Talvez por isso fosse tratada de maneira mais formal.

Era viúva. Seu segundo companheiro, com quem estava há sete anos, também era contratado da empresa Planície para executar serviços de limpeza e conservação, contudo, estava lotado em outro órgão. Moravam juntos em Santa Maria. Dora, que era bastante próxima de Dona Madalena, costumava tecer comentários elogiosos ao atual marido da amiga que, de acordo com ela, era “um ótimo companheiro”.

Trabalhou em “casa de família” por vinte anos sem jamais ser “fichada”. Quando teve a oportunidade de ter um trabalho formal, a empregadora com quem conviveu por duas décadas sequer tentou fazer com que ela ficasse. Optou por não pagar “seus direitos” e “lavou as mãos” para sua decisão de mudar de emprego. Ainda assim, Dona Madalena falava com carinho da família que acompanhou por tantos anos, especialmente quando se lembrava dos filhos da “ex-patroa”.

Faltava bastante ao serviço em razão das consultas médicas que precisava realizar. Sentia dores, fazia uso de medicamentos alotrópicos diariamente, não se dava bem com os produtos utilizados na limpeza e ainda dizia perceber estar envelhecendo mal. Nos últimos

meses de pesquisa de campo a interlocutora parecia ausentar-se cada vez mais. Era comum Dona Madalena ir apenas no turno da manhã, partindo à tarde para os compromissos médicos. Esse quadro de desconfortos e mal-estares agravou-se com a morte violenta de seu filho mais velho às vésperas do Natal de 2012.

Por sua mãe ter sido funcionária da empresa Capitólio/Planície e seu filho do meio trabalhar lá há anos, as interlocutoras comentavam, especialmente sua amiga Dora, que os encarregados estavam sendo mais compreensivos com os problemas enfrentados por ela e os desdobramentos de sua situação, que acabavam afetando seu trabalho.

3.5 DORA

Dora tinha trinta e dois anos e trabalhava há quase quatro na Planície. Sua mãe também trabalhava na empresa e foi por intermédio dela que soube da vaga que viria a ocupar. Seus empregos anteriores foram como babá durante dois anos – sem carteira assinada – e depois em uma loja de roupas e em outra de enxovais – nesta última, “fichada”.

Prezava muito pela família e sempre que podia falava de sua filha Angélica, de seus caprichos, de como estava crescendo rapidamente e dos problemas de saúde da garotinha de sete anos. Também falava do marido e da relação que ela considerava de parceria entre os dois. Nunca gostou muito da ideia de uma entrevista gravada. Das vezes que apareci com um gravador, apenas em uma delas ela permitiu a gravação.

Sua vida tinha uma organização diferente da das outras interlocutoras. Por sua filha ter especificações alimentares a cumprir devido a fatores de saúde – intolerância à lactose e episódios frequentes de rinite e sinusite –, Dora e seu marido também tinham uma alimentação regrada. Ambos eram envolvidos com as atividades da igreja evangélica que costumavam frequentar em São Sebastião, cidade em que moravam. Ela procurava passar os finais de semana fazendo passeios com a filha, levando-a ao zoológico ou ao *shopping*. Seu marido a levava de carro e a buscava no trabalho, por isso raramente fazia uso do ônibus da empresa que transportava os trabalhadores até a rodoviária. Seu horário de entrada e saída também era outro. Conseguiu negociar com os encarregados para que se adequasse ao horário do marido. Juntamente com algumas poucas pessoas entrava às oito da manhã e saía às dezoito horas, enquanto a maioria entrava às sete e saía às dezessete.

De acordo com Dora, aos olhos de seu marido, os funcionários da Planície tinham “a faca e o queijo na mão” para sindicalizarem-se e lutarem por seus direitos. No entanto, ela achava que ninguém ali estava interessado em se organizar, uma vez que poderia ser despedido ou, mesmo por preguiça, de fazer alguma coisa para mudar a situação na qual se

encontravam. Era tudo muito pessoal: se você agradava o encarregado, conseguia ter faltas abonadas, sair mais cedo, assinar o ponto no dia seguinte, etc. Segundo ela, “[...] os encarregados são gente fina. Se puder te ajudar, te ajuda. Eles não põem falta, eles aliviam. Aí no outro dia você assina.”(informação verbal)²¹. Mas ela ainda assinalava não ser esse o caso de muitos funcionários que não contavam com a cordialidade dos encarregados.

Seu marido encarava as atitudes da empresa como arbitrárias e, sempre que podia, aliava a esta situação seu desejo de que Dora saísse do emprego para tornar-se dona de casa: “[...] pelo meu esposo eu não trabalhava aqui. Ficava em casa” (informação verbal)²². Quanto ao emprego e as atividades que realizava, ela preferia sair para voltar ao comércio, mesmo com a carga horária maior: “Você vê mais gente e conhece mais gente”(informação verbal)²³. Seu marido trabalhava na área de contabilidade de outro órgão federal e ganhava quatro vezes o seu salário. Moravam nos fundos da casa de sua mãe em São Sebastião e, no final de 2012, foram chamados a assumir a casa a qual se candidataram pelo programa do governo Minha Casa, Minha Vida/Morar Bem, também em São Sebastião, no condomínio Jardim Mangueiral.

3.6 MARINA

Marina tinha trinta e três anos. “Juntou-se” muito nova, aos quatorze anos, e passou muito tempo sem trabalhar assalariadamente. Dessa união teve dois filhos, atualmente com idades de onze e dezenove anos. O mais velho, à época da pesquisa, estava no serviço militar. Seu companheiro era motorista de caminhão e não parecia muito contente com a ideia de Marina trabalhar de forma assalariada.

Cansada de ser “dona de casa”, de precisar pedir dinheiro ao marido “até pra comprar calcinha” e ainda ter de ouvir “quer esse dinheiro pra quê?!”, ela resolveu “trabalhar fora”. Tomada a decisão, passou alguns meses separada do marido dada a não aceitação dele em relação à sua escolha.

Trabalhou durante oito meses em “casa de família” sem ser “fichada”. Em seguida, foi estoquista em um *shopping* para, finalmente, por intermédio da mãe, assim como Dora e Dona Madalena, ser contratada pela Capitólio/Planície, estando acerca de dois anos e meio na empresa.

²¹Informação fornecida por Dora, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

²²Informação fornecida por Dora, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

²³Informação fornecida por Dora, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

Morava com sua família nuclear nos fundos da casa de sua mãe, em Samambaia Sul. A única das interlocutoras nascida no Distrito Federal morou muitos anos no Setor O. Tinha o segundo grau completo e demonstrou inúmeras vezes seu desejo em mudar de emprego. Almejava ser recepcionista no órgão, haja vista o trabalho ser mais bem remunerado e com carga horária menor.

Marina costumava atentar para uma questão muito importante no cotidiano laboral das interlocutoras: a distância do local reservado ao almoço e repouso antes da volta ao “batente”. O espaço destinado aos trabalhadores, anteriormente localizado no subsolo do bloco A, tornou-se ainda mais marginalizado quando passou para a **garagem**, estando as interlocutoras e seus pares obrigados a fazerem suas refeições somente naquele local.²⁴ Ainda que existissem algumas exceções referentes às negociações entre encarregados e trabalhadores, como no caso de Amaralina, era preciso permanecer **escondida** – Amaralina almoçava nas estruturas do bloco C. Marina queixava-se da mudança do espaço, que colocava os trabalhadores apartados dos funcionários do órgão. Talvez por sentir na pele mais do que as outras a necessidade de estar fora das vistas dos encarregados para continuar a frequentar seu antigo setor, era ela também quem pontuava a distância simbólica e física do novo refeitório:

Eu sempre trago marmita de casa que é pra economizar o tik, né?! Antes tinha um refeitório, aí a gente almoçava lá. Agora é lá na garagem porque o outro lugar, que era aqui em baixo, virou arquivo. Agora a gente sai daqui pra ir lá depois do jardim. Ruim é em tempo de chuva, porque só pode comer lá. Muita gente já reclamou. Mas não adianta nada. [...] Nossa! É longe! Tem que caminhar muito. Aí depois eu fico lá pela grama. Eu costumo almoçar de onze às doze. (informação verbal).²⁵

Ao longo do trabalho de campo, apenas alguns casos pontuais de hostilidade entre servidores da casa e trabalhadores terceirizados foram-me relatados. No entanto, havia sim uma demarcação de limites do que podia ser feito e de onde era possível transitar dentro do órgão. Mesmo na associação, local que identifiquei como a zona mais eclética de convivência (em horário de almoço), os terceirizados da limpeza relacionavam-se endogamicamente e ocupando espaços determinados. Apenas vez ou outra interagiam com algum funcionário da instituição que resolvia participar dos jogos de damas e dominó, ou das peladas batidas em uma das quadras de esporte. Mas essa situação ocorria apenas com os funcionários que já

²⁴ Era permitido aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços terceirizados almoçarem no restaurante do órgão. Contudo, não vi, ao longo da pesquisa de campo, nenhum deles fazendo suas refeições naquele local. Apenas os terceirizados “de sala” costumavam frequentá-lo. A única vez que tive a oportunidade de ver um funcionário da limpeza no restaurante foi quando convidei Helena – a encontrei por acaso cobrindo uma colega em outro setor – para lanchar comigo no final da tarde. Certa vez fiz o mesmo convite à Amaralina, que trabalhava perto do restaurante, mas ela disse preferir tomar seu cafezinho fora dali e não aceitou o convite. Então, entrei, comprei os cafés, e nos sentamos nos banquinhos da área externa.

²⁵ Informação fornecida por Marina, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

mantinham uma relação de camaradagem com os terceirizados por meio da convivência adquirida nas limpezas das salas.

3.7 O TRABALHO VIVIDO EM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO

A elaboração dos perfis descritos nos tópicos anteriores teve por objetivo mostrar características e informações apreendidas, ao longo da pesquisa, a respeito das interlocutoras, criando, assim, espaço para serem desenvolvidas, nos capítulos seguintes, as temáticas que se apresentaram de maneira mais significativa em suas narrativas e aliar a essas histórias questões de contexto político e de cunho teórico.

Localizar as mulheres que acompanhei e situar suas narrativas dentro dos objetivos da pesquisa possibilita que tenhamos uma ideia mais clara a respeito de como encaravam os seus trabalhos cotidianos, fossem eles executados assalariadamente ou gratuitamente; vistos como deveres que podiam estar relacionados a papéis de gênero, a estruturas monoparentais, a estilos de vida, ou até mesmo enquanto realizações prazerosas e que traziam sentido às suas vidas.

A existência de múltiplas jornadas laborativas, que de fato compunham o universo das trabalhadoras, já fazia parte de meu prospecto de análise e comprovou-se durante a incursão etnográfica. Em vista disso, falar de trabalho nestas páginas é abordar uma dimensão do viver bastante expandida, que correspondia aos caminhos percorridos ao longo de anos pelas mulheres integrantes da pesquisa.

As diversas jornadas de trabalho estavam associadas ao contexto vivenciado pelas trabalhadoras: mulheres com características sociais e simbólicas específicas inscritas em seus corpos e em suas realidades. Para pensar sobre isso, cabe aqui trazer o conceito de interseccionalidade utilizado por Joaze Bernardino-Costa (2013) ao falar de trabalhadoras domésticas no Brasil, especificamente no eixo Brasília/Salvador. De acordo com o autor, o conceito remonta ao questionamento das feministas negras nas décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos sobre a universalização da categoria **mulher**.

A interseccionalidade dispõe sobre os encontros possíveis entre denominadores como raça, classe e relações de gênero, abordando as desigualdades criadas pelas combinações desses fatores conjuntamente. Cria-se, metaforicamente, a imagem do encontro de avenidas – figura elaborada por Kimberlé Crenshaw, autora com quem Bernardino-Costa dialoga – para entender-se o fluxo intenso a que estão sujeitas as trabalhadoras que vivem quadros de opressão derivados da discriminação. O autor vale-se ainda da colonialidade do poder, conceito lavrado por Quijano e apresentado aqui previamente, casando-o à interseccionalidade

para compreendermos relações de poder e vulnerabilidades experienciadas pelas trabalhadoras com quem teve contato em seu trabalho.

Contudo, não são apenas os pontos negativos dos **encontros** engendrados pela interseccionalidade que podem ser levados em consideração na análise de contextos de desigualdade. Junto aos quadros de exclusão e jugo também se formam os grupos de resistência e a luta revolucionária. É nesse sentido que Bernardino-Costa discorre acerca de uma interseccionalidade emancipadora e também da decolonialidade do imaginário e das ações cotidianas.

Em outras palavras, nem sempre raça, classe e gênero estarão associados à opressão e desigualdade, ao contrário, em algumas situações raça, classe e gênero poderão ser mobilizados para o estabelecimento de solidariedade política em torno de projetos decoloniais. Muitas vezes e dependendo do contexto histórico, a diferença que subsidia a noção de interseccionalidade pode resultar em formas democráticas de agência política. (COSTA, 2013, p. 7).

Ou ainda:

Esta articulação e diálogo com os movimentos sindical, feminista e negro constitui-se naquilo que pode ser denominado *interseccionalidade emancipadora*, o que remete à maneira como os mencionados marcadores de diferença foram e são estrategicamente articulados para gerar mobilização, solidariedade e ganhos democráticos, gerando, em suma, projetos decoloniais de resistência e reexistência. (BERNARDINO-COSTA, 2013, p. 55).

Refletindo acerca da realidade das trabalhadoras que compõem esta pesquisa, creio que os próximos capítulos tentarão evidenciar o quanto os temas propostos pelo autor estão imbricados e interferem no cotidiano das interlocutoras. Alio a esses denominadores também o tempo, que é marcado, dirigindo-me ao universo das interlocutoras, por relações de classe e gênero.

4 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS IMPACTOS NO COTIDIANO DE MULHERES TRABALHADORAS

A reflexão acerca do cotidiano laboral das interlocutoras mostrou ser essencial à pesquisa elaborar, ainda que brevemente, um panorama das transformações estruturais ocorridas no mundo do trabalho nos últimos anos. Desse modo, este capítulo tem por objetivo contribuir para a compreensão do fenômeno da terceirização de serviços, entendendo a intensificação dessa forma de trabalho como uma das consequências da adoção do modelo neoliberal de governança pelas economias mundiais e seu espraiamento ideológico no seio das sociedades capitalistas contemporâneas. Ademais, também se revela importante para a análise apresentar a noção de divisão sexual do trabalho, considerando a relevância do conceito para pensarmos as relações trabalhistas entre e intragêneros, bem como os dados recolhidos em campo.

4.1 O ENRAIZAMENTO DO IDEÁRIO NEOLIBERAL

A eclosão de correntes neoliberais²⁶ ganhou força em meados dos anos 1970 impulsionada pela crise estrutural do sistema capitalista de produção e pelas conseguintes críticas ao **Estado providência** ou **Estado de bem-estar social**, especialmente nos contextos vivenciados pelos países industrializados do norte. No caso latino-americano ocorreu uma adaptação, estando a crítica direcionada aos governos desenvolvimentistas e ao nacional-populismo.

Muito além de um sistema meramente econômico, o neoliberalismo é uma corrente ideológica, um movimento intelectual e, ainda, um conjunto de políticas que tem na liberdade de mercado e na restrição da atuação dos Estados nacionais seus esteios (MORAES, 2001). Em linhas gerais, o corolário neoliberal prega a privatização das empresas estatais e dos serviços públicos (saúde, educação, previdência, etc.), aliada à elaboração de uma legislação que diminua largamente a interferência dos poderes públicos nos domínios privados.

Para David Harvey, a doutrina neoliberal caracteriza-se como:

[...]a theory of political economic practices that proposes that human well-being can best be advanced by liberating individual entrepreneurial freedoms and skills within an institutional framework characterized by strong private property rights, free markets, and free trade. The role of the state is to create and preserve an

²⁶ Obviamente o neoliberalismo não surgiu de maneira simples e espontânea nos anos setenta. A doutrina tem suas bases no **liberalismo** de séculos anteriores e já vinha ensaiando seus passos no mundo moderno desde o início do século XX. Contudo, é a partir da publicação de **O caminho da servidão**, de Friedrich Von Hayek, no ano de 1944, que se cria a referência-manifesto do movimento neoliberal.

institutional framework appropriate to such practices. The state has to guarantee, for example, the quality and integrity of money. It must also set up those military, defense, police, and legal structures and functions required to secure private property rights and to guarantee, by force if need be, the proper functioning of markets.(HARVEY, 2005, p. 2).

Podemos observar que o pensamento neoliberal tem na **liberdade individual** um valor fundamental, um ideal sedutor bastante utilizado por seus entusiastas para aproximar a ideologia neoliberal do senso comum e dos anseios particulares dos sujeitos. Em vista disso, a adoção do neoliberalismo enquanto visão de mundo e forma de governo transforma relações sociais, modos de vida, formas tradicionais de soberania dos Estados, dinâmicas trabalhistas e também hábitos do coração (HARVEY, 2005). Em relação ao papel exercido pelo Estado, é evidente a contradição entre a proposta neoliberal de **intervenção mínima** e a necessidade de sua figura aparecer destacadamente no processo de afirmação e na práxis dessa doutrina capitalista.

É prudente que entendamos, ainda, que ao longo da jornada de neoliberalização das economias e dos modos de vida, houve muitas adaptações, haja vista cada cultura apresentar suas singularidades.

No que concerne aos empreendedores dos projetos neoliberais nos diversos países do mundo, David Harvey afirma que:

[...] poderíamos analisar a história do neoliberalismo não só como um projeto utópico fornecendo um modelo teórico para a reorganização do capitalismo internacional, mas também como um projeto político visando tanto restabelecer as condições para a acumulação de capital como restaurar o poder de classe. (HARVEY, 2007, p. 10).

O autor argumenta que mais importante que o neoliberalismo em si é o poder das elites. Portanto, nos casos em que o ideário neoliberal conflita com os interesses das camadas abastadas das sociedades capitalistas, logo ele é reformulado para adaptar-se ao projeto de classe ou deixado de lado em alguns de seus pontos. Seguindo esse entendimento, podemos inferir que o processo neoliberal é:

[...] oscilante, geograficamente desigual e altamente influenciado pelo equilíbrio entre as classes e outras forças sociais alinhadas ou contrárias às suas posições centrais dentro das formações específicas de Estado, e mesmo dentro de setores particulares (como a saúde e a educação). (YERGIN; STANISLAW, 1999 apud HARVEY, 2007, p. 10-11).

No modelo neoliberal, o rearranjo das regulamentações estatais associa-se, em grande medida, ao deslocamento da produção de normas para as organizações multilaterais, a exemplo do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização

Mundial do Comércio (OMC) – para citar as de maior expressão no mundo globalizado. Nesse contexto, a conquista de direitos e o protagonismo social atingido pelas classes trabalhadoras através de séculos de lutas são destituídos, em grande medida, de seu espaço de empoderamento, uma vez que as decisões passam a ser tomadas em função das variações do mercado e em esfera supranacional.

Trabalhadores têm seus direitos diminuídos na lógica do livre mercado e da aberta concorrência. Uma sociedade de moldes meritocráticos é erguida e tem na **competência** – considerada um dom, uma qualidade do indivíduo – a maneira de obliterar a realidade das desigualdades sociais e a impossibilidade de acesso, por muitos, ao sistema escolar, às atividades culturais e aos locais de preparação para a entrada no mercado de trabalho. O mérito é utilizado como a maneira de manter os privilégios das classes dominantes, depreciando, assim, as classes populares – aqueles que não possuem os meios para atingir objetivos sociais de grande valor agregado.

A democracia é vista de maneira suspeita pelos teóricos do neoliberalismo, portanto, a ela devem ser impostos rígidos limites (HARVEY, 2005). Isso ocorre uma vez que essa forma de governo permite que as massas tenham lugar na vida política dos países, alcançando poder decisório por meio do sufrágio universal. Além disso, os diversos grupos de interesse podem organizar-se para cobrar ações do Estado em favor de demandas específicas, o que acaba, no ponto de vista conservador dos neoliberais, tornando os governos prisioneiros das vontades do povo, com os julgamentos e decisões coletivas suprimindo as escolhas individuais e as variações de mercado. Nesse sentido, conforme analisa Moraes, para a ordem neoliberal seria:

[...] urgente barrar a vulnerabilidade do mundo político à influência perniciosa das massas pobres, incompetentes, mal sucedidas. Em primeiro lugar, reduzindo esse universo político – ou o campo de atividades sobre as quais elas podem influir, desregulamentando, privatizando, emagrecendo o Estado. Em segundo lugar, reduzindo o número de funcionários estatais que estejam submetidos à pressão das massas. Alguns funcionários – os que controlam botões decisivos da política pública, como as finanças e a aplicação da justiça – devem ser protegidos por cordões sanitários que lhes permitam ser mais sensíveis às pressões da Razão, que os nossos neoliberais identificam cada vez mais abertamente com a "sabedoria" dos mercados financeiros internacionais. E que eles sejam, em contrapartida, menos vulneráveis à voz das urnas e das ruas, inconsequentes, volúveis e insaciáveis. Em suma, se já não é possível evitar o voto, tratemos de esterilizá-lo. Mas ainda isso é insuficiente. A participação extra eleitoral das massas também tem de ser limitada – e por isso os processos de “ajuste” neoliberais golpeiam exemplarmente os sindicatos e associações de defesa dos trabalhadores. (MORAES, 2001, p. 35).

Ao adotar práticas neoliberais, o Estado favorece largamente o capital, uma vez que as privatizações e transferências de competências garantem ao setor privado e ao empresariado novas fontes de acumulação e de lucro. Somadas a esse quadro, as desregulamentações

trabalhistas permitem o aumento de extração de sobretrabalho e a criação de formas precárias de emprego. Nesse momento, a correlação de forças torna-se ainda mais favorável à racionalidade mercantil (GALVÃO, 2007), estando as reformas orientadas para o mercado e, a partir dele, deixando o capital livre das amarras impostas por séculos de lutas populares.

A reforma trabalhista ocorrida no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 está intimamente relacionada ao contexto de ascensão neoliberal. A paulatina implementação dessa forma de governança no país abriu precedentes à flexibilização das relações entre empregadores e trabalhadores, permitindo o surgimento de novas configurações trabalhistas, com as variações do mercado agindo como mediadoras nas relações de trabalho. Nessas circunstâncias de reestruturação produtiva e efervescência da livre negociação, podemos observar, com a expansão do setor de serviços e seguindo a tendência mundial, um processo intenso de terceirizações.

4.2 POLÍTICA E TERCEIRIZAÇÃO: O CASO BRASILEIRO

A pragmática neoliberal confundiu-se com as mudanças ocorridas no campo trabalhista brasileiro nas duas últimas décadas do século XX. A conjuntura brasileira permitiu que formas produtivas plurais convivessem, formando um sistema bastante heterogêneo, uma mescla de elementos do fordismo, oriundos de novas formas de acumulação flexível e também de influxos toyotistas (ANTUNES, 2006).

As transformações produtivas no Brasil, ainda tímidas durante a década de 1980, deram um salto nos anos 1990, primeiramente no governo do presidente Fernando Collor de Mello, sendo ampliadas pelo seu sucessor eleito Fernando Henrique Cardoso. Após os dois mandatos de FHC (1995-1998/1999-2002), o país entrou na chamada **Era Lula** (2003-2006/2007-2011) ainda bastante marcada pelas medidas neoliberais adotadas ao longo de anos, principalmente por seu predecessor direto.

O governo de Luís Inácio **Lula** da Silva destacou-se, no campo trabalhista, pela aproximação às recomendações e estímulos da Organização Internacional do Trabalho²⁷ (OIT). Nesse período, o Brasil mostrou-se favorável à elaboração de políticas públicas baseadas em projetos de cunho internacional e, no campo do labor, particularmente relativos à noção de **trabalho decente**.

²⁷ A OIT é a única das agências do Sistema das Nações Unidas com uma estrutura tripartite, isto é, composta por representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores. As convenções formuladas pela OIT, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte de seu ordenamento jurídico. Assim, as parcerias desenvolvidas com governos tornam-se parte de sua agenda, bem como o bom cumprimento dos acordos firmados.

A ideia de trabalho decente, conforme elaborada pela OIT, “[...] é a síntese da sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas.” (OIT, 2012, p. 5). Desse modo, o trabalho decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT, quais sejam: o respeito aos direitos no trabalho, a promoção do emprego, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

É interessante perceber os esforços realizados ao longo dos anos pelo governo do PT (Partido dos Trabalhadores), especialmente após a crise do sistema capitalista mundial em 2008, para estimular os setores de geração de emprego. Esses empregos, contudo, estão majoritariamente ligados àquelas ocupações que ainda não conseguiram ultrapassar a margem de um salário mínimo, somando valores geralmente aquém da necessidade dos trabalhadores – considerando a variação do custo de vida nas diversas regiões brasileiras. Ainda assim, com essas medidas, um enorme contingente de trabalhadores tornou-se apto a entrar no mercado de trabalho, especialmente na esfera do setor de serviços, ou terceiro setor. A geração de empregos veio acompanhada de maior formalização trabalhista e também do aumento do salário mínimo.

Levando em consideração o avanço do Estado brasileiro no decréscimo dos níveis de desemprego aliado a políticas de promoção de condições favoráveis aos trabalhadores e erradicação de formas vexatórias e precárias de labor, seria possível que a terceirização de serviços, tão criticada por manter moldes de interação neoliberal, alinhasse-se com a proposta de trabalho decente abraçada pelo governo?

A terceirização de serviços ocorre quando uma empresa deixa de realizar uma ou mais atividades que costumavam ser executadas por trabalhadores diretamente contratados e passa a delegar tais funções à outra empresa. Uma só empresa pode contratar várias outras para executarem serviços ou produzirem bens diversos. As empresas, com uma agenda de modernização e reestruturação operacional, tornaram a prática uma das mais comuns em contratações conhecida no mundo, isso porque a terceirização possibilita lucratividade expressiva, maior controle sobre a força de trabalho e ainda permite a economia de gastos – tanto para empresas privadas quanto para a administração pública.

Desde os anos 1980 é possível identificar no Brasil a presença da terceirização no interior de grandes empresas estrangeiras. Contudo, é nos anos 1990 que essa forma de trabalho entra em processo de expansão no país, concomitantemente ao processo de difusão

neoliberal, que a partir de então ganha fôlego na América Latina²⁸, perdurando nas décadas seguintes.

No ano de 1993 foi elaborada pelo Tribunal Superior do Trabalho a súmula 331, que versa sobre a terceirização e impõe limites a esta prática trabalhista. O enfoque majoritário diz respeito à impossibilidade/ilegalidade de terceirização em atividades-fim, ou seja, nos objetivos principais da empresa contratante. Além disso, dispõe que as empresas que contratam, mesmo que deste grupo faça parte a administração pública, terão responsabilidade subsidiária em relação aos trabalhadores da empresa contratada.

A súmula 331, entretanto, não normatiza largamente as formas de contratação, o que faz com que existam muitas pendências na justiça do trabalho, demonstradas pelos dissensos nos julgamentos frente à inadimplência ou não cumprimento de direitos trabalhistas por parte das empresas contratantes.²⁹ Em vista disso, uma das maiores discussões em torno da problemática da terceirização no país é relativa ao Projeto de Lei 4.330/2004, do deputado federal e empresário Sandro Mabel, do PMDB de Goiás. De acordo com esse PL, seria possível terceirizar funções em quaisquer segmentos das empresas e em todas as atividades econômicas, atingindo, portanto, as atividades-fim. A luta das centrais sindicais e de muitas

²⁸ Cabe ressaltar, contudo, que experiências neoliberais haviam sido empreendidas em nosso continente anos antes. É o caso da aplicação desta forma de governança por Pinochet, no Chile, ainda em 1973, ano de seu golpe. Conforme aponta David Harvey: “O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende, governo socialdemocrata de esquerda, foi fortemente auxiliado pela CIA e apoiado pelo secretário de Estado Henry Kissinger. Esse golpe reprimiu violentamente todos os movimentos sociais e organizações políticas de esquerda, desmantelando todas as formas de organização popular (como os centros de saúde comunitários nos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi ‘liberado’ de constrangimentos regulatórios e institucionais (por exemplo, o poder dos sindicatos).” (2006, p. 6). Temos ainda a experiência argentina transcorrida durante os anos da ditadura iniciada no país em 1976. Uma vez mais, Harvey pondera: “O golpe do Chile e a tomada do poder pelos militares na Argentina, ambos fomentados e conduzidos internamente por suas elites dirigentes com o apoio dos Estados Unidos, forneceram um tipo de solução, mas o experimento chileno com o neoliberalismo demonstrou que os benefícios da revigorada acumulação de capital eram altamente desiguais. O país e suas elites dirigentes, justamente com os investidores estrangeiros, deram-se bastante bem, enquanto o povo em geral passou bastante mal. Esse foi um efeito das políticas neoliberais, suficientemente persistente ao longo do tempo para ser considerado como estrutural para o conjunto do projeto.” (2007, p. 9).

²⁹ No ano de 2010 houve uma discussão no Superior Tribunal Federal que buscava esclarecer qual seria a postura do Estado no caso de terceirizados que não tivessem seus salários pagos pela empresa que os contratava. Caberia à contratante assegurar o direito salarial? O resultado foi negativo, sendo o entendimento dos ministros pautado pela não sobrecarga dos cofres públicos coadunado à formulação presente no artigo 71, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/1993, que dispõe ser responsabilidade do contratante os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A partir dessa determinação, no caso específico analisado, os trabalhadores que por ventura não tenham recebido seus salários devido à inadimplência da empresa prestadora de serviços, ainda que esta fosse contratada pela própria União, permaneceriam sem pagamento até que a empresa fosse julgada.

outras organizações³⁰ contrárias à aprovação desse projeto concerne a alguns pontos de grande discussão que permanecem favorecendo apenas o empresariado.

Três são os maiores focos de divergência entre sindicatos e trabalhadores e os apoiadores do projeto: o PL 4.330/2004 não garante responsabilização solidária da empresa contratante, ainda que a contratada viole os direitos de seus funcionários. Isso significa dizer que a empresa que contratar outra, sendo esta inadimplente, pode privar-se de ser fiadora da contratação – o que está de acordo com a súmula 331 do TST, mas que desagrada os trabalhadores que advogam em favor da responsabilidade solidária. O segundo ponto de discordância é a terceirização ser permitida em atividades-fim. O que aparentemente significaria regularização da terceirização pode mostrar-se, em verdade, um artifício para legalizar práticas irregulares e flexibilizar ainda mais as relações de trabalho entre empregadores e empregados com o objetivo de reduzir custos, impor condições de trabalho inferiores às determinadas por lei ou por acordos coletivos. Finalmente, mas não encerrando a discussão, outra questão de grande apelo entre os debatedores do projeto é o possível enfraquecimento da representação sindical. De acordo com o PL 4.330/2004, o trabalhador terceirizado não pode ser enquadrado na mesma categoria que os funcionários contratados diretamente para prestar os mesmos serviços.

As sessões que definiriam a aprovação do PL 4.330/2004 ocorreram com maior vigor no segundo semestre de 2013 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, mas foram retiradas momentaneamente da agenda de votação graças às intensas manifestações das centrais sindicais, ao apoio de entidades do judiciário e também de organizações civis e ainda à adesão das bancadas do PT, PCdoB, PSOL e de parlamentares de outros partidos à causa da classe trabalhadora. Não obstante, continuou a tramitar no Senado Federal o PLS 87/2010 – de autoria do ex-senador e atual deputado federal Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais –, projeto que sindicalistas, trabalhadores e alguns magistrados chamam de “clone” do PL 4.330/2004. Na verdade, os dois textos tratam do mesmo assunto, diferenciando-se muito pouco em suas proposições. Eles existem simultaneamente em razão de jogada política dos empresários para tentar aprovar algum dos dois projetos, cercando, por esse motivo, as duas casas. Contudo, ainda em 2013 ficou acordado, na CCJ do Senado, que frente às mobilizações de tantos setores da sociedade contra

³⁰Em carta aberta à sociedade, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) posicionaram-se contra a aprovação do PL 4.330/2004, fazendo ponderações em relação às disposições do projeto e seu potencial danoso aos trabalhadores terceirizados.

a aprovação de ambos os projetos seria realizada uma audiência pública para avaliar a validade do PLS 87/2010 que teve, portanto, suspensa a sua tramitação.

Existem inúmeras contradições entre as políticas de governo e a efetivação dos direitos trabalhistas. O discurso abrangente da OIT e a tentativa de efetivação deste por parte do governo brasileiro é frágil. Sua aplicabilidade mostra-se restrita, por exemplo, pelos diferentes regimes de contratação. Ainda que a terceirização não seja sinônimo de informalidade, muitas contratações dão-se temporariamente, o que exime os contratantes de garantir direitos básicos dos contratados.

No Brasil, a redução de custos por meio da terceirização é potencializada pela enorme heterogeneidade existente no mercado de trabalho. As diferenças de salários, benefícios, jornadas e condições de trabalho e organização sindical são palpáveis e modificam-se nas diversas regiões do país, relacionando-se também com marcadores de raça, classe e gênero.

Há uma manifesta inabilidade governamental em desarticular alguns modelos arraigados de precarização no meio laboral, como é o caso, por exemplo, da falta de um marco regulatório para o setor terceirizado que de fato coadune-se aos anseios dos trabalhadores. Podemos observar desregulamentações das leis trabalhistas ainda pungentes, mesmo em um contexto governamental que diz ter como meta refrear algumas das consequências do **passado** neoliberal. Na verdade, o que vemos é uma adaptação de técnicas neoliberais de governança (ONG, 2006) aliada às políticas sociais de governo do Partido dos Trabalhadores. Esferas aparentemente antagônicas de governabilidade coexistem no caso brasileiro, permitindo que fortes tensões no meio laboral perdurem e aprofundem-se em alguns casos.

A flexibilização do trabalho é uma das principais questões a serem discutidas, uma vez que permite que situações tão díspares ocorram não apenas no âmbito privado, mas também na dimensão das instituições públicas.

4.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, MORFOLOGIA DO TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO

Meu caso etnográfico insere-se no contexto já apresentado de transformações governamentais e ideológicas ocorridas nas últimas três décadas. Por tratar-se de um universo de pesquisa do qual fazem parte majoritariamente mulheres, é necessário analisar os entraves enfrentados pelas trabalhadoras na esfera trabalhista, suas conquistas e suas formas de atuação cotidiana.

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), o conceito Divisão Sexual do Trabalho (doravante DSTr) logrou visibilidade e fundou suas bases teóricas na efervescência das discussões em torno do conceito **trabalho**, especialmente pelas acadêmicas feministas francesas, em meados dos anos 1970. Nesse contexto, conceituou-se DSTr como uma divisão social do trabalho que deriva das relações sociais entre os sexos³¹, cabendo a cada sociedade, a cada cultura, dar seus tons e formatá-la. Caracteriza-se, ainda, por alocar homens na esfera produtiva e mulheres na dimensão reprodutiva, tendo a primeira maior valor social na sociedade capitalista.

No entanto, o desejo das autoras é ultrapassar as constatações mais simplistas sobre as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Seu objetivo é compreender a origem dessas desigualdades, mostrando que a DSTr é sistemática e tem uma razão de ser que se encontra na epiderme dos problemas sociais aparentes. É com esse intuito que elas organizam a DSTr a partir de dois princípios norteadores: a **separação**, haja vista essa divisão social do trabalho apartar homens e mulheres, afirmando existirem trabalhos femininos e masculinos e a **hierarquia**, uma vez que agrega maior valor e prestígio ao trabalho masculino. Nesse sentido, Kergoat (2000) afirma que a DSTr não é um “[...] dado rígido e imutável. Se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil, etc.) variam fortemente no tempo e no espaço.” (2003, p. 1-2).

A divisão sexual do trabalho está intrinsecamente ligada às relações de gênero.³² Assim, devemos reconhecer a importância da categoria gênero quando falamos de estudos sobre a mulher e também das políticas públicas que visam transformar a realidade de

³¹ As feministas francesas e autoras de influência francesa não costumam usar a terminologia **gênero**, estando este conceito nas bases de uma tradição anglo-saxã. Desse modo, tanto Kergoat quanto Hirata utilizam a expressão **relações sociais de sexo**, noção inseparável da teorização acerca da DSTr.

³² Para que possamos compreender melhor o diálogo aqui estabelecido, é importante ressaltar que a divisão sexual do trabalho costuma operar com alguns binômios como masculino/feminino e produção/reprodução, para citar os mais evidentes. Ao expandir minhas leituras sobre o conceito de gênero, percebi que, apesar da dualidade homens/mulheres expor as desigualdades e opressões sofridas por mulheres especialmente no sistema capitalista de produção, falar de gênero significa localizar historicamente um conceito. Trata-se de uma opção histórico-política de dar conteúdo a esse constructo ideológico de forma a empoderar mulheres e colocá-las no centro das discussões e na formação de políticas públicas. Contudo, os binarismos podem, perigosamente, fixar o conceito e impedir que seja feita uma discussão acerca de quem são as mulheres e homens que se constroem e são construídos socialmente. Autoras como Donna Haraway e Judith Butler vão além das bipolaridades e mostram que **gênero** ultrapassa as diferenciações entre sexos e a cristalização da ideia de identidade de gênero apenas como masculino e feminino. Tem-se, em resumo, uma nova proposta metodológica que inclui outros grupos da sociedade. Mesmo dentro do coletivo **mulheres** as realidades são múltiplas. Muitos rostos e trajetórias compõem os embates feministas, como é o caso das lutas das mulheres negras. E mesmo entre estas há variadas demandas, desejos, afetos, origens... Isso sem falar das diversas sexualidades e corporalidades de grupos trans, intersex e homoafetivos. De acordo com Haraway (2004), as autoras feministas precisam incluir nos debates sobre diferenças a questão das classes sociais e das raças, de modo a escapar de binarismos e modelos de natureza/cultura.

mulheres de diferentes raças, classes e orientações sexuais. Todavia, é interessante ressaltar que abordagens de gênero não dizem respeito apenas ao universo feminino ou localizadamente à mulher. O conceito destaca o privilegiamento da dimensão de escolha cultural, pretendendo descartar alusões a um atavismo biológico para explicar as feições que o feminino e o masculino assumem em múltiplas culturas (HEILBORN,1993).

Homens e mulheres são concebidos nas mais diversas sociedades de maneiras muito distintas, o que demonstra não existir um imperativo biológico que determine comportamentos sociais. Todo imperativo é organizado culturalmente. Justamente por isso, quando pensamos nos moldes da DSTr, precisamos de aparatos que nos ajudem a compreender o tipo de organização social que permite que o modelo perdure em nossa sociedade. Não é mais possível aceitar o discurso das atribuições naturais como modo explicativo da violência e opressão impostas diariamente às mulheres, não apenas em seus ambientes de trabalho profissional, mas nas variadas dimensões do viver; na casa e na rua.

Ao observarmos essa conjuntura, mostra-se essencial a contextualização da realidade trabalhista na qual estão inseridas as trabalhadoras, bem como a problematização da própria morfologia do **trabalho**. Conforme analisa Silvia Cristina Yannoulas (2008), a categoria trabalho vem sendo ressignificada desde as últimas décadas do século XX. Mas que trabalho é esse sobre o qual versamos? É preciso ressaltar que trabalho é entendido por muitos autores como realização produtiva, material, assalariada e empreendida fora do lar.³³

Obviamente essa noção de trabalho não comporta a multiplicidade de realidades laborais, com ênfase naquelas experienciadas por mulheres, sistematicamente deixadas em posições subalternas e encaradas como força de trabalho secundária; auxiliares do mundo masculinizado da produção. Para as autoras feministas com as quais dialogo (CARRASCO, 2005; KERGOAT, 2000; HIRATA, 2001), **trabalho** não significa apenas emprego, ou seja, trabalho assalariado.

Expandindo o conceito, não parece mais possível aceitarmos a fixação desta categoria apenas por sua forma capitalista de produção. É nesse contexto que o trabalho invisibilizado de mulheres com a reprodução social e os cuidados passa a ter o mesmo peso que o profissional.

³³ Nos censos de que dispomos há pouca margem para o trabalho que não siga esse molde. Somente em 1992 os trabalhadores domésticos entraram para as estatísticas da PNAD como pessoas envolvidas em atividades econômicas. Conforme analisa Cláudio Dedecca (2004), apenas ao final dos anos 1980, e graças à pressão feita pelos movimentos de mulheres, houve reconhecimento oficial nos censos do IBGE a respeito dos trabalhos para autoconsumo e autoconstrução, e a consideração das situações de trabalho com jornada inferior a 15 horas semanais. Esses acréscimos estatísticos permitiram que houvesse aumento da população economicamente ativa (PEA), com um número considerável de mulheres entrando nas novas contas, muitas delas do meio rural.

O caráter globalizante do capital e de seu sistema produtivo parece não permitir que nenhum lugar no mundo deixe de sofrer suas influências, ainda que indiretamente. Esse seu aspecto transnacional o permite atuar nas esferas econômicas, políticas e culturais das sociedades, interpenetrando as subjetividades dos trabalhadores mundo afora.

O cenário de vertiginoso desenvolvimento tecnológico, juntamente com o maciço investimento científico para que sejam desenvolvidos aparatos técnicos que permitam maior otimização e organização da produção – exaltando, portanto, o trabalho morto e diminuindo, especialmente no contexto fabril, mão-de-obra, a parte viva da produção – são indícios que, considerados por diversos autores, os fazem advogar em favor da descentralização do trabalho enquanto categoria e experiência analítica. Contudo, se houve redução do operariado fabril, ocorreu aumento expressivo do trabalho assalariado em outros setores da economia, multiplicando as atividades precarizadas, os trabalhos informais, parciais, a terceirização com jornadas prolongadas e direitos reduzidos, dentre outras formas flexíveis e perigosas de labor.

Antunes (2006) argumenta que autores como Andre Gorz (1982) – críticos à centralidade do trabalho – empreendem um corte eurocentrado, não contabilizando que dois terços da humanidade que trabalha estão localizados nos chamados países em desenvolvimento. Ademais, os altos índices de desemprego – agora também sofrido pelos países europeus –, a precarização das relações de trabalho, as dificuldades dos jovens em conseguirem primeiro emprego, o recorte geracional que impede que pessoas idosas tenham inserção no mercado de trabalho, a flexibilização de direitos decorrente das posturas neoliberais e outras questões relativas às esferas laborais estão na ordem do dia.

Certamente não podemos deixar escapar de nosso horizonte analítico o reconhecimento das grandes mudanças ocorridas nos últimos anos em meio ao sistema capitalista de produção, bem como a transformação da classe-que-vive-do-trabalho³⁴ (ANTUNES, 1997) e dos sentidos do trabalho em si, agora, mais do que nunca, polimorfo e multifacetado (ANTUNES, 2006), inserido muito menos no universo fabril e muito mais nas dimensões de serviços, tecnologias e comunicações. Essas transformações só o tornam mais central nas discussões, uma vez que nunca houve rede mais complexa de interações e o capital

³⁴De maneira geral, podemos inferir que todos vivem do trabalho, seja do próprio trabalho ou daquele de seus subordinados, empregados ou qualquer que seja a denominação. Quando nos referimos à centralidade do trabalho e falamos em classe trabalhadora, a delimitação dos sujeitos históricos é importante para que os localizemos e possamos entender suas dinâmicas. O termo cunhado pelo autor talvez deixe em aberto a interpretação e não evidencie de forma clara e direta a quem ele se refere. Entretanto, compreendo que a classe-que-vive-do-trabalho proposta por Antunes refere-se à classe trabalhadora de forma tradicional, excluindo aqueles que apenas se apropriam do trabalho alheio.

jamais esteve tão capilarizado nas sociedades modernas. Desse modo, conforme analisa Antunes:

[...] o capital de nossos dias amplificou a lei do valor, deu-lhe maior vigência, extraíndo sobretrabalho de todas as esferas das quais se pode extraí-lo: nas fábricas, nos bancos, nas escolas, nos serviços mercadorizados, nas casas, etc. A nova polissemia do trabalho é, também, exatamente isso: há trabalho produtivo hoje onde não existia ontem. (ANTUNES, 2006, p. 97).

É nesse contexto que a terceirização ganha espaço e difunde-se, inserida nas lógicas de flexibilização e automação contemporâneas. Não é incomum que associemos trabalho terceirizado à precarização das relações trabalhistas, à efemeridade de vínculo empregatício e, principalmente, ao descumprimento e não garantia de direitos. Mas estaria a terceirização intrinsecamente ligada à precarização? Uma análise apressada poderia afirmar positivamente. No entanto, a dimensão do vivido não se assenta apenas em respostas maniqueístas e a incursão etnográfica pode ajudar-nos a compreender que essa concepção do trabalho terceirizado apresenta nuances.

A terceirização é concebida como uma maneira de diminuir os gastos empresariais e otimizar a produção. De acordo com as análises de Antunes (2006), a maior parte desse contingente de trabalhadores está hoje na indústria automobilística, nos bancos e nas empresas de telecomunicações. As jornadas de trabalho exaustivas, que superam, muitas vezes, o teto de oito horas diárias ou quarenta e quatro horas semanais determinado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pela Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF), fazem com que a terceirização seja motivo de constantes críticas. Mesmo com problemas estruturais, temos um quadro em que a maioria das instituições federais e dos governos locais no país contrata empresas prestadoras de serviços terceirizados de modo a preencher vagas que concernem às suas atividades-meio – a exemplo dos serviços de limpeza e conservação, vigilância, alimentação e algumas funções administrativas –, haja vista, conforme vimos anteriormente, não ser possível o vínculo empregatício para atividades-fim.

No cenário de desvalorização histórica do trabalho executado por mulheres, a persistente deslegitimação do trabalho reprodutivo e de cuidados e a naturalização estratégica de atividades como femininas e masculinas, aquelas mulheres que procuram inserir-se na lógica produtiva, especialmente as que não possuem grau de escolaridade mais elevado, costumeiramente são alocadas em subempregos e privadas, muitas vezes, de seus direitos trabalhistas. Refletindo a respeito desses quadros de exclusão e desvalorização da força de trabalho, no universo examinado em minha pesquisa, a terceirização mostra-se como a alternativa que oferece maior estabilidade às trabalhadoras – tendo em vista suas trajetórias

anteriores em trabalhos precários e de grande vulnerabilidade – em lojas, feiras, em “casa de família”, etc.

Helena Hirata (2001) argumenta que, a partir dos anos 1990, a consagração do sistema neoliberal como modelo de governança e prática econômica aliada a uma visão globalizada de mundo que está intimamente relacionada a esse corolário avalizou a liberalização dos mercados e a intensidade da livre concorrência, permitindo que um número significativo de trabalhadoras fizesse parte do mercado de trabalho. No entanto, os índices elevados de inserção de mulheres no trabalho assalariado não vieram acompanhados de menor instabilidade. A autora argumenta que, ao passo que se elevou a quantidade de mulheres em postos que requerem alta qualificação profissional, muito mais trabalhadoras estão alocadas em empregos parciais, informais e com pouco resguardo das leis trabalhistas. Hirata analisa que:

A interdependência crescente dos mercados nacionais com vistas à constituição de um mercado mundial unificado, a despeito de suas forças homogeneizantes, não suprime a diversidade, mas aguça a heterogeneidade das situações de trabalho, de emprego e de atividade das mulheres e dos homens, do Sul e do Norte [...] Os anos noventa foram o palco de mudanças significativas no contexto internacional, que levaram ao desenvolvimento crescente da precariedade e da informalidade, no(s) mundo(s) do trabalho e da produção, tanto nos países do Norte como nos do Sul. (HIRATA, 2001, p. 141).

Um exemplo deveras elucidativo de aproveitamento de oportunidade dentro de um novo campo de possibilidades está na narrativa de Dona Madalena. A interlocutora trabalhou durante vinte anos “em casa de família”, como ela mesma definia, atuando há cinco no setor terceirizado:

Ah, minha filha, trabalhei vinte anos em casa de família e nunca fui fichada! Ajudei a criar os filhos da mulher. Dormia no emprego durante a semana. Eu tenho carinho pelos filhos dela. É uma moça e um rapaz. Quando eu comecei lá eles eram ainda bem pequenos. [...] Sempre que eu ia pedir meu direito, a Dona Ivone dizia que não dava, que aí ia ficar pesado, que não ia dar pra ela continuar comigo. Até que um dia eu tive essa oportunidade de trabalhar aqui fichada, tudo certinho, e resolvi sair de lá. Quando fui avisar pra ela que estava pedindo as minhas contas e dizer o porquê, ela só disse: ‘Faz o que você achar que é melhor pra você, Madalena. Você que sabe. Por mim, pode ir.’ (informação verbal).³⁵

A fala de Dona Madalena é bastante significativa uma vez que apresenta diversos aspectos que perpassam, se não constroem, muitas das relações trabalhistas com as quais as mulheres são historicamente defrontadas.

A interlocutora exercia um trabalho reprodutivo remunerado (ÁVILA, 2010), passando a semana no emprego, deixando seus próprios filhos aos cuidados de outras pessoas

³⁵Informação fornecida por Dona Madalena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

para cuidar dos filhos de sua empregadora – tarefa que, inclusive, extrapolava suas atribuições enquanto empregada doméstica, o que denota falta de nitidez nos limites do trabalho doméstico remunerado que, assim como o efetuado gratuitamente, parece não cessar –, ainda assim, sempre que sua demanda pela carteira de trabalho assinada fazia-se presente, logo era colocada em uma posição delicada: ou aceitava trabalhar sem carteira ou não teria mais emprego.

Conforme afirmam Hirata e Kergoat, “[...] a externalização do trabalho doméstico tem uma função de apaziguamento das tensões nos casais burgueses.” (2007, p. 607). No exemplo elucidativo da trajetória de Dona Madalena, sua empregadora era uma funcionária pública, casada e também mãe, que decidiu investir economicamente para que o trabalho reprodutivo fosse realizado por outrem, permitindo a ela poupar tempo, dedicar-se ao seu trabalho produtivo e a outras atividades que lhe seriam negadas caso recaísse sobre ela a responsabilidade de reprodução do bem-estar familiar. Apropriando-se do tempo de outra mulher, ela ainda estabeleceu com esta uma relação subempregatícia, uma vez que não garantiu a ela seus direitos enquanto trabalhadora, deflagrando uma desigualdade de classe bastante marcada dentro de uma mesma identificação de gênero.

Podemos falar, nesse sentido, de uma bipolarização do trabalho assalariado feminino que cria dois grupos de mulheres economicamente e socialmente opostos nos caminhos trilhados na dimensão profissional (HIRATA, 2001). De um lado estão aquelas mulheres que se encaixam na parcela de executivas e intelectuais altamente qualificadas para o mercado de trabalho. De outro estão as que vendem sua força de trabalho para as primeiras, de modo que estas possam dedicar-se a suas carreiras, e ainda há aquelas que não possuem qualificações e inserem-se no mercado em empregos instáveis e mal remunerados, a exemplo do número elevado de trabalhadoras domésticas que persiste em nosso país.

Dona Madalena necessitava do emprego e por isso seria difícil para ela simplesmente abdicar de uma posição estabelecida, ainda que de maneira precária. Além disso, existe ainda a dimensão da **afetividade**, crucial nessas relações reprodutivas e de convívio continuado.

O trecho narrado acima guarda muitas semelhanças com a fala de outras mulheres com quem tive contato durante a pesquisa, muitas delas mães solteiras que deixavam os filhos aos cuidados de membros da família – mães, irmãs, avós, tias... – ou que pagavam para que outras mulheres tomassem conta de suas crianças enquanto elas vendiam sua força de trabalho. Algumas delas, contudo, não conseguiam pagar pelos cuidados ou não dispunham de parentes que as pudessem auxiliar. No caso das trabalhadoras terceirizadas que acompanhei, observei uma negociação constante para que fosse possível trocar horas de serviço para buscar o filho

na escola e o persistente embaraço de ter de pedir permissão ao encarregado geral para que fosse possível levá-lo para o serviço alguns dias da semana, haja vista a impossibilidade da criança ficar sozinha em casa.

No universo pesquisado, a formalização trabalhista tinha muito peso. Esse aspecto era constantemente ressaltado pelas interlocutoras, geralmente quando se referiam ao que era considerado satisfatório em seus empregos à época. Nesse sentido, importava muito mais a segurança de estar “fichada” do que o tipo de vínculo empregatício. Ser terceirizada não tinha influência imediata em suas vidas, a informalidade sim – ainda que alguns de seus direitos permanecessem em um lugar obscurecido pelas relações de proximidade com os encarregados e na esfera da negociação, onde a pessoalidade contava muito para tê-los garantidos ou não. Muitas delas, provedoras de seus lares e/ou advindas de empregos precarizados, encontraram estabilidade nesse setor.

Inúmeras vezes, conforme afirmavam as interlocutoras, o cumprimento das normas trabalhistas dependia da pessoalidade. O encarregado “aliviava” ou não, dependendo da relação que tivesse com o empregado, valendo-se de observações subjetivas sobre a conduta dos funcionários. Helena e Dora costumavam ressaltar que um dos principais problemas da empresa era a incerteza em relação ao valor que seria cobrado por um dia de trabalho perdido. De acordo com elas, a falta deveria ser cobrada sobre do valor do dia trabalhado calculado pelo salário base que recebiam – desconsiderando os auxílios alimentação e transporte –, o que equivaleria a R\$ 20, 73 no início do trabalho de campo e R\$ 22, 70 ao final, dadas as mudanças no valor do salário mínimo. No entanto, algumas vezes eram cobrados valores exorbitantes que variavam de R\$ 70,00 a R\$ 80,00 para algumas pessoas, enquanto nada era exigido de outras, ainda que estas não apresentassem atestados. Dora ponderava estar no grupo dos **beneficiados**, haja vista ter um “bom relacionamento” com os encarregados, além de dificilmente faltar ao serviço.

De acordo com as narrativas das trabalhadoras, a empresa contratante tinha uma política de manutenção dos empregados, o que conferia a essas agentes a sensação de não estarem na berlinda. A segurança aparente, no entanto, era paradoxal. Diziam, com frequência, que a empresa costumava manter os funcionários, mesmo aqueles que “aprontavam”. Mas ressaltavam, em vários outros momentos, ser preciso “andar na linha”, “não reclamar muito”, porque isso poderia significar “rua”. E ainda citavam exemplos de colegas de trabalho que foram despedidos por não concordarem com as imposições da empresa. Esse dado revela que a instabilidade e a precarização também existiam naquele ambiente de trabalho. Ainda que a empresa fosse mais **permissiva** sob o ponto de vista das

trabalhadoras, que estavam acostumadas a verem pessoas sendo mandadas embora por muito pouco em seus outros empregos, não deixava de ser arbitrária em suas demissões.

A negociação cotidiana não resolvia a questão da jornada de trabalho dessas mulheres, que ultrapassava as quarenta e quatro horas semanais. Além disso, como a maioria delas morava em regiões periféricas à cidade de Brasília, seus dias de trabalho dividiam-se, basicamente, entre os trajetos de ida e vinda do trabalho e o labor em si. Quando estavam em casa, cabia a elas a execução da reprodução social, ainda que tivessem atravessado jornadas prolongadas no trabalho assalariado. Para as interlocutoras, o tempo que sobrava para a realização das tarefas domésticas era o que restava do seu **tempo de produtividade**, fazendo com que suas jornadas fossem demasiadamente longas.

A terceirização era interessante para as interlocutoras apenas comparativamente. Elas teciam muitas críticas ao trabalho que desenvolviam e, principalmente, à falta de explicação de algumas posturas da empresa Planície. Os constantes atrasos no pagamento, a retirada de valores dos *tickets*, a não entrega do contrato de trabalho... Tudo isso pesava em suas considerações. Entretanto, a realidade fora dali poderia ser muito mais penosa, o que as fazia olhar com bons olhos alguns aspectos do emprego que tinham. Porém, não era incomum ouvir das interlocutoras o desejo de mudar de profissão, de sair dali e alçar novos voos.

4.4 A RELAÇÃO COM O SINDICATO

Sabemos que mesmo dentro da classe trabalhadora há diferenças, estratificações. E isso também foi notado em campo. A partir das entrevistas semiestruturadas, formais e, mormente do acompanhamento das narrativas e ações no local de trabalho, pude observar que muitas das questões que imaginara encontrar não eram centrais naquele local, especialmente no que diz respeito à organização sindical. As interlocutoras não demonstravam interesse em participar das reuniões do sindicato, uma vez que acreditavam não partir dali nenhuma transformação visível em seus cotidianos laborais. Para elas, o sindicato “não fazia nada” pelos trabalhadores. Apenas retirava uma parcela anual de seus salários. Não se sentiam compelidas a participar ativamente para compreender a dinâmica sindical que requer muitos encontros e embates para que as demandas sejam atendidas pelos empregadores em geral. Helena e Dora foram as únicas interlocutoras que chegaram a participar de reuniões, e não voltaram, apresentando o discurso de que o sindicato não tinha poder de resolução dos conflitos internos entre os empregados da Planície e a empresa.

Não é uma empresa muito correta, e o sindicato não resolve bulhufas nenhuma. Mês passado colocou o pagamento dia doze, e é pra cair dia sete. O *ticket* é trezentos e noventa e oito e eles colocam trezentos e setenta e oito. Olha quanto falta! Ninguém fala. Se você for falar você ainda vai embora daqui. Uma menina novata mesmo foi reclamar, disse que ia pedir os direitos, aí a empresa falou: você pode procurar o direito que você quiser. Ouvi um boato aí de que ela saiu. Eu nem vou nessas coisas de sindicato porque eu sei que não resolve. Fui uma vez pra nunca mais. E eles ainda descontam uma porcentagem da gente, mesmo que a gente não participe. (informação verbal)³⁶.

O horário das reuniões é horrível. Eu não vou sair daqui e ficar até não sei que horas lá. Fui uma vez só, mas não aguento esse horário deles. Mas eu entendo que é pra ir mais gente que eles colocam essa hora de oito da noite. Tem os meninos aqui que participam mais, mas é pouca gente. A maioria não quer saber disso não. Tem medo de perder o emprego. Mas acho que não vão também por preguiça. Meu esposo sempre fala que a gente tem a faca e o queijo na mão pra conseguir nossos direitos, mas ninguém quer saber de nada. (informação verbal).³⁷

Observei, no decorrer dos meses de campo, a circulação de boletins bimestrais provenientes do sindicato ao qual estavam vinculadas as trabalhadoras que compuseram a pesquisa e seus pares, o SINDISERVIÇOS³⁸, filiado à CUT³⁹, maior organização sindical do Brasil e da América Latina. Esses informes impressos retratavam as mudanças ocorridas para cada uma das categorias contempladas pelo sindicato, os ajustes salariais, assuntos específicos como aposentadoria e previdência e ainda “chamavam para a luta” os trabalhadores terceirizados, uma vez que estava na ordem do dia a tramitação do “PL da escravidão”, como era chamado o projeto de lei 4.330/2004, bem como o PLS 87/2010, ambos ampliando as possibilidades da terceirização no país e o agravamento de seus aspectos mais perversos para os trabalhadores, conforme explicitado anteriormente.

Em outro momento em que o assunto entre nós era a organização sindical, Dora mostrou não ser completamente cética em relação à mobilização por parte da entidade de trabalhadores. Contou-me:

Acho justo eles tirem essa parcela do nosso salário porque quando tem aumento pra gente é o pessoal lá que tá pressionando as empresas, são eles que tão brigando pra conseguir as coisas. Eu não vou pelos motivos que já te falei. Muda muito pouco, mas também não vou dizer que não adianta de nada. (informação verbal).⁴⁰

Analisando as falas das trabalhadoras, vemos que o tempo da política está desencaixado de suas múltiplas jornadas. São muitos os fatores que permeiam o distanciamento entre as interlocutoras e o sindicato, tais como o desconhecimento da sua

³⁶ Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

³⁷ Informação fornecida por Dora, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

³⁸ Sindicato dos empregados em empresas de asseio, conservação, trabalho temporário, prestação de serviços e serviços terceirizáveis no Distrito Federal.

³⁹ Central Única dos Trabalhadores.

⁴⁰ Informação fornecida por Dora, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

existência, de suas atribuições e forma de atuação. Aliada a esses entraves está a dificuldade encontrada pelas interlocutoras – considerando aquelas que tiveram o interesse desperto e sentiram-se parte de um grupo que poderia agir coletivamente – em dar continuidade à aproximação, seja em razão do horário das reuniões ou pela falta de estratégia do sindicato em falar a linguagem das trabalhadoras.

4.5 A RELAÇÃO COM O TRABALHO

As narrativas que me foram oferecidas pelas interlocutoras, suas histórias de vida e suas percepções sobre o ambiente laboral estavam interligadas. Não apenas porque meu enfoque era no âmbito do trabalho – mesmo porque suas falas e ações no cotidiano extrapolaram o tema e o casaram com outras esferas de suas vidas – mas também porque são mulheres de origens populares que compartilham signos sociais semelhantes.

Se, por um lado, a pesquisa empreendida no local de trabalho tendeu de certa forma a restringir nossas conversas àquela experiência cotidiana, por outro, suas elaborações versáteis mostraram que o trabalho tinha sim, sobremaneira, importância em suas vidas. Trabalhar, para elas, era um ato contínuo que tinha início muito cedo em suas vidas. Quando perguntadas sobre o significado do trabalho, e a isso voltei algumas vezes, costumavam responder que o trabalho inseria a pessoa em redes de relações e ações. Trabalhar, antes de fonte do sustento delas e dos seus, significava ter uma função na sociedade.

Todo mundo trabalha, né?! Seja rico ou pobre, tem uma função. É importante pra vida da gente. Tem vários tipos de trabalho, né?! Tipo, você pode ajudar alguém num hospital, dar um banho, dar uma comida. Tudo isso é um tipo de trabalho. O trabalho de casa também: lavar roupa, passar roupa. Eu trabalho desde quando me entendo por gente, né?! [risos] Lavando louça, arrumando casa, desde pequenininha mesmo. Lavando louça, cuidando de menino... (informação verbal)⁴¹.

Basicamente o trabalho é o que edifica a pessoa, né?! Você trabalhar, você ter uma... É você viver! Eu acho que uma pessoa que não trabalha ela deve ter uma vida assim muito ruim, a não ser que ela tenha muito dinheiro, né?! e possa investir em alguma coisa, mas de certa forma não deixe de trabalhar. Eu acho que trabalhar é tudo, sabia?! Trabalho é desde quando você acorda, é você arrumar uma casa, fazer uma comida, é você olhar menino, é você trabalhar fora... Eu vejo tudo isso como trabalho! (informação verbal)⁴².

Eu já me aposentei, mas continuo aqui, no batente, Herikazinha. Não largo não. Se tiver que sair daqui, continuo a fazer faxina. Só paro de trabalhar quando morrer. Não gosto nem de pensar em parar. Sempre trabalhei, sempre tive meu sustento, nunca dependi de homem nenhum. Porque é uma coisa que eu gosto de fazer! Eu

⁴¹Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

⁴²Informação fornecida por Dora, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

vejo gente, converso, dou risada. Em casa eu sou sozinha, mesmo tendo muito trabalho por lá não tem graça, bom é vir pra rua! (informação verbal)⁴³.

Essas falas são elucidativas do caráter essencial do trabalho na vida das interlocutoras. Obviamente, receber um salário pesava, e muito, nas suas concepções acerca do valor do trabalho. É importante ressaltar que a relevância dada a ele não diz respeito apenas ao assalariado, uma vez que os afazeres domésticos e os cuidados eram compreendidos pelas interlocutoras como os primeiros trabalhos de suas vidas, iniciados ainda na infância, revelando, conforme supracitado, seu caráter contínuo e também o determinismo de atividades como femininas e masculinas.

O trabalho executado pelas interlocutoras naquele ambiente onde desenvolvi a pesquisa era encarado como “pesado”, “cansativo”, mas tinha sua contrapartida benéfica, pois a remuneração era superior àquela que conquistavam realizando trabalhos domésticos e existia um amparo legal de férias, décimo terceiro, tempo de serviço contado para a aposentadoria, dentre outros. Ainda que nenhuma delas tenha tido contato com o contrato de trabalho – quando inquiridas sobre seus termos, as interlocutoras afirmaram jamais terem recebido o documento. À Lúcia, por exemplo, a empresa não havia devolvido sequer sua carteira de trabalho, e ela já estava na Planície há quase seis meses. Elas recebiam seus contracheques e isso equivalia a uma garantia de emprego formalizado.

Quando rememoravam os outros empregos que tiveram ao longo de suas trajetórias, costumeiramente elencavam pontos positivos e negativos. No entanto, o trabalho “em casa de família” era sempre lembrado como o mais desgastante e instável. Algumas das mulheres que acompanhei trabalharam no comércio, e este parecia um ambiente que as agradava, apesar da carga horária “puxada”. Nesses locais elas podiam “fazer mais dinheiro” com as vendas que realizavam, ganhando as porcentagens sobre cada negociação. Ademais, conforme afirmava Dora, existia o contato maior com pessoas, tornando o trabalho menos entediante.

Com relação à condição de precariedade que vivenciavam, as interlocutoras mostravam-se parcialmente satisfeitas com o trabalho que realizavam, não deixando, contudo, de fazer as devidas ponderações acerca das insatisfações que tinham com o trabalho que executavam:

É um pouco precário sim, porque em termos de material não tem muito material pra trabalhar, é tudo regrado. Fora que o produto que eles dão pra gente fazer as limpezas pesadas faz muito mal, tem até que usar máscara, mas mesmo assim arde os olhos. Agora parece que tá proibido usar esse removedor aí. Mas assim, no geral, o trabalho é tranquilo. Mas serviço de limpeza não é legal, né?! Exige muito a coluna, é muito braçal. Mas comparando com o emprego que eu tive de babá eu

⁴³Informação fornecida por Amaralina, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

prefiro porque acabou a limpeza você pode descansar. Babá tem que ter toda a paciência do mundo e ainda tem que fazer tudo dentro de casa. Com a limpeza eu acho que vai ser mais cansativo e exigir mais dependendo do setor. (informação verbal).⁴⁴

Eu até gosto daqui, mas se tivesse opção eu queria outra coisa. É precário porque a gente tem que trabalhar muito pra ganhar muito pouco. Mas é melhor que casa de família, ou mesmo o comércio que foi onde eu trabalhei também, porque é só durante a semana. O problema maior é a coluna. Você fica abaixando e levantando todo o tempo, aí prejudica, né?! (informação verbal).⁴⁵

Ah, aqui é muito bom, é o melhor lugar que eu já trabalhei. Basta saber negociar com o chefinho. Já trabalho há vinte anos nessa empresa e gosto muito, porque eu já trabalhei em casa de família e a relação é diferente, aqui eu acho que eu consigo mais as coisas que eu quero. Trabalho fora daqui só as faxinas mesmo, mas aí, Herikazinha, eu tenho que lidar muito pouco com o patrão e ele já é conhecido de muitos anos.(informação verbal).⁴⁶

Amaralina era a única que demonstrava contentamento pleno em trabalhar para a Planície, mas, como já foi dito anteriormente, sua capacidade de negociação permitia a ela ter maior autonomia frente às determinações da empresa. Sua proximidade com o encarregado chefe, em razão dos muitos anos trabalhados na empresa e também de seu carisma, lhe traziam uma contrapartida benéfica que a fazia “não ter do quê reclamar”.

⁴⁴Informação fornecida por Dora, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

⁴⁵Informação fornecida por Marina, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

⁴⁶Informação fornecida por Amaralina, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

5 TEMPOS DE TRABALHO, TEMPOS DE NÃO TRABALHO

*“A esta noche de grillos le haré mal
con mi luz de minero, con mi andar.*

*Yo descubrí que las estrellas
no son culpables, no son ellas
las que inventaron los segundos
y los minutos de este mundo.
Yo comprendí que no son ellas,
no son culpables las estrellas,
no.*

*A esta noche de grillos le he de dar
mi violento relámpago al cantar.*

*Yo descubrí que los planetas
no son culpables de las restas,
que la matanza de mi tiempo
no es culpa de esos elementos,
yo comprendí que no son tretas
que sean obras de planetas,
no.*

*A esta noche tan hembra la he de amar
con mi sexo satélite girar.*

*Yo descubrí que la menguante
luna de miel duele bastante
y que entre dos todo es posible,
de lo más bello a lo terrible,
lo comprendí entre la amargura
del lado impuro de la luna,
sí.*

*A esta noche de esclavos liberar
con un pueblo de estrellas titilar.*

*Yo descubrí que el combatiente
es más honrado y más valiente
cuando no olvida la ternura
bajo la piel de su armadura,
lo comprendí ante la hermosura
del lado claro de la luna,
sí.*

*Esta noche sin horas partirá
porque el tiempo no existe en mi cantar
y la muerte no sabe mi reloj,
su guadaña no puede con mi amor.*

*Yo descubrí que las estrellas
no son culpables, no son ellas
las que inventaron los segundos
y los minutos de este mundo.*

*Yo descubrí que no son ellas,
no son culpables las estrellas,
no.” (VIGLIETTI,1985).*

O percurso da vida é composto por muitos tempos, os quais são regidos por demandas sociais e ainda por aquelas de cunho pessoal, pelos ritmos subjetivos dos agentes no decorrer de suas existências. O surgimento e a consolidação das sociedades industriais, o sistema capitalista de produção e o conseqüente processo de globalização ao qual estamos conectados impuseram que organizássemos nossos diferentes tempos a partir da dimensão do trabalho assalariado. O trabalho profissional torna-se o marcador do lazer, do ócio e de outros trabalhos não remunerados. Essa ordenação do viver baseada na produtividade atropela cadências individuais, mas também coletivas, em favor da dinâmica de aproveitamento do tempo – que se mostra cada vez mais escasso na lógica dos resultados.

O desenvolvimento das sociedades capitalistas transformou a própria concepção de trabalho de um conceito transsistêmico (CARRASCO, 2005), que comportava todas as atividades necessárias à manutenção da vida humana, a uma atividade que se relaciona diretamente com a remuneração e produção de mais-valia.

Pensando nos variados tempos e na compressão temporal sofrida cotidianamente por mulheres em suas múltiplas jornadas de trabalho, procurei analisar de que forma as interlocutoras rearranjavam seus tempos cotidianamente de modo a conciliar as muitas tarefas a elas incumbidas.

5.1 ROTINA, TRÂNSITOS E COMPARTILHAMENTO DE TAREFAS COTIDIANAS

Acordar às cinco horas, preparar o café da manhã para a família, sair de casa antes das seis para pegar o ônibus, ir ao trabalho e só retornar às vinte horas fazia parte da rotina das interlocutoras da pesquisa. Somado às dez horas que permaneciam no local de trabalho estava o tempo que passavam em trânsito, locomovendo-se para chegarem ao trabalho e desenvolverem suas funções.

Moradoras de cidades satélites do Distrito Federal, todas elas – assim como grande parte dos trabalhadores que dependem do transporte público no DF – enfrentavam jornadas exaustivas tanto na ida para o trabalho quanto na volta para suas residências, diariamente. Ônibus lotados, frotas “caindo aos pedaços”, assédios durante os trajetos...

Os longos períodos passados dentro dos meios de transporte e as dificuldades enfrentadas pelos usuários, especialmente mulheres, ficam evidentes na narrativa de Helena:

Com esse horário aqui você não tem tempo pra se aperfeiçoar, fazer um curso... Sai aqui de noite, dependendo de ônibus. E só tem à noite pra fazer alguma coisa. Agora o trânsito tá melhor porque aumentaram as pistas, tem a pista só dos ônibus. Mas antes era duas, três horas no trânsito, naquele ônibus cheio, com os homens roçando de lá pra cá em você e o resto do povo roçando porque não tem espaço, empurrando

a fila. Você fica querendo sair logo do sufoco. E tem muita safadeza dentro do ônibus. Muito homem safado! Se sentar no corredor quase sempre tem um safado. E você sabe quando te roça porque o ônibus tá cheio e quando é safadeza! (informação verbal).⁴⁷

Dora não enfrentava os problemas de transporte vivenciados pelas outras interlocutoras, pois fazia o trajeto de ida e vinda do serviço de carro com o marido. Dizia que findados os trabalhos domésticos diários – fazer o jantar, cuidados com a filha e a arrumação de uma coisa ou outra em casa –, conseguia caminhar por cerca de meia hora perto de sua residência. No entanto, os afazeres domésticos, por mais bem calculados que fossem por ela, acabavam, muitas vezes, tomando mais tempo que o previsto, por isso ela foi gradativamente parando de fazer exercícios, haja vista morar em um local “pouco seguro depois que escurece”.

O trabalho doméstico e de cuidados não era compartilhado com seu “esposo”, sendo visto por ela – e por ele – como deveres seus. Cabia a ela conferir e ajudar a filha com as tarefas escolares, fazer a janta e organizar o lar. Em suas palavras, para o marido realizar alguma atividade no lar, “só pedindo muito e ele faz de má vontade, obrigado”, por isso, de modo a ajustar o tempo destinado ao trabalho doméstico às suas demandas pessoais, teria de esperar até irem morar no Jardim Mangueiral – condomínio fechado de casas populares, parte do programa governamental **Minha Casa, Minha Vida/Morar Bem** – para voltar a fazer seus exercícios.

Dona Madalena vivenciava uma situação bastante particular no que dizia respeito ao compartilhamento das tarefas domésticas com o marido. Ele desempenhava funções no lar que, dados os comentários e as dinâmicas de casal que me foram relatadas, pareciam impossíveis de serem cumpridas pelos companheiros das outras interlocutoras casadas. “Quando eu chego em casa a janta já tá prontinha, fia.” O marido de Dona Madalena também era funcionário contratado pela Planície, contudo, trabalhava em outro órgão federal. Saía mais cedo do serviço, chegando em casa antes dela para preparar a refeição noturna. Quanto aos outros afazeres domésticos, a interlocutora dizia poder contar com o marido para muitas coisas:

Pra lavar uma louça... Às vezes o banheiro... Pra bater uma roupa, varrer o quintal de casa... Assim, ele faz um pouco, mas tá sempre ajudando. Mas durante a semana ele faz a janta todo dia. Às vezes, como é só nós dois em casa, ele acaba requeitando a comida. Mas tudo bem, né?! E, olha, a comida dele é boa, viu?! [risos]. (informação verbal).⁴⁸

⁴⁷ Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

⁴⁸ Informação fornecida por Dona Madalena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

Nos últimos momentos da pesquisa, houve maior regularidade e intensidade nas atividades executadas pelo marido, haja vista o drama pessoal enfrentado por Dona Madalena em razão da perda de um de seus filhos e a saúde instável – a interlocutora sofria de hipertensão e ainda estava em um quadro de depressão.

Todas as seis interlocutoras da pesquisa foram casadas durante algum tempo. Dentre elas, três permaneciam em relações conjugais. Contudo, somente Dona Madalena contava com o compartilhamento significativo das tarefas domésticas – e isso acontecia mesmo antes dos momentos de turbulência por ela atravessados. Nesse sentido, para que se entenda o diaadia de exploração atravessado pelas interlocutoras, é preciso desvelar o não reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados enquanto trabalho que tem valor. Muitas vezes é uma exploração silenciosa do companheiro, dos filhos ou dos parentes. Mas a exploração mais obscurecida é a do sistema capitalista global que usa a mão-de-obra dessas trabalhadoras para sua reprodução, sem pagar nada por isso, gerando discursos de desvalorização e naturalização das atividades de manutenção do bem-estar social, colocando essas realizações cotidianas no patamar de ajuda, de prática secundária em relação à esfera produtiva.

Essa dimensão do inato, do dever feminino, está presente em alguns discursos das próprias trabalhadoras quando naturalizavam a realização do trabalho de reprodução social e cuidados, não os enxergando como trabalhos que poderiam ser compartilhados com maridos e filhos. Cria-se, portanto, uma ambivalência: ao passo que as trabalhadoras buscam seu espaço fora do lar, elas próprias reproduzem o discurso do **trabalho de mulher**. Um bom exemplo dessa aparente contradição é o caso de Marina que, mesmo lutando por sua independência do ambiente doméstico, tendo até mesmo separado-se por alguns meses quando tomou a decisão de “trabalhar fora”, continuava atrelada à relação altamente imbricada para muitas mulheres entre trabalho doméstico e trabalho produtivo:

Comecei a trabalhar fora de casa tarde. O marido não deixava. Aí depois que... Eu quis trabalhar pra poder ajudar, né?! Onde eu trabalhava no *shopping* era de domingo a domingo, aí minha mãe conseguiu pra mim aqui. Eu gosto do trabalho aqui, mas se eu tivesse a oportunidade, com certeza eu saía daqui. Eu mesma assim... Por mim eu queria trabalhar na recepção porque é meio período, você pode passar mais tempo em casa com os filhos, né?! Porque nesse horário aqui você tem que sair de casa de madrugada e só chega de noite. Na recepção são seis horas trabalhadas e você ganha mais...

O tempo que eu passo aqui é o tempo que eu deixo de fazer as coisas dentro de casa, como eu fazia antes. Mas assim... Eu não deixo o meu trabalho não. Se sair desse, vou logo atrás de outro, com certeza! Agora o esforço é maior, eu acabo fazendo as coisas mais na correria, mas eu tenho a liberdade de ter minhas coisas, de colocar um dinheirinho dentro de casa e não ter que ficar ouvindo ladainha de ninguém. Mas

eu acho que a gente [mulheres] acaba tendo que fazer tudo, né?! Se for esperar por homem pra fazer as coisas em casa... Já viu, né?! [risos] E o outro [marido] lá trabalha tanto que quando chega só quer saber de comida pronta e televisão. Já estou acostumada a fazer tudo dentro de casa, só não faço essas coisas de arrumar troço que queima, coisa de encanamento... Isso é ele que ajeita. Se bem que eu até sei consertar uma coisa ou outra se precisar. (informação verbal).⁴⁹

A lógica capitalista vem produzindo, ao longo dos anos de seu desenvolvimento, uma vida cotidiana em que o tempo social que tem valor é aquele dedicado à produção, isto é, à geração de mais-valia (ÁVILA, 2010). Nesse sentido, os trabalhos domésticos do cuidado com a reprodução, sejam eles remunerados ou não, são desconsiderados como tempo útil, não agregando grande valor social. Assim, há um aproveitamento desigual do tempo social entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e mulheres, como visto no caso de Dona Madalena. A engenhosidade do capitalismo é evidenciada nessa situação, na qual tanto boa parte dos homens – seus produtores ideais de mais-valia – quanto o próprio sistema beneficiam-se desse trabalho reprodutivo essencial ao bem-estar social.

Nesse sentido, é preciso pensar o tempo de trabalho fora dos limites do marco restrito do trabalho produtivo, problematizando as jornadas de trabalho das mulheres e considerando seus trabalhos reprodutivos, além de elaborar intervenções sociais e políticas que incentivem veementemente a participação de homens nessa dimensão da vida cotidiana.

5.2 ROTINA DE TRABALHO SOB DUAS PERSPECTIVAS

Quando iniciei a pesquisa, pensava haver certo padrão nas tarefas diárias a serem cumpridas pelas funcionárias, especialmente porque me ative apenas a um bloco dos tantos que compunham a instituição. Sabia que as atribuições dividiam-se, basicamente, entre limpeza de banheiros, salas, corredores, escadas, janelas... Enfim, na conservação e limpeza predial. Contudo, em meio às narrativas das interlocutoras, pude notar diferenças em suas percepções acerca do dia de trabalho, especialmente ao fazer um contraponto entre o cotidiano das trabalhadoras do bloco B e o de Amaralina, a interlocutora que, durante a pesquisa, mais se diferenciou das outras trabalhadoras.

Um dia rotineiro de trabalho para as trabalhadoras do bloco B começava bem antes da chegada ao próprio local de trabalho. Ao descreverem seu cotidiano laboral, pareceu muito claro, para todas, que ele começava ao acordar, no momento de preparar o café da manhã para a família, de aprontar os filhos para a escola ou para deixar com a cuidadora, ao acordar o marido – no caso de algumas –, e ao locomover-se até o serviço.

⁴⁹ Informação fornecida por Marina, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

De modo a fazer um paralelo de um dia de trabalho típico e exemplificar as nuances que compunham o cotidiano das trabalhadoras, decidi empreender uma comparação entre o diaadia de Dora e Amaralina. Essa escolha deu-se porque a primeira tinha uma rotina bastante próxima às das interlocutoras do bloco B. Já Amaralina, como dito acima, era um caso particular dentro do meu universo de pesquisa, uma vez que sequer fazia parte do mesmo espaço de trabalho das outras trabalhadoras, morava sozinha e mantinha uma dinâmica relacional muito específica com o encarregado chefe.

Dora acordava às 5:30h. da manhã, preparava o café e arrumava-se. Às 6:00 h. acordava sua filha, Angélica, e a deixava encaminhada para que pudesse pegar a van que a levava para a escolinha às 6:40 h.. Seu marido era acordado às 6:30 h., pois, segundo ela, gostava de dormir até mais tarde. No meio tempo em que todos se aprontavam e tomavam café, Dora limpava a cozinha e arrumava os quartos, “[...] [dava] uma geralzinha na casa do jeito que da[va], na correria mesmo.” Finalmente, saía de casa às 7:00 h., uma vez que entrava às 8:00 h. no serviço.

Chegando ao trabalho, dirigia-se até o lugar onde estavam os armários dos funcionários da Planície. Apesar de o refeitório ter sido deslocado do subsolo do bloco A e parte do local ter se tornado um arquivo, ainda existia certa estrutura que servia aos trabalhadores da empresa. Sendo assim, era lá que Dora e os demais funcionários trocavam de roupa e colocavam o uniforme da empresa – ao observar a chegada dos trabalhadores, notei que poucos eram os que já vinham usando o uniforme. Levava seu café da manhã de casa e fazia a refeição matinal na varanda – nesse caso, não havia necessidade de que os trabalhadores dirigissem-se até a garagem, pois, teoricamente, era esperado que essa refeição fosse feita em seus lares. Segundo Dora, os encarregados acabavam fazendo “vistas grossas” para tal costume, uma vez que “[...] quase todo mundo traz o café. Não dá tempo de comer em casa. Tem gente que madruga pra chegar aqui no horário. Aí eles acabam deixando um tempinho no começo pro pessoal tomar seu café.”. Às 8:30 h. dava início às suas tarefas diárias. Conforme costumava dizer-me, não fazia nada com pressa, pois, em relação ao trabalho, considerava-se “uma pessoa muito *zen*”. Conferia se o carrinho de limpeza estava munido com os materiais necessários para os trabalhos do dia e seguia sua rotina.

Eram quatro os banheiros do bloco B, sendo dois no andar de cima e dois no andar de baixo. Dora ficava encarregada de um dos banheiros do andar de cima, além de quatro salas e uma das escadas. Afirmava lavar o banheiro todos os dias, mantendo-se atenta à sua limpeza constantemente. Era sua primeira tarefa diária. Diferentemente do relato de outras interlocutoras, era mais rigorosa com a limpeza de seu setor, procurando não fazer apenas

aconservação paliativa. Em relação às salas, sua dinâmica era a seguinte: intercalava a limpeza das mesas e do chão no decorrer dos dias da semana, sempre retirando o lixo. Limpava a escada apenas uma vez por semana.

A interlocutora afirmava ter uma relação bastante cordial com os funcionários do órgão, mesmo com os mais exigentes, aqueles que reclamavam por qualquer descuido na limpeza. No dia que se dispunha a limpar as mesas, se a/o funcionária/o estivesse muito compenetrada/o e, portanto, impedida/o de sair do local, Dora não fazia a manutenção da mesma, deixando para o dia em que fosse fazer sua outra ronda; também não se preocupava em limpar a mesa no momento que fosse mais adequado à/ao burocrata, pois, para ela, “assim como eles tão trabalhando, nós também estamos. Se não deu naquele momento, só na próxima vez!”

Uma de suas reclamações era a quantidade de homens mais velhos no quadro de servidores do órgão que gostavam de “tomar liberdades”. Alguns deles, dizia, “dão em cima na cara-de-pau”. Entretanto, visando manter uma relação amistosa com todos no ambiente de trabalho, ela procurava sair dessas situações de evidente opressão fazendo alguma brincadeira que deixasse clara a importância que dava ao seu casamento.

Quando surgia o assunto dos funcionários “cricris”, os exigentes demais, daqueles que “pegavam no pé” dos terceirizados da limpeza por qualquer coisa, Dora era taxativa ao dizer que o bloco A era o local de onde vinham as maiores reclamações a respeito do “pessoal da limpeza” e, reciprocamente, eram muitas as queixas por parte dos trabalhadores da Planície lotados naquele setor. Essa posição de Dora era consenso entre as terceirizadas do bloco onde fiz a pesquisa e parecia ser bastante comentada entre os funcionários da empresa. De acordo com a interlocutora, o assunto que corria era que os terceirizados “de sala” que trabalhavam no bloco A mostravam-se muito intransigentes e pareciam, na percepção dos trabalhadores da limpeza, querer empregadas domésticas, faxineiras que cuidassem minuciosamente das salas que ocupavam e com quem pudessem reclamar por qualquer coisa – evidenciando assim a relação de subalternidade que muitas pessoas tentam estabelecer com quem faz o serviço de limpeza, seja ele nos espaços públicos ou privados.

Dora os via como “um pessoal enjoado” que volta e meia fazia reclamações aos encarregados. Talvez por isso, quando se soube que o órgão faria um corte nos terceirizados “de sala” em virtude do concurso que fora realizado para que vagas administrativas de nível médio fossem ocupadas por efetivos, as interlocutoras sentiram como se uma espécie de justiça estivesse sendo feita.

Amaralina sempre me dizia que seu dia de trabalho era bom. Isso ocorria, segundo ela, porque procurava não se misturar com os outros funcionários, ficando boa parte do tempo no seu “cantinho”, nas bases do prédio próximo ao bosque e ao estacionamento, lugar onde fazia suas refeições e deixava seus pertences.⁵⁰ No entanto, não poderia deixar de notar que Amaralina, muitas vezes, estava acompanhada de homens da jardinagem ou mesmo de alguns rapazes que faziam a limpeza de salas. Em vista disso, esse “não se misturar” referia-se, em grande medida, a não ficar nos locais **femininos**.⁵¹ Era palpável sua recusa em envolver-se em fofocas. Nas suas narrativas, as outras mulheres eram vetores de “buchichos” para os quais ela não tinha “a menor paciência”. Ademais, o fato de ela ser a única mulher que exercia uma atividade totalmente externa – considerada pelas outras trabalhadoras com as quais dialoguei como masculina –, somado às **regalias** que obtinha do “chefinho”, fazia com que as pessoas comentassem sobre ela. Além do próprio relato de Amaralina a respeito dos comentários envolvendo seu nome, por mais de uma vez, quando eu comentava com outras interlocutoras ter encontrado-me ou estar indo encontrar-me com Amaralina, geralmente algo a seu respeito era dito de forma breve, reforçando a imagem dela como uma mulher que fazia “serviço de homem” e que “era muito chegada” do encarregado chefe.

Às 5:00 h. da manhã estava de pé, afirmando não conseguir dormir além disso. Ademais, o caminho de Samambaia até o Plano Piloto era longo e ela precisava chegar às 7:00 h. no serviço. Por morar sozinha, não estava encarregada dos cuidados matinais com a família. Tomava seu café em casa, levando apenas o almoço para o trabalho – esse hábito era comum às seis interlocutoras. De modo a economizarem o *ticket* alimentação, elas já deixavam a marmita preparada na véspera. Tão logo chegava ao órgão, dirigia-se ao subsolo do bloco A para pegar seus materiais – por lá ficavam, além dos armários, os produtos de limpeza para recarga dos carrinhos e os instrumentos de trabalho (vassouras, baldes, esfregões, panos e ainda os próprios carrinhos nos finais de semana).

Amaralina foi a interlocutora que mais mostrou poder de negociação no ambiente de trabalho. Sua relação com o encarregado chefe era única, permitindo que ela ditasse, sutilmente e a cada dia, sua maneira de convivência no local de trabalho. Sua capacidade de persuasão variava desde sair para pagar uma conta até emendar feriados prolongados.

⁵⁰ Alguns pertences (marmitas, revistas, materiais para tricô ou crochê... No caso de Dona Madalena, latinhas de bebidas que ela recebia de servidores do órgão para revender) eram deixados nos locais que serviam como **parada** para as interlocutoras, outros ficavam nos armários (roupas, calçados e bolsas).

⁵¹ Durante a pesquisa, tive acesso muito restrito ao universo masculino. Contudo, alguns indícios nas narrativas das interlocutoras demonstraram haver um circuito de fofocas generalizado que não ficava restrito apenas aos círculos femininos de conversa. Quando algum boato circulava, era repassado indiscriminadamente como assunto corrente em determinado momento, tanto por homens quanto por mulheres.

Chegava às 7:00 h. da manhã e logo iniciava seus afazeres; às 9:00 h. parava por quinze minutos para “tomar um cafezinho” – **direito** reservado apenas ao pessoal que trabalhava no ambiente externo do órgão. Voltava ao serviço e, a partir das 11:00 h., primeiro horário de almoço dos funcionários da empresa, dirigia-se ao subsolo do bloco A para pegar o dominó, encaminhando-se à associação dos servidores do órgão para jogar com os companheiros da jardinagem e da limpeza. Muitas vezes, segundo ela mesma, passava os dois horários de almoço jogando. Parecia haver maior maleabilidade no rigor conferido ao regime de trabalho do pessoal da área externa. O interessante é pensar que a maioria esmagadora dos “de fora” eram homens que, além dos benefícios do cafezinho e do tempo estendido, também usufruíam mais do espaço da associação.

Depois das partidas de dominó e de uma breve pausa para o almoço, Amaralina voltava às suas atividades normais: recolher folhas do grande local que lhe estava reservado, manter o banheiro do bloco C limpo, recolher mais folhas – é importante lembrar que, mesmo que as áreas estivessem delimitadas a cada trabalhador, caso fosse necessário, a empresa podia fazer uso deles em outros locais, prática que acontecia com alguma frequência. Portanto, mesmo que as interlocutoras ficassem na varanda e Amaralina ficasse nas bases do prédio C ao findar seus afazeres diários, era nesses lugares que os encarregados as encontrariam caso fosse necessário realizarem outras incumbências.

No caso das trabalhadoras do bloco B e também daqueles outros empregados responsáveis pela manutenção das instalações internas do órgão, havia ainda os dias reservados às limpezas gerais, ao enceramento, às lavagens de janelas e chão das salas, ou seja, à realização de serviços mais pesados, reunindo homens e mulheres servidores da empresa. Esses procedimentos tinham espaço quinzenalmente e, dependendo do tempo a ser despendido e do incômodo a ser causado, eram realizados nos finais de semana. Essa atividade extra permitia uma contrapartida em folgas, mas não em remuneração aos funcionários – a escala era rotativa, logo, todos os trabalhadores participavam da limpeza quinzenal. As folgas precisavam ser agendadas, de modo a não coincidirem.

O final do dia era sempre aguardado ansiosamente. Quanto antes chegasse o horário de partir, melhor. Tal expectativa pude notar entre todas as trabalhadoras. Ao passo que mostravam, em alguma medida, gostar do trabalho que realizavam – especialmente ao compará-lo com outras situações de emprego que não lhes foram favoráveis –, as interlocutoras não deixavam de fazer críticas pertinentes ao trabalho que exerciam naqueles tempos, mostrando que a precariedade permanecia, mas tomava formas menos evidentes do que em seus outros serviços.

Dora preparava-se para sair um pouco mais tarde do que as outras, haja vista entrar no serviço uma hora depois do que maioria dos funcionários da Planície; aguardava o marido passar para buscá-la na portaria do órgão vestida com sua roupa comum. Amaralina recolhia seus pertences e esperava na garagem a saída do ônibus da empresa que a levava para a rodoviária do Plano Piloto. De lá se encaminhava, em um longo trajeto, para sua cidade.

5.3 OS TEMPOS NO COTIDIANO LABORATIVO

As interlocutoras viam o período que passavam no trabalho assalariado sem desenvolverem nenhuma atividade como um tempo que poderia ser utilizado na realização de outros afazeres, aperfeiçoando-se profissionalmente ou mesmo fazendo o trabalho doméstico reservado a elas diariamente. Nesse sentido, para as trabalhadoras não havia repouso no local de trabalho, mas tempo ocioso. Não era um momento de descanso propriamente porque preferiam utilizá-lo para agilizar seus processos de vida: para galgarem melhores empregos, realizar o trabalho de reprodução social e cuidados que fazia parte de seus cotidianos ou, ainda, para satisfazerem demandas de ordem pessoal que lhes eram negadas devido ao pouco tempo que dispunham para tratar de si mesmas.

Suas atividades diárias eram divididas de modo a terem sempre o que fazer, mas sem demandar esforços hercúleos. Passavam nas salas que estavam sob seus cuidados recolhendo lixo, varrendo, limpando mesas. Aquelas às quais estavam designados banheiros, faziam a limpeza paliativa destes, lavando-os por completo duas ou três vezes por semana – Dora era exceção, afirmando lavar o banheiro a ela designado todos os dias. Elas dividiam suas tarefas de modo a estarem diariamente ocupadas, mas não tanto para passar o dia em função da limpeza, até porque limpar salas causava distúrbios no cotidiano laboral dos servidores da instituição. Elas precisavam entrar silenciosamente, contando com a boa vontade dos funcionários em aguardar que a limpeza fosse concluída ou em sair para “tomar um cafezinho”. Nos dias destinados às lavagens gerais, que demandavam mais tempo e esforços, os servidores eram avisados com antecedência e elas podiam realizar suas tarefas sem necessitar valerem-se da versatilidade para não “interromper o trabalho dos outros”.

O tempo aparece nas narrativas como categoria bastante valiosa e cheia de nuances. Estavam constantemente negociando seu tempo para conseguirem realizar todas as tarefas, tanto no local de trabalho quanto no ambiente doméstico.

A falta de tempo cotidiano que pudesse ser utilizado de maneira a profissionalizarem-se frustrava Marina, Helena e Lúcia. As três manifestavam descontentamento com o horário ao passo que demonstravam interesse pelos cursos técnicos que poderiam impulsioná-las na

conquista de empregos mais bem remunerados e, quem sabe, despendendo menos horas diárias.

Não tenho nem tempo pra nada. É arrumando casa, cuidando de menino, trabalhando final de semana, fazendo comida, lavando roupa... Não dá nem tempo de dormir. Eu nem saio porque não tenho nem ânimo. Só pra igreja mesmo lá do lado de casa. Tem dia que a Isabela vai é sozinha. Ela tá nova, tem ânimo.

Fiz um curso de cabelo da Embeleze, mas cancelei porque o dinheiro tava pouco, era tarde e eu ainda perdia uma hora de aula porque a pista do Gama tava em obra. Tranquei. Não dava pra mim. (informação verbal).⁵²

Em casa eu tenho muitas atividades, né?! Agora aqui não. Você terminou o serviço, só dá pra ficar aqui sentada com as meninas conversando. Fora daqui é chegar em casa e pensar em janta. Só chego de noite, mas faço janta todo dia. Final de semana é mais corrido porque tem que dar aquela faxina na casa, lavar roupa... Mas passeio no domingo. Se a gente tivesse alguma coisa pra fazer aqui quando termina o serviço, ou se a carga horária fosse menos era melhor, porque fica muito corrido sair daqui e ainda chegar em casa e ter que fazer janta, cuidar de casa. Agora, pra quem é solteiro, não tem filho, não tem compromisso, tudo bem, pode até fazer um curso à noite. Agora, a gente que tem filho é mais puxado. Igual assim... A gente vê no caso da recepção: são seis horas, elas ficam sentadas, não faz nada. De vez em quando toca um telefone. Agora, a gente que já trabalha mais e ganha menos, né, é ruim.

Aquela garota da recepção já foi como a gente, mas é muito difícil conseguir sair. E tem o fato também da recepção ser de outra empresa. (informação verbal).⁵³

Faço um curso técnico de administração de empresas porque não quero ficar na limpeza pra sempre, né?! Mas é corrido o horário. Tem dia que até dá vontade de faltar. Mas aí eu penso que é uma formação, né?! Além de eu estar pagando caro também [risos]. É de um ano o curso, mas já tá acabando já. Depois dele vou fazer outro, com certeza. Até conseguir arrumar um emprego que dê pra juntar um dinheiro pra mim abrir um salãozinho pra mim. (informação verbal).⁵⁴

As interlocutoras mostravam-se parcialmente satisfeitas com a atividade que realizavam. As mais jovens, se tivessem oportunidade, sairiam dali e trabalhariam autonomamente no comércio ou em empregos que lhes ocupassem menos horas diárias, mas sem redução salarial. A instabilidade e as contas mensais a pagar, contudo, pesavam nas escolhas que faziam. Por isso mantinham-se na Planície. A narrativa de Helena é autoexplicativa sobre gostar do trabalho:

Assim, né... Não muito. É porque não é uma coisa muito boa. É cansativo, mas, por enquanto, até arrumar outra coisa... Tem que levar. Mas é puxado. Meu sonho é montar um negócio pra mim, mas como eu não tenho condição... Quem sabe um dia, né?! Uma firminha, um salão... Com limpeza, só se eu não tiver outra coisa! Quero um salão, uma lojinha, uma livraria. É melhor trabalhar pra você mesma. (informação verbal).⁵⁵

⁵²Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

⁵³Informação fornecida por Marina, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

⁵⁴Informação fornecida por Lúcia, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2013.

⁵⁵Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

A ideia de tornarem-se empreendedoras mobilizava os sonhos de Helena e Lúcia. Já Márcia preferia trabalhar na recepção, despendendo menos horas diárias, não almejando ser “patroa” de si mesma como as outras.

Quando falamos de tempo é comum pensarmos em categorias que o remetem diretamente à lógica mercantil e seus desdobramentos. Fala-se de tempo ganho, tempo gasto, consumo do tempo, aproveitamento do tempo. Vemo-nos conectados à ideia de tempo como algo quase palpável, o tempo do relógio que nos mobiliza e nos cobra produtividade. Essa relação de constante exigência que estabelecemos com a temporalidade, e que se dá em termos sociais e individuais, não cessa. Ao contrário, pede cada vez mais que estejamos inseridos em sua dinâmica de valorização de determinados tempos em detrimento de outros como os momentos de lazer, aqueles dedicados aos *hobbies* e, ainda, como venho tentado mostrar nesse trabalho, das atividades realizadas por mulheres na dimensão reprodutiva todos os dias, em diversas partes do mundo.

O tempo perpassa muitas, se não todas as narrativas das interlocutoras. Dentro de tempo, duas subcategorias analíticas podem ser identificadas de modo a contribuir para o entendimento de suas rotinas: tempos de trabalho e de não trabalho. Essencialmente relacionadas a essas categorias estão a noção de tempo livre e as esferas de produção e reprodução sociais. É preciso esclarecer cada um desses conceitos/experiências, buscando compreender como essas dimensões do viver influenciam as dinâmicas cotidianas das agentes da pesquisa.

Em consonância com o alargamento da noção de trabalho, especialmente quando se trata das práticas desenvolvidas por mulheres, compreendo como tempos de trabalho aqueles momentos dedicados à realização de atividades compulsórias, tanto no ambiente público quanto no âmbito privado, não distinguindo, neste caso, as tarefas em produtiva ou reprodutiva, muito menos em assalariadas ou não. Já os tempos de não trabalho são aqueles em que as trabalhadoras não estão exercendo atividades cotidianamente delegadas a elas. São momentos nos quais, em teoria, elas teriam tempo livre, procurando dedicar-se ao lazer e ao descanso, à realização de suas próprias vontades.

O caso específico por mim analisado mostra que no tempo de trabalho assalariado as interlocutoras têm, em certa medida, **tempo de descanso**, mas não têm **tempo livre**, uma vez que estão **presas** ao local de trabalho. Mesmo que tenham findado os afazeres diários, não podem ausentar-se daquele ambiente. Devem permanecer e cumprir seu horário, assinando o ponto na entrada e na saída, demonstrando estarem sempre à disposição da empresa prestadora de serviços para que esta despenda de sua força de trabalho.

Nos momentos que passam em casa, onde deveriam descansar e desenvolver atividades de lazer, as trabalhadoras estão realizando a reprodução social, cuidando de crianças, da casa, lavando roupas, cozinhando, etc. Portanto, o que deveria ser tempo livre é, muitas vezes, preenchido por demandas cotidianas que sobrecarregam as mulheres, impedindo-as de usufruírem o pouco de folga que sobra entre o emprego e os trajetos diários nos engarrafamentos da cidade. Nesse sentido, é importante para a reflexão compreendermos que a própria ideia de lazer em nossa sociedade remete à dimensão laborativa assalariada, uma vez que tem regularidade e está associada ao tempo que resta da atividade produtiva.

Para que entendamos melhor como o tempo é importante na análise do cotidiano das interlocutoras, lanço mão do conceito de Elias (1998) acerca do tempo como processo de aprendizagem.

De acordo com o autor, a concepção de tempo é socialmente elaborada, fruto da aprendizagem humana transmitida através de inúmeras gerações. A compreensão do tempo, portanto, é mutante nas sociedades e depende das experiências estabelecidas pelos agentes em relação ao mundo e suas transformações.

Elias argumenta que o processo civilizador e a passagem para a modernidade estão intimamente ligados à mudança temporal ocorrida nas sociedades ocidentais. A industrialização crescente aliada ao avanço da urbanização e do comércio tornou os agentes mais dependentes dos instrumentos de medição do tempo – que a cada dia parecia mais veloz. Com o advento da sociedade industrial – e, mais tarde, pós-industrial –, passamos a ser disciplinados por uma ideia específica de tempo que penetra as subjetividades e vivências. Ações externas e internas de coerção – ideologicamente fundamentadas – enlaçam as pessoas a calendários, relógios, prazos...

Helena e Lúcia apropriavam-se de uma lógica empreendedora, acreditando que, a partir do investimento em si mesmas poderiam adquirir autonomia na dimensão do labor. Todavia, para que pudessem realizar suas aspirações, precisavam que o tempo social estivesse em compasso com suas demandas diárias. Caso isso não ocorresse, eram necessários malabarismos e sacrifícios para conseguir alcançar seus objetivos. Elas juntavam o pouco dinheiro que ganhavam, pagavam por cursos que oneravam seus orçamentos, passavam menos tempo com a família, enfim, ironicamente sobrecarregavam-se em busca de uma vida mais tranquila.

Lúcia, por exemplo, além de enviar dinheiro para as filhas que ficaram no Maranhão, ter de sustentar-se em Brasília e ainda comprar os materiais que utilizava em suas atividades de cabeleireira, gastava quarenta por cento de seu salário com um curso técnico de

administração. Era um investimento que podia revelar-se frustrado caso ela não conseguisse o tipo de emprego que almejava. Contudo, mesmo precisando conter seus gastos, privando-se de muitas coisas que queria, “coisas de mulher, sabe?! Um sapato, um batom...”, a interlocutora não deixava de acreditar que investindo em cursos poderia ter o emprego desejado – que lhe demandaria mais intelectualmente e não tanto fisicamente, como o trabalho que realizava no momento da pesquisa.

Helena acreditava ser necessário ter qualificação profissional para conquistar um emprego que a remunerasse bem, e isso, segundo ela, estava claro desde quando começou a trabalhar assalariadamente. Entretanto, as dificuldades de ser mãe solteira e, especialmente em seu caso, sem parentes ou afins que a pudessem auxiliar nos cuidados com a filha, fizeram com que durante alguns anos ela tenha aceitado trabalhos de meio período que a condicionavam a baixos salários. Conforme a filha foi crescendo, resolveu que tentaria deixá-la com “uma mulher que cuidava de crianças na rua de casa”. Mesmo com muitas ressalvas, precisava trabalhar em tempo integral, não havendo outra escolha senão confiar.

Aliado à necessidade de aumento salarial estava também seu desejo em trilhar caminhos que pudessem emancipá-la de sua condição de empregada, tornando-se empregadora, “patroa” de si mesma. Nesse sentido, via nos cursos profissionalizantes a oportunidade de materializar essa vontade. Entretanto, teve de esperar a filha atingir certa idade que permitisse sua estada sozinha em casa, uma vez que à noite não havia quem pudesse fazer-lhe companhia. Helena preocupava-se bastante em como ficaria a filha fora da sua presença, no entanto, alegava não haver alternativa caso quisesse melhorar a vida de ambas. Somado a esse tempo que levou para permitir-se deixar a filha sozinha estavam as dificuldades de transporte e horários dos cursos.

5.4 O TEMPO REVISITADO

Nas estatísticas de que dispomos atualmente, inclusive na PNAD, a mais ampla pesquisa amostral domiciliar do país, as pessoas que estão encarregadas **somente** dos afazeres domésticos entram na parcela de população em idade ativa (PIA), mas permanecem categorizadas em estado de inatividade. De acordo com Brischini:

Nos levantamentos censitários, a categoria ‘inativos’ abriga indivíduos que não trabalham, seja porque vivem de renda, seja porque são aposentados, pensionistas, doentes ou inválidos, estudantes e os/as que realizam afazeres domésticos. Ou seja, apesar do considerável volume de atividades que se escondem sob a rubrica ‘afazeres domésticos’ e que mantêm ocupadas mulheres de todas as camadas sociais, o trabalho doméstico não é contabilizado como atividade econômica nesse tipo de levantamento. (BRISCHINI, 2006, p. 333).

A ponderação da autora revela que o trabalho investigado nos censos ainda tem os moldes do emprego remunerado capitalista. De acordo com Claudio Dedecca, em 2001 a PNAD incorporou em seu levantamento estatístico alguns pontos concernentes à realização de afazeres domésticos, o que se revelou importante para começarmos a ter no Brasil uma medição do uso do tempo por mulheres e homens de diferentes idades.

O acesso a esse tipo de informação abre a possibilidade de confrontar o uso do tempo, ao menos, em duas dimensões: para reprodução econômica e para reprodução social. O tempo para reprodução econômica envolve aquele destinado ao trabalho remunerado e o gasto com deslocamento para sua realização. O tempo para reprodução familiar e social incorpora, ao menos, as atividades de organização domiciliar, de lazer e de sono. Ambos os tempos são recorrentemente transformados pelas mudanças econômicas, sociais e culturais. A regulação de seu uso depende, na sociedade moderna, da presença das instituições políticas e culturais. Elas regulam sua duração e a articulação entre ambos. Não há naturalidade na alocação de seu uso. Portanto, as pessoas realizam a alocação de seu tempo sob constrangimento social, tendo pouca ou relativa autonomia de decisão sobre esse processo. (DEDECCA, 2004, p. 1).

Pensando na utilização do tempo e na importância de termos em nossas sociedades instrumentos para sua medição nas diferentes atividades realizadas, e não apenas no trabalho considerado produtivo, é que Cristina Carrasco (2005) analisa ser preciso expandir o conceito de trabalho reprodutivo, não pensando-o como contraponto imediato ao produtivo gerador de mais-valia. Estão ambos articulados, mas não é interessante para a análise e para as verdadeiras transformações sociais pensar os cuidados e a manutenção da vida remetendo-os ao trabalho assalariado sem que haja uma reflexão profunda acerca do real valor desses trabalhos invisibilizados e quase exclusivamente realizados por mulheres. Para tanto, a autora propõe:

[...]se plantea que no todo el tiempo es dinero, no todas las relaciones humanas están mediatizadas por el tiempo mercantilizado, no todos los tiempos son homogéneos ni todo el tiempo de trabajo es remunerado. Se comienzan a estudiar los llamados 'tiempos generadores de la reproducción' que consideran los tiempos que caen fuera de la hegemonía de los tiempos mercantilizados y que incluyen tiempos necesarios para la vida: cuidados, afectos, mantenimiento, gestión y administración doméstica, relaciones, ocio, etc.; que más que tiempo medido y pagado, son tiempo vivido, donado y generado, con un componente difícilmente cuantificable y, por tanto, no traducible en dinero. Estas nuevas perspectivas sobre el tiempo han puesto de manifiesto las relaciones de poder y la desigualdad de género que se esconden detrás de la forma mercantil de valorar el tiempo. De hecho, se está denunciando que no considerar las distintas acepciones del tiempo y resaltar solo la dimensión cuantificable, es una manifestación más de la desigualdad entre mujeres y hombres. (CARRASCO, 2005, p. 52).

A perspectiva temporal, a partir das experiências cotidianas com a reprodução social e os cuidados realizados por mulheres, é, para Carrasco, útil para pensarmos em uma mudança de paradigma que retire das relações mercantis o enfoque dos processos do viver e torne

visível a existência de outras dimensões temporais relevantes, o que significa dizer que o tempo do mercado não deve ditar o ritmo da vida cotidiana, desvalorizando os outros compassos essenciais à manutenção da existência humana.

6 FOFOCA E SUBJETIVIDADE NO MEIO LABORAL

– Não gosto muito de me misturar com aquele pessoal não. Você vai fazer com elas? Elas aceitaram?

– Sim. Quero fazer com o maior número de mulheres possível!

– Ah... (informação verbal).⁵⁶

Neste capítulo analiso o poder da fofoca na vida cotidiana das trabalhadoras, buscando compreender a influência dos boatos em um quadro amplo de relações mantidas por elas com seus pares, com os encarregados da empresa prestadora de serviços e, ainda, com os funcionários da instituição.

A partir de um caso específico, intento demonstrar quão danosa pode ser a circulação de boatos e a reatualização de rumores no ambiente de trabalho, causando distúrbios que tencionam a vida privada e alimentam discórdias que podem comprometer o lado profissional das interlocutoras.

6.1 OS PERIGOS DA FOFOCA: O CASO DE HELENA

Durante minha pesquisa de campo, a fofoca foi aparecendo timidamente enquanto categoria analítica, galgando seu lugar e sua importância no decorrer do tempo. Ainda nos primeiros encontros, tive acesso aos boatos que circundavam a figura de Helena, fornecidos por ela mesma, mas sem grandes detalhes. Apenas mais tarde é que pude compreender, ouvindo suas narrativas e as das outras trabalhadoras, o quão grave poderia tornar-se uma fofoca no ambiente de trabalho. Ademais, ao passo que me tornava menos estranha às interlocutoras, fui sendo também conectada a uma rede de rumores.

Claudia Fonseca (2000), ao realizar etnografia em duas vilas de invasão na cidade de Porto Alegre, tentou observar a criatividade das práticas cotidianas das chamadas classes populares. A autora logrou pensar o sistema de valores de seus interlocutores conforme o espaço social que ocupavam na sociedade de classes, analisando a complexidade das relações e seus possíveis arranjos, bem como as formas encontradas pelos agentes para enfrentarem as adversidades do dia a dia. Para tanto, elegeu temas como família, fofoca e honra. A importância da fofoca nos contextos pesquisados por Fonseca relaciona-se, especialmente, à construção de identidades, à reputação e ao poder conferido às mulheres.

Durante os meses de trabalho de campo, ficou claro que, quando queriam falar a respeito umas das outras ou mesmo de outros funcionários aos quais eu não tinha acesso, as

⁵⁶Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

interlocutoras sutilmente faziam-me caminhar com elas pelo bloco B ou levavam-me para sentar fora da varanda.⁵⁷ Assim, nos primeiros momentos da pesquisa, ainda buscando estabelecer uma relação sólida com as trabalhadoras, tomei as informações que me eram passadas por confidências. Acredito que isso se deu porque não estava nos meus planos transmitir mensagens entre elas. Entretanto, talvez essa não fosse a expectativa das outras partes envolvidas. Conforme argumenta Fonseca (2000), muitas vezes a fofoca tem o objetivo de mandar um recado de maneira indireta. Portanto, o simples fato de distanciar-me da varanda já podia ser visto como um recado enviado às outras. Dora e Dona Madalena jamais me levaram para conversar longe das outras interlocutoras. Dona Madalena nunca deu indícios da existência de fofocas e, em nossos diálogos, não fazia comentários sobre outras pessoas além dela própria e às vezes acerca de Dora, sempre em sua presença. No entanto, ambas começaram a aparecer nas falas de Helena e Lúcia como prováveis vetores de boatos.

O fato de encontrar-me algumas vezes com as interlocutoras fora da varanda, a diminuição do tom de voz ou mesmo a mudança repentina de assunto quando alguma outra trabalhadora passava por nós, tudo isso contribuía para causar um clima de desconforto, mesmo quando o teor das conversas não era nenhuma fofoca. No início da pesquisa eu evitava essas situações, temendo entrar na rede de rumores e perder espaço de diálogo com algumas trabalhadoras. Com o passar dos meses, sendo essa a dinâmica de muitas das conversas⁵⁸, fui criando mecanismos de envolvimento com as interlocutoras, de modo a passar-lhes confiança sem parecer que levava informação sobre elas para as outras. O que ouvia guardava para mim. Entretanto, mesmo que quisesse atuar apenas como receptora – o que é incomum no universo das fofocas, uma vez que, sendo a informação passada adiante, é suposto que ela deva circular –, ao escrever as histórias narradas cumpro o ciclo das fofocas. Aproximei-me bastante das trabalhadoras. Contudo, tive de estar atenta à forma como me relacionava com elas, deixando em evidência o distanciamento necessário para demarcar meu lugar enquanto pesquisadora. Estou certa de que não perdemos com isso, uma vez que as portas para possíveis aproximações para além da pesquisa ficaram abertas. Precisei, em vista disso, rever minhas

⁵⁷ Isso ocorria quando eu já estava prestes a retirar-me e alguma delas acompanhava-me para fora. Jamais aconteceu de eu estar na varanda e subitamente sair para falar em particular com alguém.

⁵⁸ Algumas vezes, mesmo no espaço da varanda, as interlocutoras sussurravam assuntos que as incomodavam e que não queriam que fossem ouvidos pelas outras. Isso costumava acontecer enquanto as outras trabalhadoras estavam entretidas em outras conversas, ou quando estavam entrando e saindo para buscar materiais (no caso daquelas que ainda não tinham terminado o serviço diário).

noções mais básicas de **estar em campo**⁵⁹ para não colocar em risco a pesquisa. As querelas ocorriam entre as interlocutoras e não cabia a mim valorar seus caracteres, ainda que entendesse algumas posturas como arbitrárias. O processo atravessado por mim e pelas interlocutoras ao longo da pesquisa mostrou que seus comportamentos operavam de maneira que eu sequer poderia supor nos primeiros meses de pesquisa. Cada uma das trabalhadoras tinha suas peculiaridades e fazia seus julgamentos. Eu só consegui compreender alguns deles ao final. Outros permaneceram incógnitos.

Helena, desde o nosso segundo encontro – já que o primeiro foi uma apresentação relativamente rápida – mostrou-se pouco à vontade em conversar comigo na varanda. Dizia não gostar de misturar-se e, mesmo sem citar nomes – apenas nos primeiros meses –, deixava corporalmente inscrita sua falta de simpatia em falar sobre sua vida perante as mulheres que frequentavam o local.

O caso de Helena é particularmente complicado. Uma das funcionárias da instituição “pegou implicância” com ela e isso revelou ser uma questão verdadeiramente incômoda no seu cotidiano, especialmente no local de trabalho. Ao longo da pesquisa, não recordo um dia em que ela não tenha mencionado o desentendimento com essa pessoa. Tudo começou porque a referida funcionária achava um absurdo Helena levar a filha para o trabalho.

A Isabel sempre ficou quietinha. Nunca mexeu em nada! Tipo, às vezes eu não tenho com quem deixar e o resto do pessoal [outros funcionários do órgão] nunca reclamou, pelo contrário. Não é sempre que ela vem. Tipo, quando eu estou limpando as salas, ela vai pra biblioteca ou fica por aí, mas longe dos hõmi, porque nunca se sabe, né?! E essa mulé resolve implicar comigo e com minha filha! Ela falou tanto de mim que eu fiquei com medo de não poder mais trazer a Isabel, porque chegou no ouvido dos encarregados. Mas aí o pessoal do bloco [funcionários efetivos do órgão que trabalham no bloco B] fez um abaixo-assinado pra eu poder trazer ela. Todo mundo assinou, menos ela. O pessoal é gente boa comigo.

A Isabel quase que se criou aqui, mas agora eu não trago mais não por causa da bruxa! Eu tava pagando cem reais pra uma mulher lá perto de casa olhar ela metade do dia, mas agora ela tá num projeto do governo de esporte. Vai de manhã cedo, almoça lá e depois vai pra escola, que agora é lá no Riacho [Fundo II] mesmo. Tive que tirar aqui do Plano [Piloto]. (informação verbal).⁶⁰

⁵⁹ Com o tempo algumas noções sobre o método que escolhemos parecem internalizar-se de modo a não mais pensarmos sobre elas, especialmente quando fazemos pesquisa com grupos de pessoas que compartilham conosco signos sociais, que têm realidades próximas às nossas. Creio que isso seja um erro do pesquisador, uma vez que precisamos estar constantemente atentos ao nosso proceder. No caso das fofocas acreditei, no começo e ingenuamente, estar atuando como confidente das interlocutoras. Hoje percebo que de fato entrei nas redes de fofoca, mas que meu lugar de pesquisadora talvez fosse visto como possível amplificador dos rumores em outras instâncias – com os funcionários do órgão que eu conhecia, por exemplo –, de modo a deslegitimar ou legitimar ações.

⁶⁰ Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

Sempre que podia desqualificava sua antagonista, deixando claro que era a outra a parte fofqueira, capaz de fazer e falar coisas que a prejudicavam. O motivo inicial – o fato de precisar levar a filha consigo para o local de trabalho – expandiu-se e deu lugar a uma rivalidade que dizia respeito, inclusive, ao território ocupado, uma vez que seu desafeto começou a “fazer amizade” com as outras trabalhadoras e a **passar** pela varanda, buscando, na percepção de Helena, informações sobre sua vida de modo a desqualificá-la. Certa vez, contou-me:

Ela resolveu fazer amizade com o pessoal [da varanda]. Assim... Ela fica forçando amizade, sabe?! Tá sempre por ali, falando alto pra se mostrar. Não sei pra quê! Acho que o povo da sala dela não é amigo dela aí ela fica vindo aqui. Ela trabalhava na Diretoria, mas teve que sair de lá porque vivia arrumando confusão. Ninguém gostava dela. Aí veio pra cá me encher o saco! Até parece que ela quer ser amiga de alguém. Ela se acha melhor que a gente porque é daqui [órgão]. Tipo, outro dia eu tava sentada conversando com a Dora e com a Dona Madalena e ela chegou. Deu bem um pisão no meu pé com aquele salto dela e ficou me olhando. Ela queria que eu fizesse alguma coisa, brigasse com ela, sei lá. Pois eu olhei bem pra cara dela e segurei seco, fiquei na minha morrendo de raiva daquela perna de seriema! Eu lá vou caçar confusão com essa horrorosa, perna de seriema?! Eu não! (informação verbal).⁶¹

A questão territorial é muito interessante para pensarmos as formas encontradas pelas interlocutoras para se colocarem no ambiente de trabalho; que locais podiam frequentar e quais lhes eram vetados. Aqui, a funcionária da instituição parece tentar privar Helena dos poucos lugares onde podia transitar – considerando o perímetro já restrito: deveria manter-se no bloco a ela designado para limpeza –, fazendo-a passar muito mais tempo sozinha. Por outro lado, a própria Helena escolheu manter-se distante da varanda, de modo a evitar que sua história circulasse ainda mais. Esse contexto explica porque Helena deixou de guardar seus materiais de limpeza na “varanda”, conforme faziam as outras interlocutoras do bloco B, os colocando atrás de outra escada (Anexo F). Começou a passar boa parte do tempo em que não estava realizando suas tarefas sozinha lendo revistas⁶² na cabine reservada às portadoras de deficiência no banheiro próximo à sua “escada” ou então conversando com o “pessoal da xerox”, dentro da pequena sala reservada à essa atividade.

De acordo com minhas percepções das ações e narrativas das interlocutoras, não apenas a funcionária do órgão federal, mas também as outras mulheres da varanda falavam mal de Helena. Ao contar-me sua história sem querer parecer fofqueira – isso era muito

⁶¹Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

⁶² Era comum encontrar as interlocutoras lendo revistas durante seu **tempo de descanso** e mesmo trocando-as umas com as outras. Os temas de tais publicações eram variados, passando de revistas de venda de produtos a de personalidades da mídia e ainda aquelas didáticas de tricô e crochê. Apenas uma vez vi Lúcia lendo uma revista sobre espiritismo, caso incomum no ambiente de pesquisa, haja vista as outras interlocutoras serem alegadamente ligadas às igrejas neopentecostais.

importante para Helena: não igualar-se às pessoas cujos hábitos condenava –, a interlocutora jogava, muitas vezes, com a ambiguidade inerente à fofoca (FONSECA, 2000), fazendo insinuações sobre os fatos ocorridos, deixando que eu tirasse minhas próprias conclusões sobre a situação. Dificilmente ela denominava quais eram as colegas de trabalho que acreditava não serem leais, limitando-se a tratá-las como um “pessoal que não dá pra confiar”. Apenas em relação à funcionária do órgão e somente uma vez sobre Dona Madalena é que Helena exaltava-se e tecia comentários depreciativos. Sobre a colega de limpeza, e bastante nervosa dado o frescor da inquietação, contou-me:

Ela [Dona Madalena] me entrega direto. Se eu preciso faltar por algum motivo, mesmo trazendo atestado ela já vai lá antes pro encarregado e me entrega. Estou cansada de fazer o serviço dela. Ela é que vive faltando, saindo mais cedo, e sobra pra mim, porque as salas dela não pode ficar sem ninguém cuidando. Mesmo assim ela não deixa de falar de mim, não tem companheirismo nenhum. (informação verbal).⁶³

Dora era a pessoa mais próxima à Dona Madalena. Tinham uma relação bastante amistosa e estavam constantemente juntas. Dona Madalena aparecia nas falas tanto de Helena quanto de Lúcia como vetor de rumores e mexericos. Contudo, Lúcia apontava Dora como alguém que não se envolvia nas fofocas. Falando dos problemas que tinha por conta de boatos, pela primeira vez ouvi a história de Helena por intermédio de outra pessoa que não ela mesma:

Quando a Helena teve esses problemas eu não tava trabalhando aqui. Mas sei que a Dora não se meteu. Mas o pessoal todo daí [varanda] ficou falando. Quase que ela [Helena] vai mandada embora daqui. Chegou tudo no ouvido do encarregado. Sorte dela é que o pessoal daqui [do órgão federal] fez um abaixo-assinado pra ela ficar. Tinha história até dela roubar as coisas, mas eu duvido! Você vê que ela até deixa as coisas dela lá na outra escada que é pra não ter confusão. (informação verbal).⁶⁴

Tempos depois, enquanto conversávamos sobre como se davam as relações no ambiente de trabalho e como era a convivência com os outros funcionários, Dora explicou-me que havia muita “fofoca maldosa” e aproveitou para citar o caso de Helena, declarando ter sido uma “fofoca monstruosa a que fizeram com o nome dela”, ressaltando o que já havia sido dito por Lúcia.

No caso de Helena, o que parece ter começado com um mexerico e uma indisposição pessoal logo se tornou informação perigosa, deixando-a insegura frente à proteção da filha e do emprego. Isso se deve ao caráter de maledicência que a fofoca pode assumir (FONSECA, 2000), causando prejuízos à reputação dos envolvidos, demarcando posições de poder e

⁶³Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

⁶⁴Informação fornecida por Lúcia, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2013.

exaltando a influência de agentes que têm mais recursos para macular a reputação de outras pessoas.

É muito comum que mulheres precisem levar seus filhos para o local de trabalho por não terem com quem deixá-los, especialmente em uma situação de lar monoparental, como o de Helena. Conforme apresentado anteriormente, a interlocutora não levava sempre. Se pudesse, certamente não o faria, mas era isso ou deixar sua filha sob cuidados de outra mulher – que além de seus próprios filhos, cuidava também de outras crianças –, pagando um valor que fazia diferença em seu orçamento. Nesse contexto, a questão que se faz pertinente é: que mulheres, naquele ambiente, podiam levar os filhos? Certamente não Helena, uma funcionária da limpeza. Apresenta-se aqui uma tensão entre classes direcionada à parte mais vulnerável nas relações de trabalho, haja vista Helena não ter vínculo empregatício com a instituição e executar um serviço considerado por muitas pessoas e, ao que tudo indica, por seu desafeto, como atividade inferior, delegada a subalternos. Nesse contexto, a interlocutora estava inabilitada a usufruir o mesmo espaço que as mulheres que trabalhavam para o órgão federal. O que conta ainda mais para a compreensão do caso de Helena sob uma perspectiva de conflito entre classes sociais é o fato da interlocutora jamais ter tido qualquer aproximação com a funcionária do órgão, descartando uma rixa pessoal prévia. A interlocutora nem mesmo limpava o local de trabalho da outra mulher.

Como dito em outro momento, mesmo entre mulheres existem graus de hierarquia e lugares de poder, afinal, as vivências são múltiplas e os valores também. Essa hierarquização pode ser observada no contexto do campo pesquisado: a funcionária da instituição, por sentir-se superior, elege quem pode ou não levar crianças para o ambiente de trabalho. Em consonância com a análise de Hirata e Kergoat (2010), existe uma natureza fundamentalmente conflituosa na incumbência de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres. Assim, por não ter com quem deixar a filha, Helena precisava valer-se também do local de trabalho para mantê-la por perto e segura. Contudo, sua posição frágil nas relações de trabalho perante o órgão e seus funcionários a fez arriscar o emprego e adentrar em uma rede perigosa de boatos.

No entanto, Helena não estava totalmente desamparada. Ainda que as relações tenham se provado bastante desiguais e que a maledicência tenha tomado proporções absurdas, a interlocutora teve a quem recorrer. Querida pelos funcionários que a conheciam por meio da limpeza das salas – e que não acreditaram nas acusações a ela dirigidas –, foi resguardada pela organização de um abaixo-assinado para que ela permanecesse no emprego e pudesse continuar a levar sua filha para o trabalho. O documento subscrito por diversos servidores do

órgão tornou possível a permanência de Helena. Contudo, não dissipou os rumores que circundavam sua figura.

A construção da identidade das mulheres no meio laboral era perpassada pelo grau de abertura que elas davam a diversos agentes. A forma como eram vistas e como se viam tinha a ver também com o espaço que davam aos rumores sobre suas vidas. A fofoca não precisa ter nenhuma ligação com a verdade para que se torne um marcador de distinção entre pessoas. Lúcia, certa vez, comentou que, pelo fato de não “tirar brincadeira” com as outras funcionárias, ganhou a reputação de orgulhosa e metida.

Elas falam que eu fico me achando só porque sou novata e o encarregado me ajuda quando eu preciso pagar alguma conta na rua. Ele deixa eu assinar a saída no dia seguinte, essas coisas. É claro que não faço isso sempre. Não pode abusar. Tem também o fato de eu ter feito amizade com o pessoal das salas que eu limpo. Tem uma menina lá que me deixa mexer no computador, mandar recado pra minhas filhas. Aí elas ficam morrendo de inveja de mim, só porque as pessoas gostam de mim e eu não dou moral pra conversinha.

Teve uma vez que eu pedi umas roupas de frio aqui pras meninas. Eu queria ajudar uma senhora que me ajudou muito quando eu cheguei aqui em Brasília. Essa senhora é lá da minha terra, da mesma cidade. Ela anda de cadeira de rodas e mora só ela e uma menina que ela cria. Só que como o povo aqui gosta de falar, fiquei logo sabendo que elas tavam achando que eu tava pedindo era pra mim. E não foi ninguém que me contou não, eu mesma ouvi. Tava chegando aqui [na varanda] e ouvi a Dona Madalena falando que eu não tinha nada que pedir roupa, que na certa era pra mim. Já falei logo que se quisesse falar mal de mim, falasse na minha cara. Desde esse dia que eu fiquei cabreira com ela. Quando ela vem de gracinha eu nem olho na cara dela. E também não fico mais aqui dentro, só quando tá vazio. (informação verbal).⁶⁵

Analisando as narrativas das interlocutoras, percebo haver uma carga de impureza imputada em suas falas. O fato de não quererem e não gostarem de “se misturar” com os outros funcionários – referindo-se aos trabalhadores da empresa da qual faziam parte – mostrava o desejo de não envolverem-se em fofocas e conflitos que pudessem chegar aos ouvidos dos encarregados. Além disso, ser fofoqueiro era moralmente condenável e, mesmo que se tratasse de um rumor desprezioso, misturar-se poderia significar também ser fofoqueira e, portanto, estar poluída. Evitava-se, assim, estar em contato com os vetores da fofoca – ainda que permanecessem falando deles, como no caso de Lúcia e Helena.

Com o pessoal da empresa eu não me envolvo muito não... O povo gosta muito de conversa. Não gosto, é uma confusão, fofoca... Muita ladainha que desce lá embaixo [local onde ficam os encarregados e os armários dos funcionários]: ‘Ai! Fulano me fez isso’. Tipo, eles não têm muito aquela sabedoria de trabalhar em equipe e união. É cada um por si. Não tem união nas pessoas aqui da empresa da gente porque é tudo falsidade. Tipo, diz que é família, aí você vira as costas e te detona. Eu não acho isso amizade, por isso é que eu não me envolvo. Eu não gosto desse tipo de

⁶⁵Informação fornecida por Lúcia, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2013.

gente. Não tem união porque quem é amigo ajuda, né?! Não quer te destruir, nem te entregar! (informação verbal).⁶⁶

Na experiência de campo aqui discutida, moral e poluição estão intrinsecamente relacionadas. Para entender melhor essa relação, recorro ao clássico *Pureza e Perigo*, de Mary Douglas. A autora argumenta que regras relativas à poluição não necessariamente dizem respeito a regras morais. Podemos condenar alguns atos e não encará-los como poluidores, da mesma maneira que podemos enxergar contágio em atos não verdadeiramente repreensíveis. Todavia, algumas ações moralmente condenáveis estão profundamente associadas ao perigo do contágio. Douglas (2010) enfatiza, no entanto, que um código de moralidade não pode ser apressadamente relacionado a possíveis ações poluentes, uma vez que um código desse tipo é muito mais complexo. Contudo, a ideia de poluição pode sim servir de apoio a valores morais.

A autora desenvolve sua análise apontando para o fato de a poluição ser mais facilmente dissipada do que uma falta moral. No caso analisado, por estarem ambas as esferas interligadas na tentativa de resolver o problema, seria necessária uma retratação por parte dos vetores principais da fofoca para que ela deixasse de ter repercussão maligna no cotidiano das interlocutoras, com ênfase no caso de Helena. Ainda assim, por seu caráter capilarizante, a fofoca provavelmente perduraria. E mais, surgiriam novos boatos relativos ao pedido de desculpas, aos seus porquês, quem iniciou a conversa, etc...

6.2 OS HOMENS NO COTIDIANO DAS TRABALHADORAS

As subjetividades das interlocutoras eram perpassadas por desejos e afinidades que influenciam a tomada de decisões sobre o quê falar, o quê deixar de falar e como portar-se no ambiente de trabalho. Vivências, experiências, representações, desejos, ideais, interesses, sonhos, paixões e expectativas transpassavam as relações sociais estabelecidas e, portanto, ditavam a forma de agir no ambiente de trabalho e fora dele.

A relação com os homens também deve ser analisada quando pensamos na maneira de agir das trabalhadoras, nas posturas que assumiam no ambiente de trabalho. Muito se falava das outras trabalhadoras consideradas “assanhadas” ou “safadas”, algumas delas casadas – e isso era sempre frisado pelas interlocutoras –, que “davam conversa” para os homens no ambiente de trabalho. Quando perguntadas acerca da relação com os homens da limpeza, as interlocutoras costumavam dizer que os rapazes eram “gente fina” e “respeitadores”, mas, para que essa postura se mantivesse, era necessário “não dar confiança”. Em vista disso, é possível perceber que não se tratava de deixar de ter uma relação cordial com os homens que

⁶⁶Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

trabalhavam na empresa prestadora de serviços – ou mesmo com os de outras empresas e os da própria instituição. Mas certos limites eram tidos como essenciais à convivência.

Na verdade, em nossas conversas, a relação com os homens no ambiente de trabalho era descrita como bastante profissional. De acordo com as interlocutoras, geralmente partia dos rapazes o prolongamento do diálogo. Eles falavam de suas vidas fora dali, pediam conselhos, reclamavam das namoradas, falavam da família, das dificuldades que enfrentavam... Eram eles que se mostravam mais abertos, mesmo sem uma aparente contrapartida de intimidade advinda das trabalhadoras. Isso era visto por elas como um sinal de respeito.

Estar em contato com funcionários homens poderia resultar em “falatório” nos circuitos da empresa. Por esse motivo, ao menos as mulheres que acompanhei evitavam qualquer aproximação que pudesse ser considerada inadequada. Esse não era o caso de Amaralina, que abertamente preferia a companhia dos homens, e isso ocorria também por sua alocação: trabalhava quase que exclusivamente com eles.

Os encontros aconteciam, de acordo com as interlocutoras, majoritariamente nos dias de limpeza conjunta. Contudo, na garagem/refeitório todos se encontravam e aí as conversas fluíam. As vezes que pude observar as interações das interlocutoras com outros trabalhadores da empresa em horário de almoço, percebi que não havia uma distância tão marcada entre trabalhadoras e trabalhadores como a observação da varanda levava-me a crer. Nesse sentido, nos blocos em que homens e mulheres eram divididos de maneira mais equânime, não eram criados nichos de convivência apenas femininos ou masculinos como os que pude observar no bloco B.

7 TRABALHADORAS E SAÚDE POPULAR: DIÁLOGOS E INTERSEÇÕES

Saúde, processos de adoecimento e desassossegos cotidianos foram assuntos recorrentes nas conversas que mantive com as interlocutoras da pesquisa durante os meses que trocamos experiências. Nesse sentido, em consonância com a oportunidade oferecida pelo campo e pelas agentes, optei por desenvolver neste capítulo uma investigação que permeie algumas das percepções dessas mulheres e suas elaborações acerca de estados de saúde e doença, bem como as relações que elas estabeleciam com seus corpos e com os daqueles que, porventura, lhes demandassem cuidados.

Para tanto, procuro compreender a partir do instigante universo multivocal das práticas populares⁶⁷, em que medida abordagens não hegemônicas aparecem nas significações formuladas pelas interlocutoras da pesquisa, em suas vivências, em seus processos de adoecimento, de cura, de manutenção da saúde e prevenção.

A realização da pesquisa foi possível graças ao afloramento de variadas dimensões da vida das interlocutoras em nossos encontros. Sendo assim, mesmo que grande parte de nossas conversas – que foram empreendidas no ambiente de trabalho – girassem em torno de temáticas laborais, e as limitações espaciais tendessem a marcar esse aspecto de suas ações cotidianas, é preciso ressaltar que, amiúde, surgiram nas narrativas temas que não apareciam ligados de maneira imediata – e apressada – aos seus ofícios, mas que permeavam, em diferentes níveis, o dia adia dessas trabalhadoras.

Não era incomum, por exemplo, que nossos encontros fossem perpassados por narrativas que remetiam ao lugar da saúde e, por conseguinte, das doenças em suas experiências diárias. Por esse motivo, pareceu prudente aproveitar a oportunidade ofertada pelo campo para investigar de forma minuciosa algumas das preocupações cotidianas dessas mulheres com o bem-estar de seus familiares e também de si mesmas, e ainda aproximar-me das nuances atravessadas por elas ao classificarem e organizarem seus saberes no que diz respeito a sistemas terapêuticos.

Para pensar tais questões, reconheço as multivocalidades da(s) saúde(s) popular(es) e seu *status* de prática não hegemônica, não oficial. Suas muitas facetas revelam que as alternativas terapêuticas e a própria dimensão do **popular** não estão necessariamente associadas à pobreza ou à falta de acesso às instituições de tratamento e prevenção de doenças. Além disso, foi possível depreender existirem muito trânsito entre as práticas

⁶⁷ Este capítulo baseia-se largamente no trabalho final formulado para a disciplina Antropologia e Saúde Popular, ministrada no primeiro semestre de 2012 pela professora Soraya Fleischer, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

populares e o sistema biomédico, diversas trocas e mesmo ressignificações desta abordagem terapêutica que ocupa lugar privilegiado nas sociedades capitalistas, contando com amplos e irrestritos incentivos conferidos pelos poderes estatais e também pelos veículos formadores de opinião.

Observando as dinâmicas e tensões que envolvem saberes medicinais e o emprego destes saberes, creio que pensar saúde popular é, em grande medida, adotar um viés analítico que não carrega pretensões totalizantes ou dicotômicas, como se fosse possível empreender um corte seco entre os domínios da medicina popular e da biomédica, a medicina **oficial**. A própria separação das categorias é muito mais uma tentativa de exame com fins diagnósticos e também um tipo de política de deslegitimação de algumas práticas em favor de outra e está, certamente, no campo da abstração. Na esfera do vivido, saberes contra-hegemônicos e hegemônicos permeiam-se e estão imbricados. As ações populares movimentam-se incansavelmente dentro da dimensão oficial, resistindo, ainda que sem visibilidade e inaudíveis. Nesse sentido, não há bipolaridades, mas permeabilidades.

Levando em conta que a cultura popular constitui-se por si, a partir de si, e não apenas em oposição a qualquer que seja a cultura em condição de hegemonia, este capítulo organiza-se enquanto tentativa de compreender, a partir de recorte dentro de um universo repleto de possibilidades, em que medida a saúde popular ecoava nas significações concebidas pelas pessoas no campo, em suas vivências, nos seus processos de adoecimento, de cura, de manutenção da saúde e prevenção. É possível que o espectro do popular apareça de maneira tímida e velada, ou bastante interligado à biomedicina. Com formas de expressão tão variadas, cabe ao trabalho etnográfico iluminar tais questões.

Dentro do conjunto de seis trabalhadoras com as quais me relacionei de maneira mais aprofundada nos meses de pesquisa, três delas presentearam-me com narrativas que abordavam com maior ênfase questões de saúde e adoecimento. São elas, portanto, que constroem comigo o texto desenvolvido no decorrer das páginas que se seguem. Privilegiei as falas dessas mulheres por serem elas as interlocutoras que costumavam pincelar nossas conversas com assuntos relacionados a tratamentos de saúde e possíveis sofrimentos decorrentes de estados de adoecimento – entretanto, é preciso frisar que os desassossegos relacionados ao uso diário dos produtos de limpeza e também às botas que faziam parte de seus uniformes eram reclamações de todas.

A análise dos diários de campo manifestou um espaço narrativo considerável, abordando questões terapêuticas desde os primeiros encontros com as trabalhadoras. No entanto, mesmo percebendo que o tema aparecia com certa frequência, não despendi a devida

atenção ao assunto. Após alguns meses, contudo, dei-me conta de que estava enviesando demasiadamente o olhar, direcionando apenas para as questões trabalhistas de cunho aparente e não percebendo as dádivas que o campo oferecia. Essa constatação, portanto, serviu-me como valioso aprendizado.⁶⁸

No tempo de reprodução social entram em ebulição algumas das grandes preocupações das interlocutoras, suas inquietações a respeito de filhos e familiares, e também dos possíveis companheiros. De acordo com a argumentação de Maria Andrea Loyola, autora que desenvolveu pesquisa em meados dos anos 1980 no bairro de Santa Rita, Rio de Janeiro, “[...] a mulher é considerada o ‘médico da família’, cabendo-lhe não somente encaminhar os doentes aos serviços médicos, mas também observar e conhecer os sintomas, os remédios, as dietas e as alternativas de tratamento dos diferentes males que ocorrem no seio da família.” (LOYOLA, 1984, p. 128).

Durante o tempo de trabalho não remunerado, essas mulheres cuidavam da manutenção da saúde e das eventuais doenças daqueles que as cercavam, e também de si mesmas. Todavia, a dimensão dos cuidados extrapolava os limites da vida privada, surgindo também no local de trabalho assalariado. A preocupação com a impossibilidade de ser produtiva nos termos do capital gerava comoções, haja vista não ser viável deixar de trabalhar para resolver problemas de outra ordem. Portanto, era preciso articular-se de modo a conseguir realizar seus objetivos no próprio ambiente de trabalho. Visando este fim, elas lançavam mão do tempo de trabalho assalariado taticamente (DE CERTEAU, 2012), de modo a agilizar trâmites e organizar percursos terapêuticos via celulares e/ou por meio de conversas entre si: buscavam saber o melhor lugar para tratar determinada doença, qual Unidade de Pronto Atendimento (UPA) costumava ser mais vazia e mais próxima de suas casas, que tipo de chá ou plantas medicinais poderiam auxiliar no tratamento de doenças consideradas leves, quais eram os sintomas de determinados quadros de enfermidade.

Conforme percebia a importância das temáticas terapêuticas, optei por empreender um recorte analítico. Nesse sentido, duas questões nortearam minhas conversas com as trabalhadoras. A primeira delas, **Você já teve problemas de saúde relacionados ao trabalho que executa?**, apresentou-se como um começo pertinente, visando não mudar por completo o

⁶⁸ Apesar de estar sempre me policiando e buscando não carregar-me de elaborações apriorísticas, o esforço deve ser ininterrupto. Estou certa de que é preciso buscar equilíbrio entre o que esperamos ver e o que vivemos, fazendo um recorte a partir da confluência dos muitos olhares e viveres. Não acredito em neutralidade, mas no envolvimento prudente. Por isso também vejo como crucial desconstruir ao máximo os lugares de poder em campo, mesmo que na integralidade isso não seja possível, ainda que pareça uma quimera – não poderia jamais me conformar a uma distopia pungente na qual antropólogos estão sempre em posição privilegiada de fala e não há mobilização efetiva para transformar essas relações.

ritmo de nossos encontros, uma vez que relacionava trabalho e questões terapêuticas. Na segunda pergunta, **Quais são os tratamentos de saúde que você utiliza além dos remédios de farmácia?**, eu buscava verificar se em suas concepções existia lugar para outras formas de medicina e tratamentos terapêuticos que não apenas os biomédicos, ou ainda, se elas ressignificavam este sistema médico hegemônico; se e como dialogavam com ele. São indagações abrangentes, mas conforme conversávamos foram surgindo outras questões. Ademais, na maior parte do tempo elas fizeram o assunto deslanchar sem que fosse preciso inquiri-las, como em outros momentos de entrevistas semiestruturadas.

Em relação à primeira questão, as interlocutoras foram enfáticas ao afirmar que o tipo de material utilizado nas “limpezas mais pesadas” era causador de muitos danos à saúde. Tratava-se de um removedor, como elas mesmas definiam, empregado na limpeza do chão. Para fazerem uso de tal produto, eram necessárias máscaras e luvas. O cheiro forte causava ardência nos olhos e irritação no nariz. Lúcia foi uma das trabalhadoras que apresentou um quadro extremo de reação alérgica ao produto de limpeza:

Eu já passei três dias de atestado por conta desse removedor. Não adianta, eu não me dou bem com esse produto. A última vez que usei, meus olhos ficaram muito vermelhos, coçando muito, e meu nariz escorrendo. Meu rosto chega inchou, aí tive que ir na UPA pra eles me passarem um remédio e me dar o atestado. O ruim é saber que vai ter outra lavagem e que eu vou ter que mexer com o produto de novo. Assim, eu já falei com o encarregado que é complicado pra mim trabalhar com esse removedor, mas não sei se ele vai me liberar de usar ele. Todo mundo viu como eu fiquei no dia, com a cara assim toda vermelha e inchada. (informação verbal).⁶⁹

Dora e Helena também afirmavam ter dificuldades para trabalhar com o removedor, que parecia intoxicar todos que o manejavam. Dona Madalena não participava das lavagens nos dias em que era preciso usar o produto, pois já tivera problemas respiratórios devido à sua utilização. Conseguiu negociar com o encarregado chefe para exercer outras atividades que compensassem sua ausência na realização de tais tarefas.

Outro ponto que chamou minha atenção era a necessidade das trabalhadoras usarem botas para a realização de suas atividades. Dora e Marina mostravam-se bastante incomodadas com o padrão estabelecido pela empresa, pois afirmavam “que os pés das pessoas são diferentes, não dá pra colocar um sapato igual pra todo mundo”. Marina sofria de inadequação ao calçado. Por isso precisava ir, a cada seis meses, ao ortopedista de uma clínica conveniada à empresa Planície. Periodicamente o médico expedia um atestado para que ela pudesse fazer uso de outro tipo de calçado no ambiente de trabalho.

⁶⁹Informação fornecida por Lúcia, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2013.

Todas as interlocutoras queixavam-se de dores na coluna decorrentes dos esforços realizados no cotidiano laborativo. As repetições e o ato contínuo de abaixar e levantar, próprios do desempenho da limpeza, exigiam muito de seus corpos e as dores na coluna eram a forma manifesta dessa sobrecarga física.

Um dado que se mostrou pertinente às questões suscitadas pela análise de viés terapêutico foi constatar que a maior parte das interlocutoras eram fiéis de igrejas neopentecostais; “evangélicas”, como elas próprias definiam-se. Por ter tido uma breve experiência no estudo do neopentecostalismo durante a graduação, esperava que seus discursos de cura rejeitassem formas consideradas impróprias de tratamento, bem como de prevenção de males diversos. As prescrições religiosas associadas ao panteão neopentecostal são restritas e pequeno parece ser o espaço para negociações e apropriações de outras religiões – como costumeiramente ocorre com adeptos do catolicismo, das religiões afro-brasileiras e doutrinas espiritualistas – e de técnicas corporais definidas como não convencionais. Além disso, nossa convivência demonstrava poucos sinais de utilização de métodos alternativos à biomedicina.

Quando finalmente procurei dirigir-me especificamente às relações de saúde e doença, as conversas revelaram haver um emprego paliativo e não sistemático de práticas medicinais que passavam ao largo da biomedicina, mas que não lhe eram avessas ou intimidadoras de seu lugar prioritário. Não parecia existir uma insistência nessas práticas. Uma vez que o mal-estar prolongava-se, recorria-se às consultas com médicos do sistema de saúde oficial e eram manipulados medicamentos **de farmácia**. Apesar de tanto a biomedicina quanto as drogas alopáticas figurarem nas falas como “males necessários”, era possível identificar o reconhecimento de certa autoridade biomédica. Entretanto, é interessante perceber que ainda que possamos observar maior influência da medicina hegemônica, ela não se dava sem contestação. Podemos observar esse processo na fala de Dora, interlocutora que vivia situação diversa da maioria das mulheres da pesquisa, uma vez que sua filha, Angélica, gozava de plano de saúde.

Eu sou praticamente médica, só me falta o diploma. Sei quando a medicação é certa ou errada. Se não fez efeito em um dia, é porque tá errado o que o médico disse. Eu sei quando minha filha tá doente. Esses dias mesmo a Angélica tava passando muito mal e precisou a gente levar ela na emergência pediátrica. A médica não fez nenhum exame, só olhou assim e passou um remédio. Eu disse que ela tinha problema de bronquite alérgica e volta e meia atacava a sinusite e a rinite, mas ela disse que não era nada disso não e mandou a gente ir pra casa. Comprei tudo e dei pra Angélica, mas a menina passou a noite vomitando, sem conseguir respirar. Depois que a médica passou os remédios, ela fez foi piorar. Aí eu voltei com ela no hospital. Cheguei lá e já fui perguntando qual era a médica que tava porque se fosse a que me atendeu antes, eu ia soltar os cachorros nela. Mas era outra e essa pediu uma

radiografia do rosto da Angélica e viu que tava tudo inflamado. Ela me disse ‘Calma, mãezinha, sua filha já vai melhorar agora que a gente sabe o que ela tem’. Eu tava indignada com aquilo, até fui meio grossa com a médica. A menina vomitou o hospital inteiro porque a outra errou. Imagina se eu fico esperando ela melhorar?(informação verbal).⁷⁰

Assim, ao passo que a interlocutora mostrava-se no direito de questionar a autoridade biomédica, ela não invalidava a atuação da biomedicina como um todo. Dora personalizava o erro e buscava adquirir conhecimentos sobre os processos de adoecimento atravessados pela filha para que pudesse dialogar com médicos e, obviamente, para que Angélica não corresse riscos. Seu saber perpassava muitos termos e definições da medicina hegemônica e visava conter episódios de doença na família:

Somos a família do ‘ite’. A Angélica tem bronquite asmática, mas volta e meia apresenta sinusite e rinite. Meu esposo também tem rinite e essa vive acompanhada da sinusite, né?! [risos] Então, antes do negócio ficar feio, enquanto ainda dá pra controlar eu faço um melado. Eu faço umas ervas assim tudo misturada, tipo uma garrafada. Não tem um brasileiro que não faça um melado! Mas tem que tomar cuidado porque ao mesmo tempo que pode fazer bem, também pode fazer mal. Tem que saber que planta que tá colocando e misturando com o quê. Eu uso mais hortelã, agrião... (informação verbal).⁷¹

Helena dizia-se adepta de óleos terapêuticos “desses que você compra na farmácia” e também afirmava fazer chás que tomava quando não se sentia muito bem do estômago, ou quando parecia estar congestionada. Boldo, hortelã e carqueja foram as plantas citadas. Quanto à alopatia: “Eu só tomo remédio quando precisa mesmo. Fico fugindo deles. Mas tem vez que é necessário”. Apenas Dona Madalena foi taxativa ao dizer “[...] não, não faço nada além do que o médico passa. Não uso nenhum tipo de remédio caseiro não. Só tomo um chá assim, de vez em quando, mas quando fico doente mesmo, só remédio”.

A ideia do remédio alopático como um vetor de cura está presente em todas as falas. Evita-se tomá-lo, mas, quando se está “doente de verdade”, eles são encarados como a única possibilidade de recuperação, uma necessidade. Há centralidade dos medicamentos alopáticos nas práticas biomédicas, mas também nos discursos das interlocutoras. Ainda que elas utilizassem garrafadas, plantas medicinais, óleos terapêuticos e infusões, combinava-se a essas práticas também o consumo de remédios “de farmácia” em medidas profiláticas e no aniquilamento de indisposições. Especialmente Dora e Helena evitavam a utilização desses medicamentos, buscando um estado considerado saudável a partir da alimentação, de atividades físicas e da valorização de um comportamento reto, sem vícios:

⁷⁰Informação fornecida por Dora, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

⁷¹Informação fornecida por Dora, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

Eu procuro me alimentar do melhor jeito possível. E por causa da Angélica também, né?! Por causa dos problemas de saúde dela. Eu sempre que posso tiro o refrigerante, tomo mais suco, coisa mais natural... E também tento comer direito, fazer uma dieta balanceada. Aqui [remetendo-se à sua casa] a gente mudou nossa alimentação muito por causa dela, pra dar exemplo pra ela. Ah! E a gente aqui em casa também não bebe bebida alcoólica, nem fuma. Nem eu nem meu esposo. Quando eu tinha tempo até caminhava, mas agora trabalhando aqui eu não tenho tempo, né?! Eu saio de casa com meu esposo sete e vinte da manhã. A gente vem de carro, mas quando eu pego ônibus tenho que sair dez pras sete. São Sebastião é perto daqui e quase não tem engarrafamento, mas mesmo quando eu venho com meu esposo, sou eu que acordo, eu que arrumo a Angélica... E quando eu volto do trabalho ainda tenho que preparar janta, olhar a agenda dela... Até que meu esposo chegue e eu faça tudo, eu não consigo sair pra caminhar antes das oito da noite. Aí eu não saio mais porque não me coloco em risco de noite na rua. Às vezes, no final de semana, eu ainda caminho um pouco. (informação verbal).⁷²

Você vê... Eu vivo meio anêmica, gripando à toa porque me alimento mal. Passo a semana na rua praticamente, tenho que fazer tudo correndo pra mim e pra Isabel, aí a gente acaba descuidando da saúde. Eu fico sempre tentando comer direito, fazer alguma coisa, me mexer. E também evito bebida, não fumo, não vou mais pra noitada. Antigamente, nossa! Eu ia muito. Mas isso faz mal pra gente. Depois que a gente tem filho a preocupação muda e também tem que dar o exemplo, né?! (informação verbal).⁷³

Esse quadro já não é o mesmo apresentado por Dona Madalena que, ao sentir algum desconforto, tendia a esperar que este passasse naturalmente, ou tomava algum medicamento que tivesse em casa (PEREIRA, 2008). Entretanto, aos poucos, a idade parecia começar a preocupá-la, de modo que algumas perturbações que antes não eram vistas como possíveis doenças transformam-se em alertas. Já ao final da pesquisa de campo, Dona Madalena começou a fazer uso de medicamentos controlados, antidepressivos e ansiolíticos, em razão de um acontecimento trágico em sua família – seu filho mais velho fora assassinado na véspera do Natal de 2012 “na porta de casa”, em retaliação ao não pagamento de dívidas que tinha com traficantes do bairro onde moravam, Santa Maria.

Encontro novamente no texto de Loyola (1984) uma reunião de dados bastante elucidativos que se aproximam do proceder das interlocutoras da pesquisa e suas relações com quadros de adoecimento. Em um primeiro momento elas lançavam mão de medicamentos – fossem eles industrializados ou naturais – que possuíam em seus lares, que estavam próximos de suas realidades. Apenas quando havia persistência de indisposições que atrapalhavam seus afazeres cotidianos é que elas dirigiam-se aos locais de tratamento especializados. De modo geral, as interlocutoras, com maior ou menor ênfase, afirmavam não gostar de hospitais e procuravam não frequentá-los, prevenindo-se por meio da alimentação e do cuidado com os hábitos e comportamentos. Nesse sentido, os alimentos faziam as vezes de medicamentos, uma vez que sem sua utilização adequada era quase certa a ocorrência de situações de

⁷²Informação fornecida por Dora, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

⁷³Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

adoecimento. Assim, “uma boa alimentação” parecia ser o maior preventivo de que se valiam as interlocutoras. Loyola (1984), em seu trabalho entre classes populares na região de Santa Rita, no Rio de Janeiro, desenvolve ainda uma dimensão que, na minha pesquisa, esteve bastante marcada nas falas das trabalhadoras, especialmente Dora e Helena, que tinham filhas pequenas, que diz respeito ao imediatismo no tratamento de distúrbios no estado normal da criança. Conforme análise da autora:

De fato, no caso de doença infantil, recorre-se muito mais rapidamente a um especialista do que no caso de doença de adultos. À medida que não pode contar com a colaboração direta da criança para avaliar a gravidade dos sintomas, as mães hesitam geralmente em tomar as decisões sozinhas, e preferem compartilhar com o médico, com o farmacêutico ou com os especialistas a responsabilidade de um diagnóstico que, em caso de erro, poria em risco a vida da criança. Para julgar a eficácia do remédio prescrito, a mãe não espera mais que dois ou três dias e, se o remédio lhe parece ineficaz, ela recorre a um médico [...] (LOYOLA, 1984, p. 129).

Aliado ao discurso biomédico propagado pelas trabalhadoras encontravam-se suas crenças religiosas. A segunda pergunta suscitou, nos casos analisados, o apelo a Deus. Tratar-se fora do espectro biomédico estava para as interlocutoras “nas mãos do Senhor”, na confiança que o trio depositava Nele. Logo, a oração figurava como forte aliada e mesmo uma ferramenta para que o corpo fosse mantido saudável – ou que recebesse a cura – e também a mente, suportando, com seu auxílio, as agruras da vida. “Só Deus mesmo pra não deixar a gente cair doente quando precisa trabalhar”, argumentava Helena.

Uma de minhas hipóteses iniciais era a de que a maioria das trabalhadoras que acompanhava, se não todas, utilizava o Serviço Único de Saúde (SUS). De fato, todas elas lançavam mão de serviços públicos de saúde. Apenas Dora mantinha contato com a rede privada, uma vez que sua filha de seis anos era a única de sua família a possuir plano de saúde. Helena pensava em pagar um plano de saúde para a filha Isabel, haja vista a menina ter sido diagnosticada com problemas na adenoide. O diagnóstico foi feito por uma médica na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) que Helena costumava frequentar, que disse ser necessária a realização de uma adenoidectomia. Por ser um incômodo recorrente para a menina e fazer com que Helena faltasse ao trabalho sempre que Isabel tinha crises, a interlocutora ponderava ser melhor pagar um plano de saúde que realizaria a cirurgia em um prazo curto, sem ser necessário entrar em listas de espera, pretendendo sair dele assim que a operação fosse feita.

Conforme nos apresenta Diogo Neves Pereira (2008), que desenvolveu pesquisa no Hospital de Base do Distrito Federal, a regulamentação do SUS em 1990 estava relacionada à proposta governamental promulgada pela Constituição Federal de 1988, que sugere ser dever

do Estado e direito de todo cidadão o acesso irrestrito, igualitário e total à saúde.⁷⁴ Assim, o SUS foi implementado apresentando como principal característica a mudança na atenção prestada pelos serviços de saúde públicos. O modelo de sistema de saúde no Brasil transforma-se, passando de uma forma excludente e focada apenas na cura para uma abordagem mais universal, contemplando também a esfera preventiva.

Portanto, é feito um esforço governamental de fragmentação das instituições de saúde, privilegiando uma multiplicidade de pequenas instituições. Organiza-se, dessa maneira, uma rede interligada entre unidades básicas de saúde e os grandes hospitais, com o objetivo de retirar a sobrecarga destes e também oferecer atendimento de qualidade e extensivo à população.

Era unânime, por parte das interlocutoras, a utilização das unidades básicas de saúde e das UPAs localizadas nas cidades satélites em que moravam – ainda que esse uso estivesse acompanhado de muitas críticas. Esse só não foi, por alguns anos, o caso de Helena. A interlocutora conseguiu fazer um arranjo para que ela e a filha entrassem como dependentes na associação de servidores de uma dada instituição da qual fazia parte uma amiga de Helena. O contato as permitia utilizar os serviços de saúde oferecidos aos servidores da instituição federal. Helena, que morava no Distrito Federal há mais de quinze anos, jamais esteve no Hospital de Base ou no Hospital Regional da Asa Norte, os principais polos de atendimento médico no DF, uma vez que sempre buscou atendimento nas unidades básicas de saúde ou nos hospitais localizados nas cidades satélites em que residiu. Questionada sobre as consultas que realizava no posto médico da instituição federal, explicou-me:

É [...] o nome lá. Não é aberto pra quem quiser não, mas minha colega trabalha lá, é sócia, e me colocou lá de peixada, porque se não fosse assim... Se for esperar consulta... A Isabel também pode se consultar lá. Tipo, tem várias especialidades. Tem a prevenção, né?! Que é área da ginecologia, tem pediatria, tem neuro... Não, neuro não. É dermatologista. Tem acupuntura, clínico e nutricionista. É o que tem lá. Ah! E dentista, mas esse você não pode usar, só os sócios. Se tiver alguma coisa mais grave tem que pegar um papel com o clínico e ele te encaminha pro HUB [Hospital Universitário de Brasília]. Pra você ter acesso ao HUB mesmo tem que ter aquela folha do HUB pra poder ser atendido lá. Tem exame que não faz na [...], aí vai pro HUB com esse pedido também. Agora, pra fazer ecografia, por exemplo, tem que pagar. Eu faço lá o máximo que eu consigo, mas tem coisa que tem que pagar. (informação verbal).⁷⁵

⁷⁴ Anteriormente à implementação do Sistema Único de Saúde, quem prestava atendimento médico à população que não tinha acesso ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, criado em 1974 pelo regime militar, era o Ministério da Saúde. As instituições vinculadas ao INAMPS atendiam somente aqueles que contribuíam com a previdência social – e seus dependentes –, ou seja, a parcela desempregada dos brasileiros estava excluída da atenção médica para casos mais complexos de doenças.

⁷⁵ Informação fornecida por Helena, em entrevista realizada na empresa Planície, em 2012.

O exemplo da fala de Helena reflete muito bem a importância da indicação para transitar pelos espaços de regulamentação burocráticos do governo. Nesse sentido, é valioso que se consiga obter informações de como proceder para atravessar o sistema (LIPSKY, 1980). A princípio, segundo os estudos de Lipsky, os bens públicos e também os serviços estão à disposição de todos os cidadãos. Não obstante, a prática cotidiana leva o burocrata que lida com o público a fazer escolhas e a favorecer algumas pessoas e algumas demandas em detrimento de outras. Nesse contexto, “ter contatos” na esfera pública que possam facilitar ou mesmo ultrapassar os caminhos da burocracia é uma apropriação tática necessária àqueles que utilizam esses meios, aliviando o peso psicológico infringido pela administração pública aos seus usuários.

Nos relatos apresentados por Pereira (2008) vemos como conhecer alguém que possa fazer um encaixe, garantir uma consulta ou mesmo ajudar a obter uma informação no preenchimento de um documento significa ter um domínio valioso da burocracia, resultando em atendimento e agilidade do processo terapêutico. Helena, ainda nos primeiros meses de pesquisa, sentia-se aliviada por não precisar pensar em pagar um plano de saúde para a filha de dez anos porque tinha “uma peixada”. No final de nossos encontros, a interlocutora **perdeu o passe** que havia conseguido e já cogitava, conforme apontado anteriormente, colocar a filha em um plano de saúde apenas para realizar a operação tão necessária. Diferentemente de Dora, que também tem uma filha pequena, Helena é mãe solteira e não tem parentes no DF. Uma ajuda como aquela permitia que seu salário fosse investido em outros aspectos de sua vida e de sua filha, sua maior preocupação.

Conseguir uma indicação significava munir-se de importante arma na batalha para ter seus direitos atendidos ou, ao menos, parcialmente atendidos – lembremo-nos da Constituição... Em relação às interlocutoras, esse universo das táticas assemelha-se fortemente às definições de De Certeau (2012). “A arte dos fracos” é a forma encontrada pelas trabalhadoras para aproveitarem as brechas que surgem nos lugares de poder. E é preciso ser bastante versátil e astuta para conseguir atravessar domínios do qual estão apartadas, um enorme “senso de ocasião” e habilidade em lidar com o tempo de espera e de ação cotidianamente, ainda que essa luta seja travada de forma pouco visível, obscurecida nos meandros burocráticos. No caso de Helena as mudanças foram sentidas, justamente por isso ela logo tratou de reorganizar seu campo de possibilidades.

As informações apresentadas a partir das narrativas das mulheres que compuseram a pesquisa não apresentaram aspectos alternativos aos tratamentos terapêuticos considerados oficiais. Mesmo que existisse a utilização de medicamentos naturais ou mesmo na

aproximação religiosa, essas ações são previstas pelo próprio sistema de saúde, não apresentando ameaça à sua soberania. Entretanto, é nas formas de apropriação da biomedicina que as práticas populares ganham espaço, contribuindo para aproximações à categoria **popular** e, por conseguinte, aos sistemas terapêuticos populares.

Ao questionarem médicos e, principalmente, ao evitarem os ambientes medicalizados, as agentes impunham limites à atuação dessa dimensão oficial em seus corpos, resistindo, ainda que de maneira localizada e sem alarde, às investidas formatadas da biomedicina. Ademais, sempre que se valiam de táticas de infiltração e ocupação de espaços que não estavam a elas destinados, existia aí um esforço em conseguir transitar, mesmo não sendo vistas, mas adquirindo benefícios e prezando pela seguridade de sua saúde e dos seus, deflagrando uma “resistência cotidiana” (SCOTT, 2011), preocupada com efeitos imediatos, de resolução ou, ao menos, de adiamento dos processos experienciados.

A mobilidade tática, esse precioso conceito burilado por De Certeau (1996), é característica da prática popular, bem como sua permeabilidade e versatilidade de atuação no diaadia dos diversos agentes que estão em contato permanente com formas de dominação e homogeneização de seus corpos e identidades. Tendo em mente o estratagema de sobrevivência das práticas populares, acredito que, a partir da pesquisa, foi possível perceber a importância de um pensamento popular, de uma abordagem contra-hegemônica que formula alternativas criativas para a utilização cotidiana dos serviços de saúde públicos, dos remédios alopáticos e, em última análise, da própria medicina convencionalmente tratada como aquela que deve ser respeitada porque, supostamente, cura. Mesmo valorizando a medicina e a infraestrutura institucional biomédicas, as trabalhadoras atualizavam constantemente suas expectativas e também seus conhecimentos acerca dessa prática hegemônica.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a pesquisa pensava ser capaz de empreender uma análise que demonstrasse problemas estruturais das questões trabalhistas que envolviam mulheres, especialmente no contexto brasileiro. No entanto, conforme fui ganhando espaço no campo, percebi que a análise do cotidiano trazia outras nuances do universo pesquisado que não estavam aprioristicamente relacionados às minhas inquietações iniciais sobre labor.

Meu olhar estava voltado para um quadro abstrato, montado previamente à incursão etnográfica: a luta de classes, a subsequente tomada de consciência de classe e, abarcando essas questões, uma realidade de opressão e jugo. Contudo, essa realidade que esperava encontrar não foi puramente observada nas minúcias apresentadas pelo campo. Antes, foram as histórias do cotidiano, as questões de saúde e adoecimento, as fofocas perigosas no ambiente de trabalho e os anseios, valores e afetos que transpassavam as subjetividades das interlocutoras que surgiram nos meses de aproximação. Obviamente que algumas questões como a divisão sexual do trabalho, a hierarquização dos trabalhos produtivo e reprodutivo e a problemática da precarização laboral não deixaram de figurar como importantes alicerces para o trabalho que foi desenvolvido. Havia sim uma dimensão de desigualdades que não poderia ser olvidada.

Desse modo, conforme o trabalho etnográfico foi delineando-se, também o centro mais duro de minhas percepções foi moldando-se e pude casar, porque o campo assim permitiu, as questões que trazia comigo acerca das assimetrias sociais e as experiências vividas pelas interlocutoras.

A leitura de textos diversos acerca da divisão sexual do trabalho, bem como a aproximação às análises sobre a lógica capitalista de produção em um contexto de neoliberalismo, permitiram-me abraçar um entendimento mais geral sobre a condição das trabalhadoras que acompanhei. Todavia, foram as experiências do diaadia que me mostraram como elas lidavam com conceitos tão enraizados em nossa sociedade, revelando resistências e transformações versáteis em diversos momentos, colocando por terra qualquer visão mais distante que poderia vê-las apenas como reprodutoras de um sistema que as explorava.

Nada de homogêneo havia na realidade dessas mulheres, nem mesmo a “luta” que, de acordo com suas narrativas, já havia nascido com elas. “Mulher é guerreira, batalhadora”, diziam quando inquiridas acerca do que entendiam ser **mulher**. Eram vetores de resistência cotidiana (SCOTT, 2011) que atravessam o sistema que as colocava em posições de desigualdade não apenas perante homens – companheiros de vida, colegas de trabalho, chefes

–, mas também frente a outras mulheres de classes sociais diferentes das suas. O problema de Helena e a forma encontrada por ela para solucioná-lo é bastante elucidativo dessa oposição entre classes sociais. A identidade **mulher** não permitiu que houvesse solidariedade entre uma trabalhadora do órgão e Helena, funcionária terceirizada. A primeira não achava aceitável que Helena levasse a filha consigo para o trabalho, mas não parecia incomodar-se, segundo o relato da interlocutora, que mulheres que considerava “iguais a ela”, tendo *status* semelhante ao seu, o fizessem – frequentemente via crianças filhas de servidores do órgão transitando pelos prédios da instituição. A situação de Helena assemelha-se àquela encontrada por Bernardino-Costa (2013) em sua pesquisa com empregadas domésticas que, dentro dos lares onde executavam seus serviços, viam as diferenças de classe e raça transpassarem uma possível identificação de gênero. Helena, por ser querida por outros servidores do órgão, conseguiu fazer sua história circular e articular com eles um abaixo-assinado que garantisse sua permanência no serviço. O documento, redigido pelos funcionários do órgão do bloco B, ganhou notoriedade e dele participaram, inclusive, pessoas de outros departamentos, demonstrando que, se não era possível aos próprios trabalhadores da Planície ter voz para que Helena ficasse no emprego – de acordo com a interlocutora a maioria dos trabalhadores da Planície que achava um absurdo a empresa se “emprenhar pelo ouvido” não se sentia segura para manifestar sua vontade de que ela não fosse mandada embora, revelando um quadro de opressão sobre os trabalhadores por parte da empresa –, ela conseguia transitar por esferas diferentes para conseguir manter seu emprego e mais, continuar a levar a filha para o trabalho.

Nesse sentido, tomando de empréstimo o conceito de resistência cotidiana desenvolvido por James Scott (2011) e aliando-o às táticas cotidianas de Michel de Certeau (2012), vejo essas mulheres como agentes transformadores do meio em que estavam inseridas, fosse ele privado ou público. A “labuta” do dia adia as fazia sutilmente reagir de maneira ativa – e aqui discordo de Scott uma vez que não acredito em resistências passivas ou inconscientes – às vicissitudes de suas rotinas, elaborando mecanismos para transpor dificuldades e aproveitar as oportunidades que surgiam.

O poder de negociação no ambiente de trabalho era prova incontestável dessas resistências, bem como a tomada do lar e o papel de provedoras; a decisão de “trabalhar fora”; a independência relacionada ao trabalho produtivo; a utilização do local de trabalho como ambiente de resolução de conflitos domésticos; as redes de parentesco que permitiam que muitas dessas mulheres tivessem um emprego formal; as passagens em sala sem realizarem serviços demasiadamente cansativos, dividindo as tarefas ao longo da semana, mas sempre fazendo “alguma coisa” aos olhos dos encarregados... Todas essas dinâmicas evidenciavam a

luta prosaica que muitas vezes não assumia contornos de organização coletiva (SCOTT, 2011), mas que, por seu senso de ocasião (DE CERTEAU, 2012), permitiam que as interlocutoras cotidianamente enfrentassem suas rotinas e alcançassem seus objetivos.

Com a pesquisa que realizei, desejava evidenciar os labores silenciosos e secundarizados de mulheres, bem como o espaço que tinha em suas rotinas o trabalho produtivo, analisando como essas dimensões estavam imbricadas. Desejava mostrar, a partir do microcosmo laboral, de que maneira as trabalhadoras encaravam suas múltiplas jornadas, como viam suas realidades e o que faziam delas.

A intenção, ao escolher fazer pesquisa com mulheres em seu local de trabalho, não era essencializá-las de modo a parecer que suas existências giravam apenas em torno do labor. Contudo, nossos encontros deram-se sempre no local de trabalho, e isso acabava colocando o foco nesse âmbito de suas vidas. Mas é interessante perceber como de fato, à medida que fomos avançando em nossas conversas, o trabalho mostrava-se significativo para essas mulheres. Fosse trabalhando na empresa ou desejando ser “patroa” de si mesma, o trabalho aparecia não apenas como fonte de sustento, mas de empoderamento. Significava não depender de companheiros e ter autonomia para realizarem desejos seus, demandas suas.

As mulheres que compuseram esta pesquisa compartilhavam signos sociais umas com as outras, havendo interconexões em suas histórias, especialmente no que tange a suas trajetórias laborativas. Começaram, desde muito novas, a realizar afazeres domésticos em suas casas e, algumas vezes, na casa de parentes com os quais foram viver durante certo tempo de suas vidas. Inseriram-se de maneira absoluta no mercado de trabalho como empregadas domésticas ou babás – ou em ambas as funções, uma vez que não costuma haver distinções entre essas ocupações nos lares de classe média. O trabalho doméstico apareceu como o principal ponto de encontro nas narrativas das interlocutoras, juntamente com o pouco ou nenhum compartilhamento das tarefas domésticas com companheiros – mesmo Dona Madalena, que contava com o auxílio do atual marido, dizia não ter o mesmo apoio do antigo companheiro.

A terceirização revelou ser um aspecto do campo muito importante para a análise. Mesmo frente à intensidade de críticas e opiniões contrárias a essa prática e às evidências de precarização a ela relacionadas, na pesquisa, essa forma de vínculo empregatício mostrou não ter uma face imediatamente nociva às trabalhadoras. Isso ocorreu porque, para elas, importava mais o emprego formal do que a forma de contrato. Reconheciam incongruências nas práticas da empresa e a importância da personalidade nas relações com encarregados e, por consequência, com a própria Planície, para terem seus direitos garantidos e manterem-se no

serviço, mas isso, na percepção das trabalhadoras, era contornável se comparado aos subempregos que experimentaram em outros momentos da vida.

No entanto, não é possível pensar apenas em termos do “menos ruim” e deixar de lado os contornos de precarização tomados pela terceirização, por esse vínculo específico estabelecido entre trabalhadores e empresas – ou administração pública, de maneira indireta. As empresas prestadoras de serviços de terceirização visam à otimização de recursos e a redução dos gastos, mas dificilmente têm uma política que de fato satisfaça os anseios dos trabalhadores que, comparativamente, estão sempre em posições mais instáveis do que os trabalhadores não terceirizados, seja salarialmente, nas relações sindicais ou nas jornadas de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana. In: **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. Trabalho decente, informalidade e precarização do trabalho: uma análise crítica. In: **Condições de trabalho no limiar do século XXI**. (Org.) Sadi Dal Rosso; José Augusto Abreu Sá Fortes. 1. ed. Brasília:Épocca, 2008. p: 37-58.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil**. (Org) Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 71-84.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. **Adeus ao proletariado?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Revista Trabalho, educação e saúde**, v.1, n. 2. Fiocruz: Rio de Janeiro, Set. 2003.p.229-237.
- _____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ÁVILA, Betânia. Divisões e tensões em torno do tempo de trabalho doméstico cotidiano. In: **Observatório Brasil de igualdade de gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Julho/2010. p. 47-60.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Colonialidade e interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI. In: **Igualdade racial no Brasil**. Reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. IPEA; p. 45-58. (Orgs.) Tatiana Dias Silva e Fernanda Lira Goes. Rio de Janeiro, 2013.
- BRITES, Jurema. Serviço doméstico: um outro olhar sobre a dominação. In: **Gênero, cultura e poder**. (Org.) Maria Regina Lisboa; Sônia Weidner Maluf. Florianópolis: Mulheres, 2004.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **R. bras. Est. Pop.**, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006, São Paulo.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 110; p. 67-104. Julho/ 2000.
- CARRASCO, Cristina. Tiempo de trabajo, tiempo de vida. Las desigualdades de género em el uso del tiempo. In: **El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad**. Santiago de Chile:CEPAL. Unidad Mujer y desarrollo. Julho/2005. p. 51-78.
- _____. Tiempos e trabajos desde la experiencia femenina. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, n. 108. Madrid: Icaria, 2009. p. 45-54.

CUT. Central Única de Trabalhadores. "**A terceirização é, talvez, a forma mais selvagem de precarização**", afirma ex-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. 2013. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/destaque-central/53704/a-terceirizacao-e-talvez-a-forma-mais-selvagem-de-precarizacao-afirma-ex-presidente-da-associacao-nacional-dos-magistrados-da-justica-do-trabalho>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. 19.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

DEDECCA, Claudio Salvadori. **Tempo, trabalho e gênero**. v. 1. Rio de Janeiro, Jan./2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/nota_tecnica_tempo_trabalho_e_genero.pdf> Acesso em: 06 dez. 2013.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Emprego Doméstico no Brasil. **Caderno Estudos e Pesquisa**, n. 68, Ago./2013.

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. Coleção Debates. **Antropologia**. 120. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares, 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. Classe e recusa etnográfica. In: FONSECA, Cláudia; BRITES, Jurema (Org.). **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: **Cadernos Pagu**, Jun./2004, n. 22; p. 201-246.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Nova Iorque: Oxford University Press Inc., 2005.

_____. Neoliberalismo como destruição criativa. In: **INTERFACEHS Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v.2, n. 4, tradução, ago. 2007; p.1-30.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e hierarquia. A costela de Adão revisitada. In: **Revista de Estudos Feministas**, 1993, v. 1, n. 1, p. 50-82.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos Pagu**, 2001/02, n. 17/18; p. 139-156.

_____. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero. In: **Observatório Brasil de igualdade de gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Jul./2010, p. 45-49.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Dez. 2007, p. 595-609.

IPEA. Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero. **Comunicado 149**. Mai./2012.

KARL, Marx. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Dictionnaire critique du féminisme**. (Org) Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré, Danièle Senotier. Paris: Presses Universitaires de France, nov. 2000. Traduzido por Miriam Nobre, agosto de 2003.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos - CEBRAP**, n. 86. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Mar./2010, p. 93-103.

LIPSKY, Michael. Part III: Patterns of practice. In: **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services**. Nova Iorque: Russel Sage Foundation, 1980. p. 81-156.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, v.12, n.25, Porto Alegre: UFRGS, Jun./2006. p.31-64.

LOYOLA, Maria Andrea. Parte II – A clientela. In: **Médicos e curandeiros: conflito social e saúde**. São Paulo: DIFEI, 1984. p. 125-197.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

NETTO, Nilo; LUZ, Naci S. da. Reestruturação produtiva e divisão sexual do trabalho: reflexões sobre o trabalho feminino contemporâneo. In: **Mediações**. v.16, n.1, Londrina: Jan./jun./2011, p. 71-90.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre emancipadas e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OIT. **Perfil do trabalho decente no Brasil: Um olhar sobre as unidades da federação**. Versão resumida. Brasília: OIT, 2012.

ONG, Aihwa. **Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty**. Durham, North Caroline: Duke University Press, 2006.

ORTNER, Sherry Beth. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes antropol.** v. 13, n. 28. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 375-405.

PEREIRA, Diogo Neves. **Itinerários terapêuticos entre pacientes do Hospital de Base (DF)**. [Dissertação de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade de Brasília] Brasília, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. In: **Peru Indígena**, v. 13, n. 29. Lima, 1991. p. 11-20.

_____.!Qué tal Raza! In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 1. Caracas, abril/2000. p. 37-45.

RAMALHO, J. R. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil**. (Org.) Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 85-114.

REDE BRASIL ATUAL. **CUT reage e tramitação de clone do projeto de terceirização é suspensa**. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/11/cut-reage-e-suspende-tramitacao-de-clone-do-projeto-de-terceirizacao-2393.html>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

REDE BRASIL ATUAL. **Empresariado amplia lobby no Congresso para aprovar PL 4330 da terceirização**. 2013. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/destaque-central/53772/empresariado-amplia-lobby-no-congresso-para-aprovar-pl-4330-da-terceirizacao>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

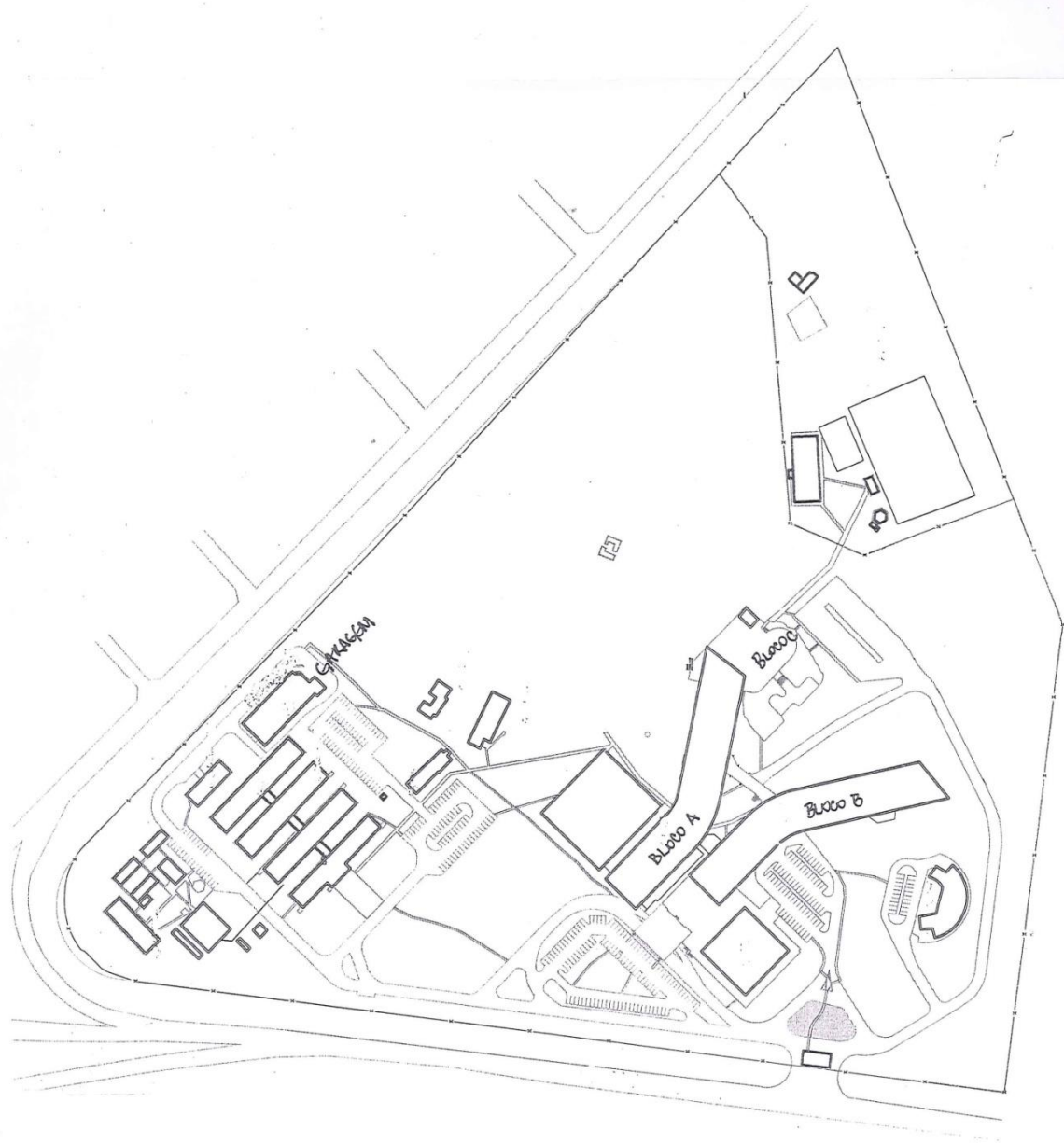
SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 5, 2011. p. 217-243.

SEGATO, Rita Laura. Raça é signo. **Série Antropológica**. Brasília: UnB. 2005.

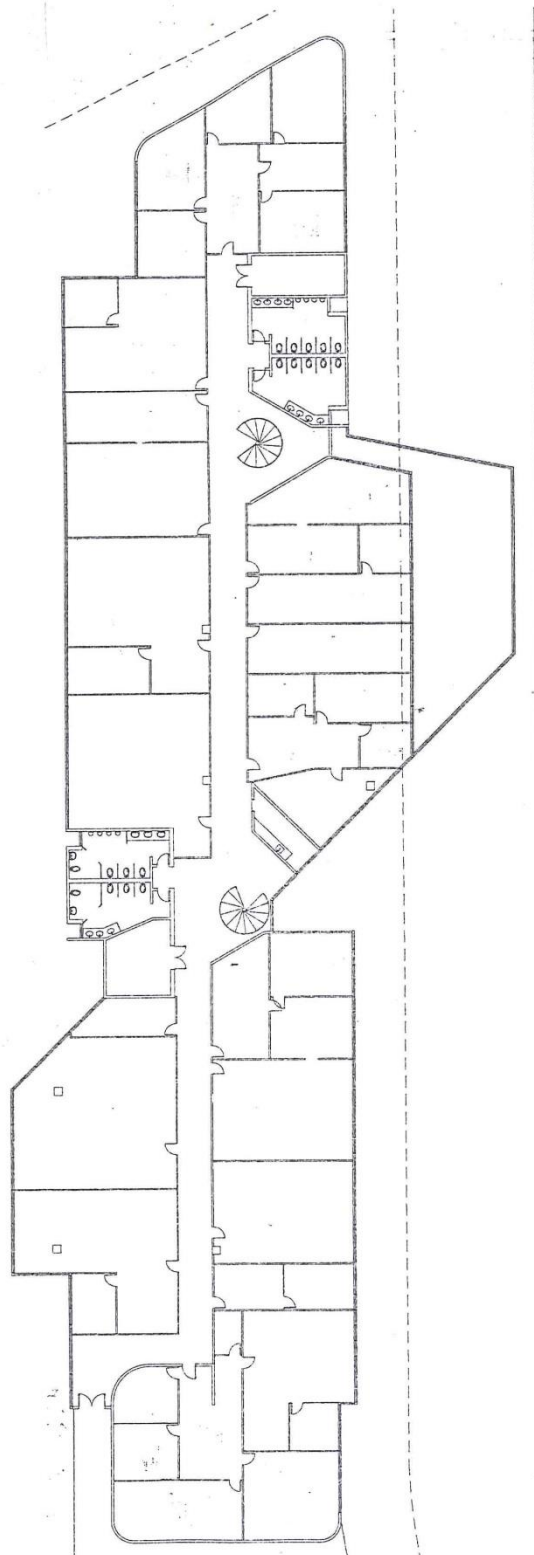
YANNOULAS, Silvia Cristina. O trabalho sem fim: sobre a centralidade dos trabalhos femininos. In: **Condições de trabalho no limiar do século XXI**. (Org.) Sadi Dal Rosso, José Augusto Abreu Sá Fortes. 1. ed. Brasília: Época, 2008. p.89-95.

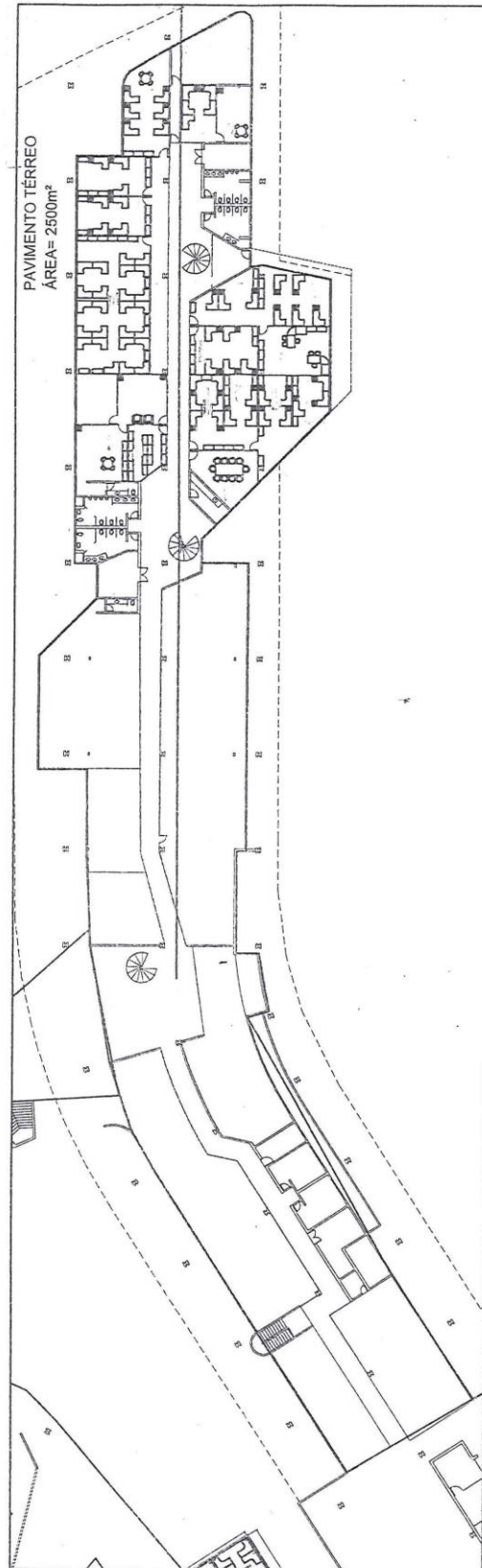
ANEXO A – PLANTA GERAL DO ÓRGÃO



PLANTA GERAL
ESCALA 1:1000

ANEXO B – PLANTA BLOCO B PRIMEIRO PAVIMENTO



ANEXO C – PLANTA BLOCO B PAVIMENTO TÉRREO

ANEXO D – VARANDA**Fotografia 1**

Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 2

Fonte: Elaborado pela autora.

ANEXO E – ESTRUTURA BLOCO C**Fotografia 3**

Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 4

Fonte: Elaborado pela autora.

ANEXO F – ESPAÇO UTILIZADO POR HELENA PARA GUARDAR SEUS MATERIAIS

Fotografia 5



Fonte: Elaborado pela autora.

ANEXO G – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Me diga, por favor, seu nome, sua idade e o local onde mora.
- 2) O que a senhora (você) entende por trabalho?
- 3) Nesse sentido, trabalha há quantos anos?
- 4) Quais os tipos de trabalho que já teve ao longo da vida?
- 5) Trabalha com serviços de limpeza há quantos anos?
- 6) Está há quantos anos neste emprego?
- 7) Sempre teve carteira assinada?
- 8) Como se sente trabalhando com limpeza?
- 9) Como é ser uma funcionária terceirizada?
- 10) Como é a relação com a empresa?
- 11) E com os outros trabalhadores da empresa, homens e mulheres?
- 12) Como é a relação com os funcionários do órgão?
- 13) Já se acidentou no ambiente de trabalho?
- 14) A senhora (você) sente que o trabalho é precário?
- 15) Qual é sua relação com o trabalho?
- 16) Gosta do que faz?
- 17) Se pudesse, mudaria de profissão?
- 18) Como a senhora (você) vê o tempo que passa aqui?
- 19) Como gostaria de utilizar o seu tempo?
- 20) O que significa ser mulher para a senhora (você)?